

EDISON PEREIRA DE MAGALHÃES

**Uma Proposta de Diretriz Curricular para o Ensino  
de E. P. B. a partir do Desenvolvimento  
da Cultura Brasileira**

Dissertação de Mestrado apresentada  
para a obtenção do título de Mestre em  
Educação, na Universidade Federal do  
Paraná.

CURITIBA  
1985

UMA PROPOSTA DE DIRETRIZ CURRICULAR PARA O ENSINO  
DE E.P.B. A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO  
DA CULTURA BRASILEIRA

POR

EDISON PEREIRA DE MAGALHÃES

Dissertação aprovada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre no Curso  
de Pós-Graduação em Educação, pela Comissão  
formada pelos professores:

ORIENTADOR : \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Data

Dedico este trabalho

Aos meus Pais

e

Irmãos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores, colegas e amigos que contribuíram como estimuladores para a concretização deste trabalho. Particularmente:

À Profa. Zélia Milléo Pavão, - orientadora paciente e realizadora.

Ao Prof. Maury Rodrigues da Cruz, mais que um consultor, um exemplificador da integridade moral e fé humanos, como também, grande incentivador da busca do conhecimento acadêmico e da vivência do ideal espírita: trabalho e estudo.



Professora Orientadora  
ZÉLIA MILLÉO PAVÃO  
Livre Docente em Estatística  
Universidade Federal do Paraná

Professores Consultores  
ELPIDIO M. CARDOSO  
Doutor em Educação pela Ponti-  
fícia Universidade Salesiana  
de Roma

MAURY RODRIGUES DA CRUZ  
Mestre em Educação  
Universidade Federal do Paraná



3	<u>TERCEIRO CAPÍTULO : O PROCESSO CULTURAL BRASI-</u> <u>LEIRO; OS FUNDAMENTOS DA</u> <u>VIDA SOCIAL</u> .....	81
3.1	FUNDAMENTO BIOLÓGICO DA VIDA SOCIAL.....	84
3.2	FUNDAMENTO ECONÔMICO DA VIDA SOCIAL .....	91
3.3	FUNDAMENTO POLÍTICO DA VIDA SOCIAL .....	99
3.4	FUNDAMENTO SOCIAL DA VIDA SOCIAL .....	106
3.5	FUNDAMENTO CULTURAL DA VIDA SOCIAL .....	110
3.6	FUNDAMENTO PSICOLÓGICO DA VIDA SOCIAL .....	116
3.7	FUNDAMENTO ECOLÓGICO DA VIDA SOCIAL .....	122
3.8	FUNDAMENTO ESPIRITUAL DA VIDA SOCIAL .....	125
4	<u>QUARTO CAPÍTULO : UMA PROPOSTA DE DIRETRIZ</u> <u>CURRICULAR PARA A DISCIPLINA</u> <u>DE ESTUDO DE PROBLEMAS BRASI-</u> <u>LEIROS</u> .....	130
5	<u>ANEXO</u> .....	140
6	<u>GLOSSÁRIO</u> .....	176
7	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ;</u> .....	179

## RESUMO

Desde que a disciplina Estudo de Problemas Brasileiros (E.P.B.) foi introduzida em 1969 no currículo das universidades do Brasil, seu papel não foi bem analisado, discutido e divulgado no contexto universitário e social. Ao contrário, ela foi encarada como um instrumento ideológico do Estado.

Se se considerar seu ensino obrigatório em todos os cursos universitários, por meio de experiências pedagógicas dinâmicas, essa disciplina poderá contribuir significativamente para o desenvolvimento moral e cultural dos estudantes.

Eis, portanto, a preocupação de apresentar uma proposta de diretriz curricular para a disciplina Estudo de Problemas Brasileiros baseada no desenvolvimento da cultura nacional.

Por outro lado, o enfoque da disciplina deve ser necessariamente aquele da Ciência Política, um exercício aberto de democracia. Desta maneira, ela deve considerar o respeito humano, abrindo a visão do mundo do universitário quando este é levado a analisar a realidade e a compreender a complexidade da cultura e da sociedade brasileiras.

O universitário, num contexto cultural mais amplo, poderá descobrir a identidade de seu povo, suas expectativas, sua maneira de pensar, seus sentimentos e por consequência se integrar mais conscientemente no processo social.

## ABSTRACT

Since the discipline of "Study of Brazilian Problems" has been introduced in 1969 in the programs of Brazilian universities, its role has been little analyzed, discussed and published in the academical and social context. The other way about, it has been seen as an ideological instrument of the State.

If considering its learning compulsory in all university courses, by means of dynamic pedagogical experiences, this discipline can contribute meaningfully for the moral and cultural development of the university student.

There is, therefore, the preoccupation in presenting a basic proposal for the discipline of Study of Brazilian Problems centered in the development of the national culture.

On the other hand, the emphasis of the discipline has necessarily to be the one of the Political Science, an open exercise of democracy. This way it has to consider the human respect, enlarging the view of the world for the universalist when taken to analyze the reality and understand the complexity of the culture and of the Brazilian society.

The universalist, inside an ample cultural context, will be able to discover the identity of his people, his expectancies, his ways of thinking, his feelings and consequently integrate himself more consciously in the social process.

## RÉSUMÉ

Depuis que la discipline Étude des Problèmes Brésiliens a été introduite (1969) dans les programmes des Universités du Brésil, son rôle n'a pas été bien analysé, discuté et divulgué dans le contexte universitaire et social. Au contraire, cette discipline a été envisagée comme un instrument idéologique de l'État.

Si l'on considère son enseignement obligatoire dans tous les cours universitaires, moyennant des expériences pédagogiques dynamiques, cette discipline peut contribuer significativement au développement moral et culturel des étudiants.

Voici, donc, la préoccupation de présenter une proposition directrice pour la discipline Étude des Problèmes Brésiliens, basée sur le développement de la culture nationale.

D'autre part, l'accent de la discipline doit être nécessairement celui de la Science Politique, un exercice ouvert de démocratie. De cette façon, elle doit envisager le respect humain, en ouvrant la vision du monde à l'universitaire, lorsqu'il est amené à analyser la réalité et à comprendre la complexité de la culture et de la société brésilienne.

L'universitaire, dans un contexte culturel plus étendu, pourra découvrir l'identité de son peuple, ses attentes, sa façon de penser, ses sentiments et par conséquent s'intégrer plus consciemment dans le processus social.

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi o resultado de vários anos de reflexão e experiências vividas nas aulas de Estudo de Problemas Brasileiros (E.P.B.), junto aos alunos da Universidade Federal do Paraná, ao fazer aulas expositivas dialógicas, seminários, debates, que se consolidaram durante o desenvolvimento dos estudos no mestrado de Educação.

A preocupação maior foi demonstrar como a disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros, tornada obrigatória em todos os cursos universitários pelo Decreto-Lei 869/79 de 18/9/69 complementado pelo Parecer da Comissão Especial do Conselho Federal de Educação nº 94/71 de 04/02/71 (em anexo), poderá contribuir significativamente, por meio de um currículo centrado na cultura brasileira para a melhor formação dos profissionais das várias áreas formados nas Universidades brasileiras.

Assim sendo, neste trabalho, procurou-se levantar elementos de uma proposta curricular para a disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros, a começar pela valorização do momento-aula, como laboratório de idéias.

Trabalhou-se com a realidade concreta que apresenta as características próprias das Ciências Sociais, isto é, historicidade, ideologia e processualidade, objetivando ve-

rificar os elementos-causas dos acontecimentos e o posicionamento do homem brasileiro, partindo de suas raízes culturais e das mudanças ocorridas no processo social e cultural da nação brasileira.

Desta forma, num primeiro momento do trabalho, procurou-se situar o problema dentro dos três eixos mais importantes do desenvolvimento do assunto, ou seja, a disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros, o Currículo e a Cultura Brasileira, esta última considerada num sentido dinâmico e amplo. Sendo a cultura não somente a herança cultural, costumes, usos, mores, mas também, relevos geográficos, clima, as descobertas, as inovações e outros elementos que vão se aculturando no tempo.

Num segundo momento do trabalho, preocupou-se em fazer uma deambulação sobre a realidade brasileira contemporânea, numa visão crítica, enfocando a ação política como elemento resultante de uma consciência e mentalidade de uma nação dentro de uma sociedade.

Nesta deambulação procurou-se analisar as unidades concretas da nação brasileira, os vários grupos sociais, visualizando os vários aspectos que devam ser mudados nestas unidades para um melhor atendimento ao homem brasileiro no seu processo de vida.

A constatação de uma hipossuficiência cultural, determinada pela restrição que grande parte da população vive na participação na cultura de seu povo, isto é, por um lado falta oportunidade para receber uma educação, desde a familiar equilibrada até a escolar e por outro o desconhecimento e interpretação dos seus direitos e deveres previstos na lei



como cidadãos e nacionais, levou à busca, num terceiro momento, através dos fundamentos da vida social, do desenvolvimento do processo cultural da nação brasileira.

Compreendendo que o processo cultural implica processo social, cujo fim último seja a dignificação da condição humana, pretendeu-se, numa análise em linha estrutural da sociedade, visualizar objetivamente suas fases mais significativas tais como: rural-urbano, patriarcalismo-capitalismo e outras, como também, fazer uma tentativa de levantamento dos elementos causais que numa visão cultural são responsáveis pela atual realidade situacional do homem brasileiro.

Num quarto momento desenvolveu-se várias idéias em torno de uma proposta de diretriz curricular para a disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros que possam concorrer, no processo de formação de uma consciência crítica que permita propor mudanças consideradas necessárias na ordem social e cultural da nação brasileira.

## 1 PRIMEIRO CAPÍTULO : INTRODUÇÃO - ESCOLHA DO TEMA

A sociedade brasileira contemporânea, em desenvolvimento, está a exigir constantes mudanças, tanto conjunturais como estruturais, estas, envolvendo primeiramente mudanças de mentalidade do brasileiro, como equacionamento e solução dos problemas sociais emergentes, tendo a população como co-participante do processo. Compreendendo as mudanças conjunturais, isto é, aquelas produzidas pelo esforço de uma sociedade quando identifica um problema social e convoca para debates não só os especialistas como também a própria comunidade em busca de alternativas de solução.

Essas discussões devem repercutir em outras áreas da problemática social chegando às mudanças estruturais desejadas, cujas avaliações conjunturais levam a formulações ou reformulações das leis. Essas mudanças implicam também na formulação ou reformulação organizacional das estruturas sociais que irão intervir e tentar solucionar o problema.

As mudanças estruturais assim previstas devem criar alternativas na vida do homem brasileiro, que oportunizem maior grau de satisfação no sentido de cada vez mais permitir a participação e responsabilidade no processo político, econômico, social e cultural do país. O povo, que é agente no processo histórico da nação, deve se preparar para maior integração na família, no trabalho, no lazer e demais unida-

des concretas com o fim último de ser feliz.

Por outro lado, o cidadão brasileiro, nas várias regiões do país, vê-se cada vez mais solicitado, tanto em áreas urbanas como rurais, a uma participação mais efetiva no social. Isto, exigindo organizações representativas, desde associações até sindicatos, nos vários segmentos da população.

Essa exigência na participação social acelera-se, no momento atual, pelo desenvolvimento da informática, rompendo pela comunicação, o isolacionismo de várias regiões do país, agilizando os processos complexos da sociedade urbana em estruturação, aos quais se somam inúmeros problemas sociais difíceis de serem saneados.

Porém o que se deseja é que a participação do brasileiro se caracterize por um comportamento social consciente. Consciência em seu sentido mais amplo, quer dizer participação, pelo conhecimento e pela técnica, diretamente, desde a composição de uma política de corpo (que envolve o conhecimento do corpo biológico, sua função, as relações ecológicas com o meio e os seres vivos, o movimento, o equilíbrio, a ordem emocional e espiritual e suas relações com o corpo) até a composição da política partidária proposta no país, onde cada opção que o indivíduo faça deve refletir um quadro de valores coerentes, repensados dentro da cultura brasileira, imune de outras influências, particularmente das culturas estrangeiras.

Utiliza-se a expressão política de corpo no sentido de todas as idéias e ações concretas veiculadas sobre a utilização do corpo humano, desde a manutenção do equilíbrio

psico-bio-físico até o conhecimento da ordem sexual.

Admite-se entretanto que o modelo sociológico de um cidadão é resultado dos padrões culturais vividos em sua sociedade, mas que são alterados no tempo, pelos elementos culturais trazidos pela descoberta e inovação operadas no próprio país ou fora dele; desta forma, está sujeito às influências de outras culturas provenientes, principalmente, dos países mais desenvolvidos tecnologicamente e que lhe impõe seus valores.

Aceito o pressuposto acima, a disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros, na Universidade, deve tomar para si a responsabilidade de reflexão crítica sobre o modelo sociológico dos universitários possibilitando-lhes uma visão de mundo mais ampla. Assim sendo, surge a preocupação com a ordem curricular dessa disciplina, no sentido, de um melhor aproveitamento do momento-aula, direcionando-o de forma a proporcionar ao indivíduo além da cosmovisão da problemática brasileira, compreendendo pela identidade cultural e social do brasileiro, as causas situacionais dessa realidade e suas possíveis soluções.

Na preocupação de caracterizar a disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros como uma disciplina política antes de tudo, toma-se por base o conceito de DEBRUN onde política é a "ciência do possível"<sup>20</sup> onde o idealizado, no tempo, poderá se concretizar passando por ajustamentos em contato com a realidade.

A disciplina propõe conscientização do aluno sobre o seu contexto de vida, da sociedade em que vive e naturalmente de sua cultura. Isto leva-o a entender o processo de mu-

danças da sociedade e da cultura e que essas mudanças dependem das ações políticas que por sua vez exigem inicialmente a elaboração das idéias, projetos e planos, diagnósticos das situações sociais, etc. Em seguida passar do ideal para o ideacional operacionalizado por um processo conjuntural onde pudesse se caracterizar a problemática e as soluções prováveis para o problema, culminando com a mudança.

Desta forma, buscou-se levantar o contexto situacional da sociedade brasileira, através de reflexões entre o idealizado e o realizado efetivamente nas várias unidades concretas da nação, os grupos sociais, quais sejam; o biológico, pedagógico, econômico, político, cultural, recreativo e internacional (denominações de grupos sociais propostos nas aulas da disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros - pós graduação ministradas pelo professor MAURY RODRIGUES DA CRUZ no curso de Mestrado em Educação da U.F.Pr.).

A medida que se caminhou criticamente no estudo dos grupos sociais se encontrou uma hipossuficiência cultural em grande parte da população brasileira. Sendo que o termo hipossuficiente cultural aqui é conceituado e relacionado àquele indivíduo que dentro do seu currículo de vida tem restrita a sua participação na cultura. Essa restrição compreende, por um lado, a falta de oportunidade de uma educação familiar, escolar e participação profissional (treinamento e experiência) e por outro lado o desconhecimento dos elementos da cultura popular, desvalorizada por uma faixa da população voltada somente a cultura de elite. Assim sendo a hipossuficiência atinge todos os níveis e classes sociais.

O antropólogo RALPH LINTON traz a idéia da participação dos indivíduos na cultura, dimensionando essa participação e dividindo-a em elementos dinâmicos ou seja; "elementos culturais individuais, especialistas, alternativos e universais"<sup>55</sup> que compõe toda a cultura de um povo, devendo chegar aos vários segmentos da população decodificada em uso e função ao nível de entendimento de cada grupo.

Para que se pudesse avaliar essa participação no Brasil foi necessário uma análise do processo cultural partindo dos fundamentos da vida social brasileira assim divididos; biológico, econômico, político, social, cultural, psicológico e espiritual, divisão indicada nas aulas de Estudo de Problemas Brasileiros pós-graduação ministradas pelo professor MAURY RODRIGUES DA CRUZ na U.F.Pr.

Nessa análise, apoiou-se no estruturalismo de DURKHEIM na caracterização em dois momentos da sociedade brasileira, transitórios, mas que permitem uma visualização dos processos de mudanças, seja do rural para o urbano ou da família patriarcal para a família contemporânea, revelando significativas alterações.

Para a caracterização do primeiro momento da sociedade e cultura brasileiros apoiou-se no sociólogo GILBERTO FREYRE cujas pesquisas permitiram levantar as estruturas sociais do período colonial.<sup>26</sup>

Não deixando de considerar, por outro lado, a ordem processual da sociedade em evolução onde, conforme LINTON, sociedade e cultura se interdependem no tempo.<sup>55</sup>

Para o segundo momento de caracterização da estrutura

social contemporânea vários são os autores que tem criticamente mostrado as contradições da sociedade atual e a crise social e cultural do povo, massificado e com pouco discernimento crítico a respeito dos valores culturais atualmente cultivados e veiculados nos grandes centros urbanos onde se têm ignorado quase por completo a cultura popular rural.

Desta forma este trabalho preocupa-se fundamentalmente com a cultura e a sociedade brasileiras e suas implicações no currículo do ensino da Educação Moral e Cívica ao nível do terceiro grau; embora haja outros elementos igualmente importantes que podem ser levantados para a complementação desse estudo.

### 1.1 O PROBLEMA - SUAS LIMITAÇÕES

A disciplina de E.P.B., desde a sua regulamentação pelo Decreto-Lei nº 869 de 12/9/69, tornada obrigatória em todos os cursos nas universidades brasileiras, tem merecido pouca reflexão sobre sua ordem curricular. Ministrada em dois semestres tras um programa pré-estabelecido (vide anexo, item III) com um elenco de temas a serem desenvolvidos em sala de aula.

Esse programa permite nos momentos-aula inúmeras reflexões sobre a problemática brasileira, enfocando inicialmente o panorama geral da realidade brasileira; desde as características sócio-antropológicas do homem brasileiro até a geopolítica, estudando as estruturas econômicas, sociais, políticas, os problemas de desenvolvimento, sócio-econômicos políticos e segurança nacional.

Porém o programa assim posto passa a ser limitador do

desenvolvimento do momento-aula, uma vez que os acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais, fatos veiculados nos meios de comunicação, portanto, elementos conjunturais da sociedade, devem ser considerados nas discussões, levando necessariamente para melhor andamento do momento-aula a fugir do programa pré-estabelecido.

Assim o programa da disciplina de E.P.B. deve ser considerado como um referencial para o desenvolvimento do processo-aula que permita a análise da problemática em debate e uma avaliação crítica que leve às proporções de transformações sociais..

Por outro lado essas transformações são intimamente dependentes das transformações culturais do povo. Por isso, como ponto de partida tornou-se necessário fazer a retomada da herança e do processo cultural, entender no tempo o "background" de mentalidade e cultura apresentados pelo povo brasileiro levando em consideração a inovação, a descoberta e seu processo "operandi" na cultura.

Na formação de uma nação o vínculo entre cultura e sociedade leva a verificação de quanto a formação cultural tem sido fator determinante no entendimento do comportamento do homem na sociedade e em cujas raízes e processo cultural encontram-se alguns vetores significativos do comportamento social, das ações políticas, etc.

Desta forma a disciplina de E.P.B. desenvolvendo esses elementos da cultura contribui sobremaneira na formação do jovem universitário de qualquer área, preparando-o para enfrentar e entender a ordem comportamental do povo, sua mentalidade e tentando promover as mudanças à partir da



condição cultural vigente no país.

No entanto, o que se verifica na Universidade é a pouca aceitação da disciplina pelos alunos em geral e pelos professores de outras áreas que a consideram um instrumento ideológico a serviço do governo desde a época em que foi criada até a atualidade.

Por outro lado, como já se delineou neste trabalho, pode-se considerar que no momento presente a perspectiva deve ser outra, atribuindo-se à disciplina uma responsabilidade de ampliação da massa crítica de alunos nas questões nacionais e internacionais mais importantes, integrando-os à ordem social de maneira a instrumentalizá-los para o enfrentamento dessa ordem, principalmente conscientes dos condicionamentos negativos do sistema na época de sua proposição.

Acredita-se também na operacionalização de mudanças sociais desejadas tomando como ponto de partida o laboratório de idéias promovido pelo momento-aula da disciplina de E.P.B., vetorizando soluções par os complexos problemas sociais e estimulando os jovens num ideal de participação político-partidária que além de se tornarem profissionais encaminhem-se também para a atividade político social.

Torna-se desta forma, importante o momento-aula, onde o currículo, aquele efetivamente desenvolvido pelos alunos e pelo professor, deve ser desencadeado de forma a permitir aprofundamento, riqueza de informações, nível de participação, liberdade, coerência além de outros aspectos importantes.

Devidamente considerada a cultura no seu sentido amplo, isto é, toda herança cultural e também os novos elementos que estão se aculturalizando trazidos pela inovação e

pela descoberta, além de formadora de padrões e valores de uma sociedade, levaria a um trabalho dentro do currículo da disciplina de E.P.B. que propicie melhor formação do universitário enquanto cidadão.

Portanto, vê-se a necessidade de se apresentar uma proposta de diretriz curricular para a disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros partindo do desenvolvimento da cultura brasileira de forma a contribuir na preparação dos universitários como cidadãos conscientes das dimensões do passado, presente e futuro da nação brasileira. Concorrendo, sobretudo, para que todos caminhem para um processo de integração com o seu semelhante, com seu meio, dentro do seu tempo, exercitando os valores culturais positivos que compõe a identidade nacional.

## 2 SEGUNDO CAPÍTULO : OS GRUPOS SOCIAIS E A REALIDADE

### 2.1 AÇÃO POLÍTICA E OS PADRÕES CULTURAIS

Quando há preocupações em caracterizar a ação humana e sendo o homem um ser plural depara-se com muitas variáveis. Poder-se-ia até dizer que são tantas quantos são os gestos humanos. Todos sabem que as ações humanas são levadas a concretizarem-se pela vontade do indivíduo quando movido por interesses e determinadas expectativas de vida provenientes da relação do indivíduo para outro indivíduo, do indivíduo para com o grupo, do grupo para com o indivíduo e, em última análise, do indivíduo para com a sociedade e da sociedade para com o indivíduo.

Por outro lado, a cada ação social identifica-se uma ação política, específica de conduta, a qual está presente em todos os momentos na vida de relações, associada intimamente aos padrões estabelecidos pela sociedade.

Esses padrões, resultado de uma herança cultural, trazem em si uma ordem moral já vivenciada. Por exemplo, localizam-se determinados costumes dentro de uma cultura que funcionam como freios ridibitórios de maneira a condicionar e impedir determinadas ações do indivíduo no social. Esses costumes vão se transformando em leis, construídos no decorrer dos tempos fazendo parte do processo de evolução da sociedade e também com o tempo alguns costumes poderão deixar

de serem vivenciados.

Assim o indivíduo, em cada grupo social que atuar, encontrará padrões pré estabelecidos pela cultura desse grupo, traduzido em leis, costumes, etc.

É fato corriqueiro que os homens muitas vezes, prezam e obedecem os sistemas de regras que governam a sua interação, mesmo quando qualquer consideração, possível de vantagem individual aconselharia a desobediência.<sup>88</sup> (p.36)

Em cada papel desempenhado pelo indivíduo nos grupos sociais, dentro da sociedade, está implícito uma política direcionadora das ações devido aos objetivos que quer atingir. Algumas ações podem se caracterizar como resultado dos padrões culturais estabelecidos em seus costumes e leis; outras, são resultado das pressões exercidas pelos dinamismos humanos tais como: o crescimento demográfico, o processo de inovação, o processo de dominação e da evolução dos grupos sociais.

Cada um desses fatos forçam o indivíduo dentro de cada grupo social a assumir um posicionamento político como também pode colocá-lo a margem do processo político em nível de alienação. Mesmo que o indivíduo não esteja construindo idéias e planejando mudanças sociais mais significativas, faz-se necessário esteja consciente desse posicionamento e sua significação social.

Quando os padrões culturais da sociedade são rígidos e fechado às inovações, fica difícil aos indivíduos a construção de novos sistemas de idéias, concepções e planos para organizar melhor a sociedade.

Mesmo assim, o homem tenta superar esta situação estagnada por constantes buscas inerentes às expectativas humanas fazendo construções mentais e concepções com relação à soluções da problemática social, de forma lenta certamente, levando a proposição de mudanças com maior ou menor extensão ou significação social.

Estes ideais e convicções podem variar quanto a extensão do acordo existente a seu respeito, quanto ao grau relativo de sua abstração ou concretidade, intensidade e coerência. Mas, apesar das variações de extensão, concretidade, intensidade e coerência, é sempre a presença de diretrizes morais e cognitivas comuns que torna possível a vida organizada. São as crenças comuns que permitem que as pessoas se compreendam mutuamente e saibam o que podem esperar uma das outras. O esquema básico da conduta humana é, portanto, a interiorização de acordos e valores comuns, e não a escolha de meios eficientes de alcançar fins individualmente definidos.<sup>88</sup> (p.38)

Desta forma, à medida que o grupo nacional faz interiorização de novos valores, facilitando a implantação de novas mudanças que criam conflitos e atritos com os valores mais antigos, estabelece-se um processo dialético.

Neste processo cujo salto leva à formação ou transformação de consciências implicando novas ações políticas e conseqüentemente novos fenômenos sociais. Neste sentido, no entender de DEBRUN, todo fenômeno social é político quando:

a) Constitui uma intervenção nas estruturas fundamentais das sociedades globais, visando quer a sua manutenção, quer a sua transforma-

ção, quer a sua criação;  
 b) Constitui uma manifestação de força, ou conduz a tal manifestação, ou decorre dela ou apenas implica no reconhecimento da legitimidade da utilização da força, pelo menos em determinadas circunstâncias;  
 c) Constitui quer um projeto consciente, individual ou coletivo, quer a consequência de tal projeto, sendo ele voltado para a ação concreta e por ela inspirado. O que significa que só ações humanas podem ter um teor verdadeiramente político.<sup>20</sup>  
 (p.38)

Também entende-se a política como "ciência do possível" onde em um plano ideal todo sistema de idéias ou planos podem concretizar-se na prática; porém na realidade concreta os ajustamentos se dão formando novas sínteses. Assim

A consciência política se corrige no contato da ação, o que não quer dizer que ela deva ceder ao oportunismo e deixar que suas diretrizes sejam ditadas pelas circunstâncias; a linha diretora, os princípios podem permanecer inabaláveis, que o conteúdo concreto dos programas se determine à medida que o empreendimento político se esboça, e de outro, que as considerações táticas variem de forma muitas vezes considerável.<sup>20</sup> (p.66)

## 2.2 AÇÃO POLÍTICA E A DIALÉTICA DO TEMPO

Admite-se que a ação política é o resultado primeiramente de uma consciência, esta por sua vez tem como vetores principais de sua formação : o modelo sociológico do indivíduo, do grupo, como também, o momento histórico. Essas ações são geradoras de inúmeros acontecimentos que podem operar mudanças sociais ou não conforme a sua repercussão.

Na realidade concreta muitos são os fatos que não re-

dundam em mudanças, justificando-se apenas, pela presença no momento em que ocorreu. Outros acontecimentos, por sua vez, tem repercussão fazendo com que não somente o grupo que é atingido viva o processo mas outros segmentos da sociedade passem a se inteirar do mesmo, discuti-lo e operar conseqüentes mudanças.

Pode ainda ocorrer que o fato não repercuta no momento de sua efetivação mas seja reavivado posteriormente provocando conseqüentemente mudanças.

Vê-se, desta maneira que o fato discutido pela sociedade é um processo dinâmico que pode provocar mudança de mentalidade, desenvolvendo uma consciência que é base para novas ações sociais e políticas.

Considera-se, portanto, que toda mudança social somente deve culminar após a população ter-se inteirado do evento projetado, discuti-lo em seus vários segmentos criando nova mentalidade e conscientemente operar essa mudança.

Entende-se assim um povo, num determinado momento como resultado de seu passado comum. Na prática, porém, vários acontecimentos do passado, na situação específica do Brasil, que promoveram mudanças estruturais, foram desencadeadas apenas por alguns segmentos da sociedade, onde a elite econômica e política atuou sem a participação da maioria da população.

Justifica-se assim, porque ações políticas tão significativas, em determinados momentos históricos, inclusive perdas irreparáveis de vidas humanas, não provocaram mudanças estruturais mais significativas.

Por outro lado, verifica-se pela herança cultural a

mentalidade do povo aguardando o líder que lhe resolverá os problemas, evidenciando o desconhecimento pelo povo de sua história, sua impotência, dado a sua hipossuficiência cultural, diante do atendimento de suas necessidades que são muitas porém relegadas a segundo plano pela minoria no poder.

No entanto, a medida que as informações de toda ordem se popularizam, vê-se a necessidade emergente de abrir os canais para que os vários segmentos da população façam suas solicitações, discutam os seus problemas e se responsabilizem na implantação das soluções encontradas. Se assim não se fizer, acredita-se que os níveis de tensão e de conflitos humanos estarão sempre em evidência e a sociedade estará fadada a sofrer grandes abalos futuros.

A ação política no processo social brasileiro dá indicadores de que dentro dos grupos sociais há inúmeras contradições que ora facilitam ora impedem mudanças.

### 2.3 OS GRUPOS SOCIAIS E A AÇÃO POLÍTICA

Pela literatura sabe-se que na sociedade brasileira ao longo dos quase 500 anos de nação os grupos sociais inicialmente existentes tendem a alterar-se estruturalmente, embora outros tenham surgido em função da crescente complexidade da sociedade, permitindo maior ou menor participação do cidadão no processo evolutivo social e cultural.

Como resultado dessa evolução dado a industrialização do país verifica-se na sociedade contemporânea urbana brasileira a tendência aos aspectos urbanos nos seus costumes, usos, valores e comportamentos que a diferenciam, sobretudo, da sociedade patriarcal rural do período colonial.



Até a pouco tempo esse tipo de sociedade patriarcal dominava a maioria das relações sociais, embora não tenha deixado ainda de existir totalmente, pois está integralmente presente em algumas regiões do nordeste brasileiro.

A respeito disso, verifica-se no discurso do presidente MÉDICI à SUDENE(6 de junho de 1970) quando diz "Vi como os homens se vinculam à terra, vinculados a seus donos", caracterizando um comportamento do sistema patriarcalista onde a dominação é do senhor de terras.

Desta forma, vive-se uma transição da sociedade contemporânea capitalista com resquícios da patriarcal, caracterizada pela mentalidade colonial que perdura ainda, fruto da herança cultural e deficiência nos processos educacionais.

Assim vê-se o cenário brasileiro construído por padrões culturais fechados dentro de uma mentalidade patriarcal reagindo na tentativa de reestruturação. Ao mesmo tempo, os grandes centros urbanos são atingidos pelo influxo das inovações provenientes em sua maioria das sociedades mais adiantadas tecnologicamente como a América do Norte, Alemanha e Japão; que são trazidos e reproduzidos, principalmente, pela informática, gerando uma contradição que ora favorece o desenvolvimento e ora aumenta a dependência externa.

Verifica-se, assim, que os grupos sociais brasileiros são afetados direta e indiretamente pela política de importação de modelos de desenvolvimento estrangeiro descuidando-se do processo de nacionalização, isto é, da manutenção de valores sociais, morais, culturais brasileiros;pondo em risco a identidade cultural do povo. No entretanto o risco deve

ser substituído pela síntese emanada de sua contradição no sentido de acelerar o processo de nacionalização .

Para se entender os grupos sociais e realidade deve-se fazer referência ao grupo biológico de tal realidade.

### 2.3.1 GRUPO BIOLÓGICO

A família contemporânea brasileira tendendo a família nuclear nas grandes cidades vive no momento a industrialização, em novo "modus vivendi", homem e mulher trabalhando fora; a família desintegrada pelo sistema acrescido pelas dificuldades na comunicação entre os seus componentes e onde os filhos são cuidados por pessoas despreparadas ou pela "babá eletrônica", a televisão.

Por outro lado, a contradição diante do crescimento demográfico exigindo novo posicionamento da sociedade quanto ao planejamento familiar; a forte influência do econômico caracterizando uma sociedade eminentemente urbana capitalista, onde cada indivíduo está ilhado, com um intenso individualismo que o descaracteriza como pessoa humana a medida que se torna um operador desse sistema.

O comportamento presente retrata fragmentos de sistemas de idéias, costumes, hábitos que vem compondo a família brasileira e revela, sobretudo, um sistema fechado que dá poucas oportunidades de ascensão social para o indivíduo principalmente aquele que nasce nas famílias pobres, infelizmente a grande maioria.

Entende-se o homem como agente no processo de mudanças no social, como também, ator nesse processo tendo que se adaptar às condições do meio. Portador da cultura, inicia

seu processo de vida no primeiro grupo social - o grupo biológico, a família, cuja influência sobre o indivíduo caracteriza-se como elemento fortemente condicionante. A criança fragil e dependente dos pais ou responsáveis, aceita quase sempre, as exigências condicionantes do meio.

Por outro lado, ressalte-se a posição da mulher neste contexto, bastante incômoda por sinal, pois, é vista por muitos como matriz biológica do homem. Embora sua responsabilidade se estenda aos cuidados dispensados com a educação da criança, uma vez que nossas escolas por questões econômicas, revelam um crescente número de mulheres como professoras as quais têm desempenhado grande influência na formação dos primeiros passos do cidadão brasileiro.

Contraditoriamente subexiste uma condição de subalternidade da mulher; logo, questiona-se que influência poderá ela exercer no sentido de orientar a criança na vida? Como exemplificar e propor mudanças se a elas, em nossa sociedade, têm sido dificultada a mudança do seu "status quo"?

Esses padrões rígidos, preconceituosos, limitadores da ação política da mulher dentro da sociedade brasileira continuarão tendo reflexos negativos em todas as dimensões do social enquanto a liberdade não for concedida no sentido do reconhecimento de que há um espaço de direito a ser ocupado pela mulher. A partir do momento presente, vivenciando mais de perto a realidade e sua dinâmica, a mulher está contribuindo embora timidamente somando suas potencialidades a do homem na transformação social. Exige-se desta forma uma reavaliação da mulher e sua função social.

A postura política que a família brasileira oferece

aos seus filhos é extremamente deficiente; reflexo de um sistema social fechado que por sua vez reproduz um sistema educacional que não estimula a criança a um maior grau de participação e diálogo dentro do ambiente familiar. A mentalidade patriarcalista define os papéis de cada componente familiar, onde o pai, muitas vezes, é quem determina a profissão do filho ou da filha.

A configuração no Brasil do modelo sociológico para os indivíduos na família, mostra a tendência para a manutenção de alguns padrões culturais ainda rurais, preservadores de uma ordem social somados a uma predisposição contínua e emergente, estimulados pelos meios de comunicação, no sentido de aceitar novos padrões impostos por uma ordem internacional.

Esses novos padrões construídos a partir da industrialização no país, com as tecnologias importadas, valores culturais advenas, propõem novas idéias e hábitos conflitantes com os existentes na cultura vigente forçando a sociedade brasileira a cada momento revisar seus valores.

No momento se faz necessário a preservação de alguns valores, até a total compreensão de sua reconceituação pela sociedade; pois a simples imposição de valores novos poderá em certos casos provocar, irremediavelmente, a destruição da família.

Já se percebe, atualmente, a dificuldade que a família brasileira enfrenta em transmitir essa herança cultural em transformação para os filhos; principalmente a da classe média cujos pais recorrem à psicologia com modelos de educação estrangeiros que conflitam com a nossa realidade. A

classe mais pobre da população, que é maioria, não tem condições para dimensionar a educação dos seus filhos, procurando passar seus valores rurais, descaracterizados, muitas vezes, pela vida urbana e portanto sem a autoridade advinda da convicção.

Dado a contingência da vida rural brasileira surgiu há algumas décadas a figura do "jeca tatu" que caracteriza no brasileiro o indivíduo carente pela falta de alimentação protéica, de vitaminas, carboidratos e o mais grave a falta da alimentação espiritual, a hipossuficiência de conhecimento, de significado de vida, de valores, de objetivos que posicionem o indivíduo na família.

Partindo da família como em todos os setores da vida, independente de etnia, credo, sexo, cor ou posição social, se faz necessário que o indivíduo tenha seu espaço para crescer com uma consciência mais ampla de vida, projetando suas ações calcadas em posição política bem definidas.

Dentro das dimensões da vida humana na atualidade e mais precisamente nas relações do indivíduo dentro da sociedade verifica-se a importância da preservação de determinadas normas, padrões, leis que proponham a proteção e manutenção da vida humana.

Essas normas, padrões, leis se aperfeiçoam no processo evolutivo do Ser Humano; em sua adaptabilidade ao meio, na construção do conhecimento através das experimentações que faz em contato com a natureza, e com sua realidade social. Nesta interação partindo da família o indivíduo se ajusta nos outros grupos sociais que cada sociedade lhe oferece, vivendo normas e leis concernentes a cada grupo.

A sociedade brasileira em construção, dentro de um país extremamente carente de recursos financeiros, materiais e humanos, busca o desenvolvimento através de ações no campo econômico que têm refletido diretamente na formação dos cidadãos na família.

Essas ações não estando voltados a um desenvolvimento global que favoreça a todos, geram nas famílias constantes desequilíbrios na sua ordem orçamentária não lhes permitindo atender as necessidades básicas dos filhos em crescimento.

Por outro lado na visão do sistema econômico vigente, desde as atividades braçais mais simples até aquelas que exigem elaboração mental com certos níveis de especialização, configura o direito do homem na medida de sua produção, isto é, aquela computada no PNB (produto nacional bruto).

Essa visão de direito exige reflexões profundas que levem à conceituação da produção de um país como o resultado do produto de todas as atividades desenvolvidas por todos os cidadãos.

Assim sendo, no PNB do país deve-se incluir desde os serviços da empregada doméstica até os trabalhos desenvolvidos pelos menores que cuidam de seus irmãos mais novos enquanto os pais trabalham fora.

Verifica-se, desta forma, que muitas atividades que não são computadas dentro do PNB impedem revelar a real produção do país.

Por outro lado, se a sociedade permite a instalação do círculo vicioso da miséria a consequência tem sido os baixos níveis de produção em vários campos profissionais, principalmente naqueles que exigem trabalho braçal.

A miséria leva a deficiências alimentares que por sua vez determina a diminuição de produção do indivíduo, que enfrentando concorrência no profissional não consegue emprego e conseqüentemente torna-se um marginalizado da sociedade.

O referencial econômico do país tem permitido fazer um selecionamento dos indivíduos para o trabalho, aproveitando os que possuem melhor aparência física.

A produção do mundo, por sua vez, se vê ameaçada de não atender a demanda de alimentos necessários dado que as estatísticas humanas registram que dois terços da população mundial já passam fome. Esta carência alimentar naturalmente retarda as modificações que a sociedade em evolução determina.

Evidencia-se, desta forma, que numa ordem biológica o direito do Ser Humano ao alimento é desrespeitado uma vez que se constata, no momento, não é a falta de alimentos mas a impossibilidade de acesso a ele.

Questiona-se como a sociedade humana que existe devido ao seu agente, o homem, mantém um sistema de vida que tende a destruir o próprio homem?

À medida que se tornam presentes os efeitos dos desequilíbrios sociais, provenientes da carência alimentar e do descaso com que o Ser Humano é tratado pela sociedade e pelo poder público, novas leis são instituídas redimensionando as existentes e que funcionam na maioria das vezes mais como repressoras às situações e aos indivíduos do que propriamente saneadoras das causas ou amparadoras do indivíduo.

A lei já não é uma tradição santa, mas um simples texto, lex, e

como representa a vontade dos homens que a fizeram, essa mesma vontade pode modificá-la.<sup>82</sup>(p.74)

Nas sociedades primitivas, por tradição, o chefe do clã tem direito sobre a vida dos seus descendentes enquanto sob sua tutela.

A violação do costume é desarmonia. Qualquer ato desarmônico recebe uma sanção que corresponde a sentimentos comuns e não a meras reações individuais.<sup>82</sup>(p.34)

No entretanto, à medida que a sociedade evolui, no conhecimento do homem sobre si mesmo, as questões biológicas da geração e desenvolvimento do corpo físico levaram a diminuição do poder paterno. A posse sobre os filhos hoje se configura em leis atribuindo aos indivíduos a paternidade responsável.

A outra consequência é ter sido a lei, que anteriormente era uma parte da religião e por conseguinte o patrimônio das famílias sagradas, dali em diante passou a ser propriedade comum de todos os cidadãos.<sup>82</sup>(p.74)

É necessário, portanto, a permanência de certas leis que vinculem pais a filhos, uma vez que a fragilidade do Ser Humano nos seus primeiros anos é uma realidade. A criança exige inúmeras atenções desde a higiene até o transacional afetivo.

Numa ordem natural, verifica-se que o homem bem colocado socialmente também estará bem na sua ordem afetiva e volta-se ao filho procurando supri-lo em suas necessidades.

Por outro lado SILVEIRA afirma que "a ação do Ser Hu-



mano é inicialmente orientada pelas suas qualidades sensitiva e perceptiva antes de atingir a qualidade ideativa."(p.30)<sup>82</sup>  
Nesse processo se faz a construção das leis na praxis da sociedade, apoiada nos padrões culturais para melhor absorção e assimilação pelo povo, evitando choques de hábitos e costumes.

Muitas leis podem advir de outras culturas, principalmente quando essas outras culturas são consideradas mais evoluídas. A aceitação dessas leis pode resultar em desequilíbrios e fortes consequências sociais.

No momento a sociedade brasileira corre o perigo da legalização do aborto no país, que além de criminoso vem romper com uma ordem de vida, um valor universal da cultura. O ato é criminoso uma vez que a ciência não dispõe de provas para asseverar em que momento o nascituro tem vida e por outro lado numa ordem cultural se configura para a mulher brasileira ter filhos.

O descaso aos valores morais de uma cultura e a imposição de leis que não atuam nas causas dos problemas e fazem o arremedo do saneamento dos efeitos dessas causas, levam uma sociedade, indiscutivelmente, a problemas coletivos graves.

A família brasileira encontra-se em perigo quando o sistema social, capitalista, dentro de uma mentalidade materialista, tenta legalizar a morte através do aborto, como legalizou o divórcio sem antes estruturar os meios para atender os filhos dos casais separados.

A legalização do aborto poderá levar em consequência à legalização da eutanásia, confirmando prejuízos graves de

uma sociedade que perde a visão espiritual de mundo.

Se a família brasileira, dentro do seu sistema social já se encontra desintegrada numa ordem sociológica, hoje se vê ameaçada nos seus fundamentos biológicos, psicológicos e ecológicos.

### 2.3.2 GRUPO PEDAGÓGICO

Os problemas levantados sobre a sociedade em geral, e particularmente sobre a família atingem a estrutura do sistema educacional.

Compreende-se que a criança aos dois anos começa suas relações mais intensas com terceiros; assim é colocada em escolas maternas para receber as primeiras orientações de sociabilização, criando o hábito do convívio com pessoas fora da família e entre outras coisas se familiarizar com o ambiente escolar.

Compreende-se a continuação da formação do modelo sociológico, iniciado na família do indivíduo, onde a criança faz incorporações de novos hábitos, valores, costumes, etc. Essas novas influências, positivas e/ou negativas do grupo podem operar marcas profundas na personalidade em formação da criança que se encontra aberta para a vida e para novas experimentações.

Como a criança aprende naturalmente, mesmo quando brinca, no tratamento a ser ministrado a criança na busca do desenvolvimento de suas potencialidades e avaliação do seu crescimento, observa-se que se a criança for submetida a padrões repressivos com disciplina inibidora e pouco criteriosos, por exemplo, em termos de justiça, isto levará a limi-

tação das potencialidades dessa criança.

A falta de justificativa às repreensões, a falta de diálogo, a falta de segurança dos pais e dos professores com relação aos valores a serem cultivados pela criança e a hipossuficiência cultural da grande maioria da população leva à formação de personalidades passivas, com manifestações tolhidas, desequilibradas, ora agressivas e violentas ora sem nenhuma expressão.

Na atualidade parece ser senso comum na escola conservar a criança dentro de um relativo comportamento com padrões de disciplina excessivamente rigorosos onde pessoas despreparadas estão atendendo essa criança de forma autoritária e castradora.

O professor, induzido pelo sistema, vê-se com as mesmas dificuldades da dos lares com agressões, desrespeito à sensibilidade da criança acrescida de uma excessiva preocupação de ministrar conteúdos programáticos, isto é, sem alternatividade ou flexibilidade para os devidos ajustes no tempo e às necessidades momentâneas das crianças.

Prevê-se que aos sete anos a criança assuma padrões de socialização. Nessa socialização, processo de adaptação à vida social, verifica-se que a Escola, como sistema de idéias, traz reflexos do sistema social com poucos estímulos aos valores de vida, vida comunitária, desconhecimento dos direitos e deveres do cidadão, enfim pouca participação na vida social.

Observa-se inclusive conflitos nos valores ministrados nas escolas e nos lares mostrando o distanciamento existente entre pais e professores, falta diálogo sobre essa

problemática, que antes de tudo deveria ser resolvido pela ação conjunta da família, escola e comunidade.

Por outro lado, o currículo escolar está distanciado das atividades diárias das crianças cuja realidade, muitas vezes, é desconhecida pelos professores, ou melhor, as experiências vivenciadas pela criança são desconsideradas devido a massificação do ensino e um sistema social que impede a humanização da educação.

Não se deve aceitar que crianças, seres ávidos de atividades orientadas, sejam submetidas a deformações de personalidade, que podem se tornar graves, como a exigência do silêncio em sala de aula por horas a fio, da imobilidade da criança e do sentar um atrás do outro estimulando o individualismo e a submissão, requícios de uma sociedade onde a educação era privilégio da classe burguesa que preparam seus filhos para tal disciplina.

Onde está a Escola como sensibilizadora para a vida, numa sociedade democrática?

Há muito que se fazer para isso. A sociedade é conservadora caracterizando ações políticas ultrapassadas, carecedoras da audácia do jovem influenciando sobre a Escola que apresenta condicionamentos muito fortes que são reflexos do sistema social fechado e repressivo.

O estudante ao chegar à Universidade se apresenta como elemento derrotado, sem perspectiva e sem coragem para propor mudanças, sem condição de discernimento sobre os problemas sociais, com os quais convive, porém sensíveis a eles e evidenciando impotência e insegurança.

Todo tipo de estimulações deveria ser proposto pela

Escola aos indivíduos levando-os a todas as atividades que a vida oferece, desde o exercitamento da faculdade de pensar criticamente até a busca de concepções de vida que o promovam. Há necessidade de

Uma concepção humanista, porquanto coloca no centro das suas preocupações o homem e sua realização total, concebida como uma finalidade; uma concepção científica pelo modo como o conteúdo do humanismo ficará definido - e assim enriquecido - por tudo o que a ciência continuará a dar-nos de novo no domínio dos conhecimentos sobre o homem e sobre o mundo; - sobre a tecnologia ou seja, a aplicação sistemática da ciência, e, duma maneira geral, do conhecimento organizado, em tarefas práticas e concretas, permitindo ao homem não só a melhor compreensão dos processos objectivos que o envolvem, mas sobretudo maior garantia de eficácia da sua acção global. (p.25)

Sabe-se que a educação é revitalizada pela inovação trazida pela ciência, tecnologia, moda, etc e deveria ser levada a todas as camadas sociais da sociedade, na zona urbana e rural, por uma ordem de direito humano em que o conhecimento não pode ser privilégio de alguns.

Por outro lado, esse conhecimento para ser assimilado pelos vários níveis da população devem chegar a eles em uma linguagem ajustada a sua compreensão. Cada novo elemento, no campo tecnológico, por exemplo, desde o telefone até as redes elétricas devem chegar ao indivíduo com explicações do significado social de sua utilização, sua função e as consequências do uso indevido.

Verifica-se que a educação, na grande maioria das nações no mundo particularmente as subdesenvolvidas, sofre

restrições orçamentárias pelo sistema econômico desses países, impedindo a chegada do conhecimento a grande maioria da população.

É por isso que a Comissão (UNESCO) sugeriu que, nas políticas e estratégias educativas, toda a tendência neomathusiana o desenvolvimento da educação deveriam ser rejeitadas - isto por razões ao mesmo tempo culturais, políticas e econômicas. O fim da educação é permitir ao homem ser ele próprio "vir a ser"<sup>24</sup>(p.31)

A Escola tem criado, através dos tempos, pelas transmissões dos elementos culturais do passado de forma tão distante da realidade presente que cada vez mais se percebe uma marginalização da própria escola. Os conteúdos das disciplinas de história e geografia, por exemplo, nos primeiros e segundos graus estão voltados somente a acontecimentos isolados do passado para a história e na geografia se estuda características de relevo, localização e nomes de cidades fora do país em detrimento do conhecimento da processualidade dos fatos e do solo pátrio nos seus caracteres geográficos.

No Brasil o jovem diante da escolha de uma profissão defronta-se com a seguinte situação: verifica que de um lado estão os seus próprios anseios, muitas vezes, confusos devido a falta de referenciais e estimulações mais amplos de toda a gama de profissões e esses anseios precisam se compatibilizar com os anseios dos próprios pais. Por outro lado, o mercado de trabalho apresenta restrições e uma política econômica que impede escolhas mais acertadas por parte do futuro trabalhador ou profissional.

Os instrumentos educativos tornaram-se incompatíveis com os meios financeiros e a produção de diplomados ultrapassa as capacidades de absorção da economia, criando, assim um desemprego de qualidade, cujos inconvenientes não se limitam só a insuficiente rendabilidade, mas se traduzem por desgastes psicológicos e sociais, cuja amplitude ameaça o equilíbrio do corpo social.<sup>24</sup>(p.18)

Em resumo, perde o jovem por sentir desajustado profissionalmente e o país por não aproveitar convenientemente o seu contingente profissional qualificado na sua força de trabalho. Disso pode-se concluir a necessidade de uma ordenação regionalizada de agências que possam informar periodicamente as necessidades dessas regiões; com projeções de futuro, podendo servir como indicadores de cursos solicitados pelo programa de desenvolvimento regional.

Onde está a sala de aula como laboratório de vida?

A sala de aula, a interação professor-aluno estão exigindo uma revisão para que se oportunize um aprendizado que permita a formação do indivíduo agenciador positivo do social, com ações coerentes e honestas, que reflitam senso crítico, onde o conhecimento não seja apenas exposto e aceito mas questionado dentro da realidade.

O atual professor no processo educativo não deve mais abrir picadas para o aluno passar, mas fornecer as ferramentas para que ele próprio possa abrí-las de uma forma livre, criativa, permitir novas perspectivas de vida. Desse modo, facilitará ao aluno o selecionamento das melhores ferramentas e o estímulo das decisões que deverá tomar na solução do problema fazendo suas próprias descobertas.

A realização do aluno não estaria somente no diploma conquistado mas no conhecimento que adquiriu, nas descobertas que fez, sentindo-se útil e parte de um contexto de vida.

O professor, a par dos seus trabalhos tradicionais, é chamado a tornar-se cada vez mais um conselheiro, um interlocutor; mais o que ajuda a procurar em comum os argumentos contraditórios do que aquele que tem todas as verdades preparadas; deverá consagrar mais tempo e energia às actividades produtivas e criadoras: interação, discussão, animação, compreensão, encorajamento.<sup>24</sup> (p.141)

A Universidade, como sistema de idéias, é necessariamente política em suas ações e, em contraposição, à medida que tenta ser apolítica, condiciona seus aprendizes a um conformismo, uma insegurança, à dependência dos que estão no poder e um alheamento aos assuntos de ordem sócio-política, reforçando um individualismo sem estrutura e levando a um estado de incapacidade nas decisões que o indivíduo terá que fazer diante das alternativas de vida, hoje e futuramente.

A Escola deve estimular os indivíduos a um posicionamento mediante uma consciência crítica.

A democratização da educação só é possível sob a condição que se liberte dos dogmas da pedagogia tradicional, que se intitua um livre e permanente diálogo no acto educativo, que este crie um novo processo pessoal de tomar consciência existencial, e oriente em qualquer ocasião o estudante para a autodidaxia - numa palavra, que o aluno se transforme de objecto em pessoa. A educação é tanto mais democrática quanto se reveste com o carácter



duma ascensão livremente procurada, duma conquista, duma criação, em vez de ser - presente ou coacção - uma coisa dada ou inculcada.<sup>24</sup>  
(p.137)

À medida que não se abre , no processo educativo, alternativas aos indivíduos criam-se criaturas dependentes, despreparadas para a vida, sem possibilidade de operar mudanças sociais necessárias, sem possibilidade de viver os acontecimentos de seu tempo.

Os acontecimentos são percebidos mas não reflexionados ou, são analisados dentro de referências estreitas. Privilegiando o tecnicismo em detrimento de uma visão humanística forjadora da personalidade.

Duma cultura geral que tenha por objectivo não já fazer aceitar uma ordem dada, mas, pelo contrário, preparar o homem para a transformação cada vez mais rápida das suas condições de vida, o acentuar não a assimilação de um saber e duma moral, mas o espírito crítico e a criatividade; enfim, duma cultura geral que não seja já o privilégio de alguns mas a qual todos tenham acesso a fim de que cada um tenha a formação e a informação necessárias para tomar parte conscientemente e de forma criadora nas iniciativas e nas decisões.<sup>35</sup> (p.145)

Se a Escola não propõe, curricularmente, a educação para a liberdade e para a sensibilização para a vida, estará fadada a gerar graves crises. Por outro lado, o currículo deve atualizar-se lembrando que os veículos de comunicação estão influenciando sobre o indivíduo com recursos aprimorados da imagem, sons e cores.

Quando a juventude se recusa a preparar a guerra, a generalizar a poluição, a servir incondicionalmente o crescimento e os condicionamentos do consumidor, não se trata duma recusa rousseauniana da técnica em vez de subordinar a vida exclusivamente a técnica, mas de subordinar a técnica à vida. <sup>35</sup>(p.31)

A constituição brasileira prevê a todos os brasileiros escola gratuita até o nível de primeiro grau. Se por um lado há uma ordem de direito por outro lado existem vários impedimentos no modo de vida da população dentro da sociedade brasileira, onde o sistema econômico vigente é o principal responsável.

Muitas situações têm sido levantadas através de pesquisas sociais revelando a ausência e a evasão escolar logo nos primeiros anos escolares somadas também a falta de escolas em várias regiões brasileiras.

Dentre as causas levantadas verifica-se: a baixa condição sócio-econômica das famílias brasileiras, obrigando a criança a deixar a escola e voltar-se ao trabalho para ajudar no sustento da família. Assinala-se também a criança da zona rural que em períodos de safra abandona a escola. Fato que alerta os responsáveis pela educação a adaptar o sistema escolar à comunidade e às suas necessidades.

O levantamento demográfico no país revela a necessidade de mais escolas, primeiro devido ao crescimento populacional e também à concentração da população em faixa etária em idade escolar. Esta situação exige grandes investimentos materiais e humanos com a correspondente mobilização da comunidade para a execução dessa tarefa.

Se não se experienciar o espírito de comunidade na solução dos problemas sociais faltará a mentalidade que valorize a escola, não somente como elemento ou meio de ascensão social mas principalmente como instrumento de promoção espiritual do homem, que se liberta através do conhecimento.

A importância que se dá aos níveis de conteúdo amplo e do passado revela uma visão de escola tradicional brasileira, onde são administrados conteúdos de pouca aplicabilidade na vida do educando. Desta forma a própria escola corre para o êxodo rural; uma vez que, dissociada do emergente e do contingencial social, não estimula a permanência do homem na localidade pelo conhecimento ministrado.

Em consequência a mobilidade social se acelera provocando inchamento das grandes cidades, com grandes concentrações populacionais despreparadas, criando problemas sociais muito sérios.

Assim a realidade da comunidade deve ser discutida dentro das escolas porque, quer queira quer não, esta se faz presente na escola, repercutindo negativamente quando analisada é tratada emergencialmente e sem apoio dos órgãos governamentais.

As preocupações das escolas em manter viva a herança cultural, numa transferência constante de geração a geração, é louvável. Mas as inovações provocam na sociedade novas solicitações propondo novos espaços nos campos profissionais. Dentre essas solicitações verifica-se a criação de novas profissões, o desaparecimento de outras, o aperfeiçoamento de algumas, exigindo da escola novos direcionamentos para uma melhor qualidade de mão de obra.

Dentro de um pensamento de justiça social o homem tem direito a todas as descobertas e inovações como participar delas no sentido do progresso coletivo, porém a realidade indica a preocupação dos grupos internacionais de controlar essas informações, impedindo-as de chegarem ao conhecimento do povo, principalmente nos países pobres como o Brasil.

Cabe a escola equacionar o problema do currículo ministrado com objetivas visões sociológicas do passado, o contingencial presente e as projeções do futuro da sociedade brasileira.

A condição atual da escola brasileira impede níveis maiores de reflexão do educando que se preocupa mais em assimilação constante de conteúdos, muitas vezes pouco sistematizados, não permitindo associações com outros conhecimentos ou sua realidade.

Verifica-se enormes deficiências na educação política a que todos tem direito; reafirmando que a escola não pode ser apolítica por que cada afirmação do professor no desenvolvimento de qualquer dos seus conteúdos revela uma intenção. Esta intenção que pode estar explícita ou implícita influe sobre a atuação do educando na ordem social.

A escola brasileira, extremamente conservadora, mantém a posição do aluno inferior ao professor, permitindo alguns arbitrarismos por parte da escola e do professor.

Por outro lado, a escola em nível de terceiro grau, numa ordem de direito, dá ao educando em suas normas algumas garantias, permitindo-o influir sobre decisões junto aos professores nos assuntos administrativos, jurídicos, etc, nos colegiados com a representação legal embora insignificante.

O sistema educacional estimulando desde os primeiros anos da escola uma atitude passiva do aluno, condicionada, que o leva aos níveis mais elevados de escolaridade excessivamente conformado, pouco exigente, aceitando uma baixa qualidade de ensino.

Numa ordem internacional é preciso que todas as inovações e descobertas realizadas pela humanidade chegue a todos da comunidade mundial como um direito. Desta forma o conhecimento não ficaria restrito a uma parte da população que no caso é a elite economicamente abastada.

Dentro dessa perspectiva o homem responderá aos estímulos do mundo com mais compreensão, com mais consciência e com mais responsabilidade.

#### 2.3.2.1 EDUCAÇÃO RURAL

O Brasil geograficamente extenso além de um ecúmeno extraordinário; visto a flora, fauna, relevos geográficos, climas, tem o seu povo distribuído desigualmente pelo território criando regionalismos culturais e necessidades diferentes de forma a exigir uma ação política educacional diferenciada em seus vários aspectos.

A cada situação uma ação diversificada, e uma análise dessas situações parte de MIGUEL SOLER, em torno do problema da orientação às escolas rurais equacionando diretrizes em vista a América Latina.<sup>80</sup> (p.26-7)

Dentre suas alternativas, propõe atribuir a escola rural a responsabilidade de atuar como agência de promoção de desenvolvimento social, não somente com a atividade pedagógica normal mas influenciando no crescimento integral das co-

munidades, isto é, a estimulação e a viabilização na criação de novos segmentos econômicos na localidade, partindo da própria comunidade pelo exercício da união de esforços, de uma consciência política e social, como também, considerando o processo cultural, onde a escola viva e valorize os elementos culturais positivos existentes.

Para isso, naturalmente, prevê-se, além de um currículo básico semelhante ao desenvolvido no urbano, a complementação de conteúdos que concorram para o desenvolvimento ou atendimento das necessidades imediatas e mediatas da comunidade.

Dado a precariedade de vida das comunidades brasileiras em grande parte do território nacional, a escola deve assumir o papel de vetor emergente de conjugação de forças da comunidade na tentativa de amenizar as deficiências da situação presente.

Em muitas regiões brasileiras de nível cultural limitado decorrente do pouco desenvolvimento econômico, social e político, caracteriza-se uma ausência de estímulos e atitudes dos governantes responsáveis na promoção desse desenvolvimento.

Dentre as propostas práticas desenvolvidas no Brasil permanecendo em caráter experimental, dado o curto tempo que foi permitido a sua realização, registra-se o trabalho pedagógico de PAULO FREIRE. Sua proposta parte da realidade do grupo que vive o processo pedagógico. Parte de um conjunto de signos verbais levantados desse grupo, caracterizando uma série de elementos culturais vividos pelo grupo. No processo exercita o pensar dos indivíduos partindo de seus próprios

elementos verbais, seu significado, uso e função. Utiliza de algumas palavras para ir construindo outras ampliando o repertório do educando, e, ao mesmo tempo, traz uma conscientização política de sua realidade.<sup>29</sup>

Como pouco tem sido feito para mudança da realidade nacional o rural continua enfrentando em suas regiões mais pobres os seguintes problemas:

ingresso das crianças ainda em idade escolar no processo produtivo e sua entrada tardia na escola; êxodo rural; descompasso entre o período de trabalho no campo e o ano letivo; inadequação do currículo escolar à realidade do trabalho rural; professores pouco preparados; alto índice de analfabetismo; inexistência de programas de educação de adultos; baixa produtividade do sistema formal; alto índice de evasão e de repetição.<sup>31</sup>(p.329)

Sabe-se do descaso com que é tratado a educação rural pelos responsáveis na área federal e estadual com determinações de planos únicos para todas as regiões: a baixa remuneração dos profissionais de educação desestimula os professores levando a assumir essas funções pessoas leigas da comunidade; a falta de escolas; ausência de diretrizes para o futuro com relação aos problemas sociais, como exemplo, fornecer ao homem do campo uma educação que permita a valorização do seu trabalho no seu habitat natural, de tal modo que não seja a mudança para a cidade sua única alternativa.

Assim a educação rural enfrenta as limitações da mentalidade vigente, como também, a forte imposição político-partidária dos municípios, com a hegemonia do poder nas mãos de alguns, impedindo as necessárias modificações estruturais

no social com repercussões na educação em sua localidade.

### 2.3.2.2 EDUCAÇÃO NO ANO 2000

Podemos e devemos, no estado actual das coisas, interrogarmo-nos sobre o sentido profundo de que se reveste a educação no mundo contemporâneo, suas responsabilidades para com as gerações actuais, que tem de preparar para o mundo de amanhã, sobre seus poderes e seus mitos, suas perspectivas e finalidades.<sup>24</sup>  
(p.69)

Diante da alerta de FAURE acima, pode-se fazer algumas projeções de futuro no campo da educação, isto devido ao aceleramento das mudanças, a transitoriedade constatada pelos futuristas, que o mundo atravessa, impulsionadas pelos dinamismos humanos.

Primeiramente o crescimento demográfico que passa a exigir recursos de toda natureza para atender, em consequência, as novas necessidades do homem. As novas descobertas e as inovações provam, a cada dia, a força da capacidade criadora humana com todas as necessárias alterações das sociedades em evolução e de seus grupos sociais.

Devido a esse aceleramento justifica-se cravar algumas estacas no futuro próximo de forma hipotética, tentando definir pontos a serem atingidos no campo da educação na tentativa de evitar a surpresa do homem despreparado para a vida no futuro.

Desta forma, um dos primeiros passos para quem deseja fazer projeções de futuro é iniciar com questionamentos e conjecturas; procurando através delas, mesmo que pareçam absurdas à primeira vista, revelar os primeiros traços futu-



ros.

Alguns questionamentos:

- Estará a educação futura voltada para o conhecimento do homem, sua natureza, sua composição como unidade bio-fisio-dínamo-psicológica-espiritual? Neste momento em que o homem for realmente entendido em sua complexidade, a ciência e a filosofia se encontrarão?

- Se MARIA MONTESSORI, através de seus estudos, esclareceu a necessidade do desenvolvimento das percepções utilizando os cinco sentidos em um aprendizado pleno para a vida, qual a possibilidade, no campo da educação, da percepção dos campos energéticos presentes na matéria e nos seres da criação?<sup>62</sup>

- Quais os benefícios que traria ao homem o conhecimento e a percepção desses campos energéticos?

- Caberia situar o homem dentro da compreensão de um ecossistema a sua relação com o seu equilíbrio biológico como também psicológico e os elementos energéticos fornecidos pelo meio (plantas, seres humanos, animais, cosmo, etc)?

- Compreender esse ecossistema possibilitaria uma maior identificação do homem com a própria natureza?

- O desenvolvimento do ser humano através da estimulação dos cinco sentidos feito pela educação integral não deveria ampliar-se na observação e constatação de outros sentidos extra-sensoriais?

- Isto se fará somente em nível espiritual (mental)?

- Para projetar a educação em linha do psicossocial quais seriam os caminhos?

- Desenvolver massa crítica de grupos em várias áreas

do conhecimento?

- Promover uma veiculação de símbolos e idéias universais?

- Desenvolver processos de mudanças de mentalidade sem violentar o homem?

- Será, em linha cultural, desmistificar o quanto possível os preconceitos e o misticismo presente no ser humano?

- A conceituação da educação como busca de uma integração do homem à natureza (plantas e animais) e ao meio (comunicação entre seres humanos) define sua identidade espiritual, em perfeita sintonia e interdependência em níveis energéticos e conscientes de sua localização em campos de afinidade mental?

Ao avaliar a dimensão que a educação assume percebe-se a sua abrangência quando se afirma que "educação é vida" e que se está constantemente aprendendo. Assim o homem se desenvolve mais rapidamente quando o número de experiências diversificadas lhe permitir colocar todo o seu campo sensorial em atividade, saber atribuir valor a tudo que percebe e sente, compreender o seu significado e a sua transitoriedade.

A experiência vivida pelo homem até a década de oitenta, neste século, tem demonstrado um aceleramento cada vez maior na evolução dos conhecimentos, novos sistemas de idéias, novos valores, ciência e tecnologia, novos costumes.

A responsabilidade deste fato cabe aos dinamismos humanos que tem forçado esse processo. Um deles é o crescimento demográfico que leva, com muita pressa à preparação para

um novo "modus vivendi", ao aproveitamento dos recursos, à avaliação e a reavaliação de tudo que deve ser aproveitado e reaproveitado e ao que pode ser deixado de lado.

Outro dinamismo, dentro da inovação, é caracterizado por novas maneiras de pensar e agir sobre o meio; seja na natureza física mineral, vegetal e animal como também em linha de comunicação nos níveis de relações humanas; na arte. tudo se resume em um transformar consciente do mundo material em cultural de forma constante e ativo.

Através dos tempos ecoam as palavras de SÓCRATES "conhece-te a ti mesmo"<sup>68</sup> alertando da necessidade premente do ser humano responder a questão filosófica do quem sou e as complementares de onde vim e para onde vou.

A composição material do ser humano tem sido desenvolvida com muito requinte pelos campos científicos, apesar de que a ética humana tenha freado a possibilidade de experimentações que possam penetrar em campos desconhecidos da intimidade biológica espiritual humana, correndo o risco com essas experimentações de desestruturar pessoas em processos irreversíveis.

É extraordinário pensar que a ética tenha caminhado à frente, sendo construção do próprio homem, freando os seus impulsos de descoberta, não para atrasá-lo no processo, mas dentro de uma legítima proteção à sua própria sobrevivência.

Neste ponto, percebe-se ainda o desconhecimento do ser humano, a gênese da vida e a sua essência. As teorias são desenvolvidas num afã de descobrir o porquê dessa individualidade única e que cada reação é singular, única, em cada indivíduo, no tempo e no espaço.

A psicologia tenta, através de estabelecimento de modelos de comportamento do indivíduo, fixar categorias de criaturas humanas; estrovertida, introvertida, etc, que não refletem a grandiosidade e complexidade do homem.

Partindo-se do homem como um ser plural, dado a multiplicidade de suas facetas no manifestar-se no tempo e no espaço, não só em sua constituição biológica mas nas relações com o mundo, isto é, com a natureza e seres humanos, pode-se concebê-lo como unidade bio-fisio-dínamo-psicológica espiritual.

A compreensão do homem como energia e reconhecendo-o um sistema aberto, leva a verificar a intimidade existente desse indivíduo com todos os campos energéticos existentes no meio, desde os níveis de radiações cósmicas até os campos de energias das plantas.

A experiência demonstra que nas criaturas humanas existem graus de sensibilidade acompanhada de uma maior ou menor fragilidade, que não conseguem suportar grandes variações de temperatura, assim como cargas emocionais violentas. Realidade que nos leva a indagações sobre a ordem espiritual do Ser.

Transparece nesse ponto a transcendentalidade do ser humano, ou melhor, a ligação do nível espiritual ao material - matéria, vontade e ação - onde o indivíduo parece trazer um móvel impulsionador dentro de si; centelha divina ou não, sempre em busca do melhor, vetoriza suas ações dentro de um manancial de energia onde o homem está em constante doação e assimilação.

Assim na composição do ser humano temos a alma, ele-

mento semi material para alguns que transcende ao corpo físico mas que ligado ao corpo material é o moto realizador interferindo no processo dinâmico universal tendo como limites às suas ações as leis superiores que o reconduzem a seu caminho quando se afasta dele. Portanto o ser humano deve ser compreendido como um ser dinâmico e em constante mudança.

Para um futuro onde os meios de produção corresponderão perfeitamente às necessidades básicas humanas, estar-se-á com as atenções nesta busca de identidade; a educação, através da transmissão do conhecimento, vai permitir ao homem atingir o limiar da transcendentalidade, não como se fosse um fim de caminho mas como um estado a atingir de consciência humana que conduz a total libertação.

A percepção do homem atingirá níveis inimagináveis com possibilidade de assimilações do conhecimento e síntese. Ainda, num processo de rastreamento de todas as suas experiências (sensações e ações) codificará constantemente o seu conhecimento que direcionará suas ações.

Graças à experiência e aos meios existentes ou em potência, nas sociedades actuais, é possível (diga-se sem diminuir em nada as dificuldades da tarefa) ajudar o homem a desenvolver-se em todas as suas dimensões: tanto como agente do desenvolvimento, agente da transformação e autor da sua própria realização - o que vem contribuir, pelos caminhos do real, para o ideal do homem completo.<sup>24</sup> (p.243)

O século 21 caracterizará um desenvolvimento tecnológico com melhor controle de energias. Firmará definitivamente a utilização da energia nuclear com ilhas atômicas que

irão fornecer e abastecer a todas as nações.

Os níveis de equilíbrio ecológico passarão a ser de conhecimento da maioria e principalmente a consciência da identidade do homem com o mineral, com o vegetal, com os animais e com os seus semelhantes concorrendo para que os níveis de relações se realizem com extrema harmonia.

O próprio conhecimento da transitoriedade das coisas ventilada por TOFFLER no livro Choque do Futuro onde cada elemento cultural está submetido a um processo de constante transformação através das descobertas e inovações num acelerado ritmo de vida acompanhando a dinâmica universal; essa transitoriedade reflete um menor desapego às coisas materiais que sempre serão meios e nunca fim.<sup>87</sup>

Se o século atual fosse caracterizado no processo escolar do aprendizado com o desenvolvimento das percepções a partir dos cinco sentidos humanos, como elementos significativos na assimilação das experiências, pelo menos em alguns centros, para o século seguinte, com o auxílio da psicologia poder-se-á pensar na extensão desses sentidos à outros níveis de percepção; como a dos campos energéticos ou a visão das irradiações desses campos até a possibilidade do comando via mental do controle do fluxo energético do organismo humano.

Em vista disso o filósofo brasileiro HUBERTO ROHDEN afirma que o professor do futuro deverá "ser um filósofo, um metafísico, um místico ..."<sup>76</sup> (p.52)

Se o homem pode atingir essa plenitude do viver, LEINIG em seu tratado sobre musicoterapia alerta quanto ao desequilíbrio psicossocial individual quando afirma:

A identidade natural e espontânea é cheia de confiança nas próprias potencialidades, e um dos estados experimentados raramente pelo homem. Uma identidade normal se estrutura na alegria de Ser, na consciência de viver, de se constituir numa criatura única, que entra em ressonância com tudo o que existe, enquanto que a identidade patológica estaria em desarmonia consigo mesmo e com os demais.<sup>50</sup> (p.245)

Desta forma, a educação do futuro, consciente do seu papel social, tentará atuar nos graus de mentalidade do povo desde a atualização e revitalização dos seus valores positivos, o exercício da consciência social da opção onde cada um tem a liberdade de escolha das metas a atingir desde que não concorram para o desequilíbrio social até no desenvolvimento da cultura científica e tecnológica com a criação de centros de excelência abertos, isto é, livre acesso a todos os interessados independente do seu curso de formação.

Hoje quanto à sensibilidade ao estético, identifica-se em camadas sociais mais pobres do povo, a descaracterização e a ausência do sentido estético e até da forma. É capaz que a favelada ao ganhar uma roupa usada e faltando botões, não saiba sequer combinar as cores ao pregar os novos botões. Na escolha do nome para os filhos ela demonstre o seu distanciamento do sentido dos símbolos e da linguagem, sendo que lhes atribui o nome ABC porque a filha de seu compadre chama-se Aidê. Verifica-se também os barracos não mais tendo a forma de uma vivenda. São as carências no social que o processo de evolução humana clama por mudanças aceleradas e se faz transmitir e conservar somente o que é desejável para o futuro.

Todo processo educacional deverá criar um ambiente amplo, tanto mental como social, para o indivíduo, levando a escola a sua função principal como integradora e fortalecedora do indivíduo, tanto no plano perceptivo como cognitivo.

Sua linha cognitiva é importante, embora o conhecimento não deva estar dissociado da moral, pois deve haver perfeita harmonia e integração entre a conduta social e o caráter do indivíduo.

Em função da complexidade da vida humana e suas atividades sociais devem estar sempre presentes na estrutura dorsal de todos os currículos as contribuições da biologia, fisiologia e a lógica das ciências experimentais.

A tendência a atribuir valores distintos a cada estudo e a considerar o currículo em seu conjunto como uma espécie de agregado formado pela justaposição de valores isolados, é o resultado do isolamento dos grupos e classes sociais.<sup>21</sup> (p.274)

Verifica-se a impossibilidade de se promover mais rapidamente novas descobertas e inovações devido a dificuldade de comunicação entre especialistas de várias áreas do conhecimento. Há uma linguagem própria em cada especialidade do conhecimento levando ao excesso de individualismo; e como exemplo pode-se admitir que se ainda não existe o coração mais aprimorado é devido a dificuldade de comunicação entre o médico e o engenheiro.

A consciência futura que toda idéia ou fato científico novo, mesmo proveniente de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, é de propriedade da humanidade toda, criará dimensão nova no relacionamento entre os povos com repercussão



na melhoria da justiça social e no atingimento do bem comum.

Não vivemos em um mundo fixo e acabado, e sim, em um mundo que evolui e onde nossa principal tarefa é a visão retrospectiva - todo conhecimento como coisa distinta da reflexão é retrospectiva - tem um valor na proporção da solidez, segurança e fecundidade com que garante<sup>21</sup> os nossos negócios como futuro.  
(p.166)

Nesta atividade de prospecção, a reflexão é o método de toda experiência educativa, onde estudar é um ato de reflexão e DEWEY assinala como pontos essenciais da reflexão:

que o aluno esteja em uma verdadeira situação de experiência,  
- que haja uma atividade contínua a interessa-lo por si mesma,  
- que um verdadeiro problema se desenvolva nesta situação como estímulo para o ato de pensar,  
- que possa ter os conhecimentos informativos necessários para agir nessa situação e faça as observações necessárias para o mesmo fim,  
- que lhe ocorra sugestões para a solução e que fique a cargo dele a desenvolvê-las de modo bem ordenado.  
- que tenha oportunidades para por em prova suas idéias aplicando-as, tornando-lhes clara a significação e descobrindo por si próprio o valor delas.<sup>21</sup> (p.179-80)

Em conclusão, para o futuro, segundo DEWEY, a Escola deve estimular o ato de pensar que implica em atos - consciência de um problema, a observação das condições, a formação e a elaboração racional de uma conclusão hipotética, culminando com o ato de por experimentalmente em prova.

O indivíduo se realiza no social, na constante participação, na constante realimentação em nível cognitivo e a-

fetivo, mas sempre através de uma atividade realizada, exigindo que

para sua plena eficiência, nas escolas precisam de mais oportunidades para atividades em conjunto, nas quais os educandos tomem parte a fim de compreenderem o sentido social de suas aptidões e dos materiais e recursos utilizados.<sup>21</sup>  
(p.43)

No futuro compreender-se-á que tudo é possível quando houver liberdade e consciência crítica do seu uso. Assim

liberdade é mais uma atitude mental do que ausência de restrição exterior de movimentos, mas que esta qualidade espiritual não se pode desenvolver-se sem grande produção de movimentos para os atos de explorar, experimentar, aplicar, etc.<sup>21</sup>  
(p.337)

Desta forma, será preciso que a escola tenha ampla liberdade de promover estudos e incursões em todos os campos de ordem material e espiritual; assumindo, a universidade, o seu caráter de universalidade, aberta, despreconceituosa, descomprometida politicamente com grupos de interesse, mas compromissada em oferecer uma visão de mundo com alternativas infinitas; oportunizando ao homem, como Ser complexo e plural, poder respirar, movimentar-se, descobrir coisas novas, projetando o futuro e estimulando o exercitamento do amor universal através de realizações para o bem da humanidade.

### 2.3.3 GRUPO ECONÔMICO

As atividades das instituições econômicas, particulares ou estatais, de um país, refletem sempre em suas ações uma ideologia como por exemplo; a de produção, de vendas, de compras, e assim por diante.

A produção, vista numa linha industrialista, traz em seu processo de fabricação uma política que propõe linhas de montagens em que o indivíduo faz parte do processo ao lado da máquina.

O operário não mais percebe o ciclo completo da fabricação do produto, diferenciando do antigo artesão que conhecia e dominava todas as etapas da fabricação; desde as primeiras manipulações da matéria prima até as etapas de acabamento do objeto fabricado.

Desta forma, essa política favorece o menor custo e o maior lucro, visa maior eficiência e eficácia, especializa um modelo dentro de um sistema, onde os comportamentos na fabricação, tanto no trato do produto como a participação do indivíduo estão previamente estipulados.

Esse sistema cerceia a criatividade que pode acontecer no início do processo, isto é, na planificação do produto quando o projeto não for importado.

Por outro lado, esse sistema, de elementos padronizados, estandardizados, dentro de sociedades mais desenvolvidas, traz melhor padrão de vida aos operários ludibriando as pessoas das comunidades menos desenvolvidas favorecendo as migrações.

Já a industrialização, em países onde a mão de obra

é maior que a oferta, tende a criar graves situações de exploração do homem pelo homem, onde deslealmente o indivíduo é submetido a uma espécie de escravidão legalizada.

No Brasil, tem-se uma mescla dessas situações, variando de região a região, que se caracterizam com maior ou menor industrialização, e com maior ou menor adensamento populacional. Existe uma situação atualmente agravante devido o processo de recessão econômica que atravessa o país favorecendo o desemprego.

A base institucional de nossa economia é o resultado do conflito entre duas forças: a necessidade de maximizar eficiência produtiva porque isso conduz ao crescimento mais rápido e o desejo de gerar e apropriar externalidades porque dessa forma se atinge a um maior equilíbrio social.<sup>49</sup> (p.209)

A industrialização no Brasil está entregue na sua quase totalidade, exceptuando as usinas metalúrgicas e petrolíferas com participação acionária do Estado, às mãos de empresas multinacionais, tomando por base principalmente o produto fabricado e o alcance no mercado consumidor.

Esta situação é resultante de uma política do Estado que tem permitido a implantação de indústrias transnacionais numa tentativa de, em prazos curtos, se conseguir ampliar o mercado de trabalho.

O sistema capitalista, no Brasil, tem exigido a reunião de capital, seja por empréstimos no estrangeiro, por sistemas de cadernetas de poupança ou por cobrança de impostos. Com esse capital faz-se o investimento conforme as necessidades sociais e interesses dos grupos financeiros

controladores desse capital.

A extensão da aplicação desse capital arrecadado, dado a pequena quantidade desses recursos e sua má aplicação em relação às necessidades prioritárias de crescimento que o país atravessa, não tem resolvido os problemas emergenciais regionais. Esses recursos tentam atender ao plano nacional de desenvolvimento com projetos faraônicos, resultantes de uma política econômica otimista vislumbrada pelo ministério do planejamento, e atender os problemas sociais; desemprego nos centros urbanos, seca em regiões do nordeste, deficiência de habitações, etc.

A ação do Estado foi decisiva, em primeiro lugar, porque se mostrou capaz de investir maciçamente em infraestrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, o que estimulou o investimento privado não só por lhe oferecer economias externas baratas mas, também, por lhe gerar demanda. Coube-lhe, ademais, uma tarefa especial: estabelecer as bases da associação com a grande empresa oligopolica estrangeira, definindo claramente um esquema de acumulação e concedendo-lhe generosos favores. Encontrando um esquema de acumulação bem definido em que se apoiar e gozando de amplos incentivos, a grande empresa oligopólica estrangeira, predominantemente a europeia, decidiu investir no Brasil.<sup>11</sup> (p.121)

A política de centralização pelo Estado do poder econômico garantiu, de um lado um melhor controle de produção; agilizando o mecanismo de exportação, através de incentivos, e limitando as importações; estimulando a produção nacional exportadora. Por outro lado criou subsídios para favorecer a aquisição por parte dos consumidores dos bens produzidos.

Um aspecto importante é que não têm sido poucas as ocasiões em que o empresário nacional tem aceito de bom grado a intervenção estatal como forma de proteção a competição estrangeira ou mesmo como tipo de seguro especial, em que as eventuais reduções de rentabilidade são compensadas por menor variabilidade de renda (e portanto menor risco) ao longo do tempo. Por outro lado, a interação entre Estado e empresa também se refletiu na reorganização administrativa do setor público bem como na busca das empresas estatais em atingir critérios de eficiência equivalentes àqueles apresentados pelo setor privado.<sup>49</sup> (p.210)

O controle de produção permite, numa ordem regional e nacional, o direcionamento do consumo pela população, isto é, a estimulação para substituir o consumo de certos produtos por outros, sempre em concordância com as novas direções do processo produtivo.

Todos os países como o Brasil que dependem da importação do petróleo, o qual tem sofrido nos últimos anos uma supervalorização, têm sido levados à graves crises econômicas com índices inflacionários altos.

Além da crise do petróleo, a carência e a má canalização dos recursos arrecadados pelo Estado somados as excessivas despesas das empresas estatais concorrem para acelerar o processo inflacionário e em decorrência a uma política de recessão.

O aumento inesperado do preço do petróleo, que em um ano se elevou de US\$ 3,41 para US\$ 11, provocou, através do deficit na balança comercial de todos os países que importam petróleo, uma transferência líquida de recursos para os países árabes cuja magnitude supera qual-

quer outra experiência semelhante em toda história. Calcula-se que os 13 países que compõe o cartel de petróleo tiveram um lucro líquido em relação ao resto do mundo de cerca de US\$ 70 bilhões em 1974. Este desequilíbrio econômico e financeiro acelerou as tensões inflacionárias e ajudou a provocar recessão econômica.<sup>49</sup> (p.207)

Todo sistema econômico, em recessão, busca mudanças conjunturais; solicitações a população de uma tomada de posição no sentido de maior economia no uso das energias disponíveis como também de produtos que possam ser exportados.

O Brasil, como país em desenvolvimento, eminentemente agrícola, tem se sustentado, em sua política econômica internacional, através de exportações de produtos agrícolas, principalmente grãos, cereais, etc. Essa posição de produtor agrícola tem exigido uma política de criação de recursos para estimular o produtor ao plantio de determinados grãos que mais encontram comercialização no exterior. Por outro lado, a dependência que a agricultura tem das condições climáticas tem levado a estabelecer um sistema de seguro para o agricultor cobrir as perdas em função das variações climáticas.

O mundo de hoje vê-se coagido a uma política de provisionamento, com ações fiscalizadoras da população no sentido de não permitir que saiam do país riquezas minerais, matérias primas exauríveis, até a preocupação de reciclagem das sucatas e materiais obsoletos fazendo o reaproveitamento desses bens.

O Brasil vive um conflito entre duas situações: a primeira a internacionalização, com a permissão de instalações de empresas transnacionais, e a segunda com a necessi-

dade de proteção de suas riquezas. Os interesses políticos das multinacionais estão centralizados em seu país de origem e mais especificamente no grupo controlador financeiro, que em busca da maior rentabilidade de seus negócios que contrapõe aos interesses nacionalistas que visam a manutenção em território brasileiro de suas riquezas.

A posição de país em desenvolvimento tem trazido um onus bastante elevado ao povo brasileiro, isto, devido a política de constantes empréstimos em bancos internacionais levando a desequilibrar a balança de pagamentos, onde os investimentos estrangeiros no Brasil não trazem lucros imediatos e suficientes para o pagamento das dívidas assumidas.

Exige-se portanto uma política de seleção das indústrias implantadas no Brasil, com critérios mais rigorosos quanto a escolha dos produtos a serem fabricados, se dirigidos ao mercado interno e externo, supérfluo ou não, e se estão, numa ordem de prioridade em relação aos planos de desenvolvimento do país. LANGONI afirma que "qualquer política de estímulo à produção interna deve começar prioritariamente com a ampliação da nossa capacidade de pesquisa."<sup>49</sup> (p.207)

A criação de indústrias de base desencadeiam um número enorme de outras indústrias; por exemplo, cada usina metalúrgica com boa capacidade produtiva, pode alimentar outras empresas manufatureiras tendo em consequência geração de mais empregos.

Tanto o desenvolvimento industrial como o agrícola, prioritários no país, devem se apoiar em estruturas construídas pelo social com vistas à;

1 - preparação e absorção de mão de obra disponível;



2 - ampliação do mercado interno de modo a torná-lo acessível ao poder aquisitivo de toda a população;

3 - compatibilização dos processos produtivos com as matérias primas disponíveis nas várias regiões;

4 - melhoria e diversificação do sistema viário de modo a permitir transporte menos oneroso;

5 - localização mais adequada dos centros de produção de modo a redução dos custos dos produtos semi-acabados e acabados.

6 - melhoria e redução dos custos dos transportes urbanos.

A política de consumo até então, direcionada numa linha de concepção puramente econômica, onde é intensificado o consumo que promove maior produção, que por sua vez, concorre para a ampliação das fábricas, aumentando os lucros e arrecadações para o Estado como para os empresários.

Por outro lado, o marketing de vendas, por intermédio dos canais de comunicação de massa, sem qualquer critério no selecionamento das mensagens veiculadas, estimula indiscriminadamente o consumo de vários produtos.

Na comercialização encontram-se empresas voltadas a distribuição e manutenção de equipamentos importados, necessários às atividades produtivas nacionais e a outras aplicações. A esta situação deve-se seguir uma política de nacionalização dos produtos importados ou ao incentivo no uso de similares nacionais, talvez menos eficientes, porém evitando a saída de lucros para países estrangeiros.

Sabe-se que a cada substituição de peça de um equipamento importado corresponde divisas que saem do país, for-

çando ao recurso de recuperação de peças como também a fabricação das mesmas no Brasil.

Um elemento agravante na economia brasileira, no campo dos produtos, é o monopólio que as empresas podem fazer ao controlar, desde a matéria prima até a venda do produto no mercado consumidor.

Esses conglomerados financeiros mantêm uma centralização de decisões, dirigindo as empresas sempre com uma visualização do maior lucro, que condiciona os reinvestimentos nas áreas mais rentáveis.

Deve-se também considerar a possibilidade de viver em uma sociedade em que a qualidade da vida é significativamente afetada não apenas por elevados padrões de consumo, mas também pela realização plena dos direitos individuais.<sup>49</sup>(p.211)

As mudanças no modelo econômico devem diminuir gradativamente o empobrecimento da população; prever uma legislação de contenção de remessa de lucros ao exterior, exigindo das transnacionais um índice maior de reinvestimento no próprio país.

As relações entre desenvolvimento e distribuição são extremamente complexas e controvertidas. No caso brasileiro não há, entretanto, como desprezar o impacto do crescimento desequilibrado sobre um mercado de trabalho com características dualísticas(excesso de mão de obra não qualificada e escassez de mão de obra qualificada). A minimização das desigualdades da renda pessoal pode ser conseguida simultaneamente com o objetivo de crescimento, através da política educacional, de saúde, de nutrição, de planejamento familiar e de desenvolvimento tec-

nológico. A acumulação de capital humano, capital tecnológico e capital intelectual desempenha, portanto, nas sociedades modernas, o especial papel de importante fonte não convencional de crescimento e fator de reconciliação entre metas econômicas e sociais.

No delineamento das políticas que afetam as variáveis anteriores começa a ganhar importância crescente a definição das funções a serem desempenhadas pelos investimentos estrangeiros e pelo Estado. O desejo de maximizar o investimento interno e de absorver inovações tecnológicas esbarra na preferência por produção nacional. A necessidade de ampliar a oferta de bens públicos (segurança, educação, saúde, transporte de massa, infra estrutura, etc) bem como de assegurar o controle nacional de áreas estratégicas, cria condições para a expansão do Estado na economia.<sup>49</sup> (p.203)

A sociedade brasileira, através de empresas de pequeno, médio e grande porte, admite o indivíduo propondo um contrato de trabalho com uma série de cláusulas, muitas vezes de difícil interpretação pelo contratado, principalmente o de baixa escolaridade.

Por outro lado, a admissão nessas empresas, atualmente, em função do mercado de oferta de empregos ser menor que o contingente ofertado de mão de obra, não cria opção ao empregado na escolha da atividade a desempenhar e muito menos não permite discutir os termos do contrato de trabalho, cabendo ao poder instituído criar instituições para isso.

Assim sendo os sindicatos devem funcionar de maneira autônoma na orientação de seus membros juridicamente; esclarecendo as questões de estabilidade, dispensa por justa causa e a opção pelo fundo de garantia. A opção pelo fundo de

garantia por tempo de serviço não garante ao empregado demitido a manutenção de sua família por muito tempo. Isto decorre que o valor do fundo de garantia somente se torna significativo dependendo do salário e do tempo de permanência no emprego.

A grande maioria da população produtiva no país se situa em níveis baixos de salários, como também as famílias de maior número de filhos estão nas camadas sócio-economicamente baixas, levando a concluir a deficiência do FGTS.

A legislação, no momento, não prevê salário desemprego. Isto leva o empregado a viver sob tensão constante com medo de ser demitido. Essa dependência o inibe de qualquer atraso ou afastamento temporário do local de trabalho mesmo sendo motivado por doença na família. A lei prevê a ausência nos casos de doenças dos dependentes mais diretos para justificar a falta ao trabalho.

Esta mesma legislação deve fazer com que as empresas cumpram sua função social preocupando-se com as necessárias; assistência social, médica e educacional como também com o respeito as leis sobre a qualidade do ambiente e proteção ao trabalhador.

Isto leva às preocupações com o grupo político dentro da sociedade que deve cumprir o seu papel de forma a construir as leis e efetuar o seu cumprimento atendendo as necessidades do homem.

#### 2.3.4 GRUPO POLÍTICO

A ação social dentro do grupo político toma conotações especialíssimas e de muita importância dentro de uma

sociedade. Uma vez que ela é realizada por agenciadores de uma ordem social que assumem juridicamente uma posição nas estruturas políticas; criadas para organizar, coordenar as múltiplas atividades de uma sociedade.

A organização de partidos políticos, criados dentro de um sistema democrático, permite o surgimento de indivíduos, políticos profissionais, que se candidatam às posições hierárquicas na estrutura política. Através de eleições, com a mobilização da comunidade, atribue-se ao candidato eleito um status que a partir de sua posse permitirá desempenhar papel atuante dentro da sociedade com responsabilidades de desencadear ações políticas de interesse social ou não.

Seja numa composição tribal como em sociedades complexas, a organização social das comunidades como em seu processo de desenvolvimento, caracterizam necessidades sociais e humanas e procuram os meios para que estas sejam atendidas. Atribui-se ao político em exercício a responsabilidade de captar essas necessidades e, através de ações de reorganização das estruturas existentes, de criação de novas e de alterações de leis para atendê-las.

Verifica-se também dentro de uma ordem natural em comunidade o surgimento de líderes naturais ou pessoas, que em função de sua sensibilidade e interação com a vida comunitária vêm sintetizar com suas ações as respostas às necessidades do grupo.

Esses exemplos encontram-se em pequenas comunidades rurais brasileiras, com a ausência de recursos médicos, pessoas que atendem como parteiras, benzedeiros; estas últimas utilizando o recurso das ervas medicinais, oferecida pe-

lo biótico da localidade, atuando como equilibradores de uma ordem bio-psicossocial da comunidade.

As observações desse fato, dentro da comunidade alemã, tem levado a universidade alemã a convidar esses líderes naturais para instrumentalizá-los melhor através de vários cursos de instrução. Esses cursos realizados, dentro do nível de apreensão dos mesmos, os potencializa ao retornar às suas comunidades a um melhor desempenho.

Esses indivíduos, líderes naturais, tal como o político deveriam ser convidados a dar sua participação no poder. Isto nos leva a questionar quem, em uma comunidade, deva desenvolver as funções de político?

Numa visão bem brasileira, percebe-se indivíduos, candidatos a cargos públicos, que não trazem os pré requisitos necessários para o cargo que está almejando, desensibilizados para a problemática da sociedade, busca o poder, muitas vezes nem mesmo representando os anseios da comunidade local da qual emergiu.

O período revolucionário brasileiro, de 64 a 85, de regime autoritário, não permitiu o exercício de eleições, e dificultou o surgimento de um número maior de líderes que pudessem representar legitimamente as expectativas populares.

Compreende-se que, neste período, o processo político do povo não se interrompeu; houve mudança de mentalidade, aumento do nível de educação, maior consciência, e assim por diante, contribuindo para que numa nova etapa, pós revolucionária se realizem atividades políticas democráticas.

O quadro político atual brasileiro, com características regionalizadas dado a sua extensão territorial, tende a

configurar atividades mais autênticas em nível de localidades menores onde os candidatos são efetivamente conhecidos. Porém em muitas regiões as famílias de maior poder econômico, em suas localidades, impoem seus candidatos ameaçando os eleitores com perseguições.

A nível estadual e nacional, o sistema político projeta o candidato, apoiado por grupos econômico-financeiros, através de meios de comunicação de massa, onde seu discurso e seu currículo servem de base para a escolha dos eleitores e assim serem alçados aos cargos desejados.

Caracteriza-se, nessas circunstâncias, a demagogia; em que muitos candidatos, fazendo uso de palavras e símbolos captados junto ao povo, constroem imagens quixotescas de salvadores de uma ordem social e moral. Essas alocações, sem qualquer reflexão sobre seu significado, tentam impressionar a população menos crítica.

A demagogia, provável herança portuguesa, com a valorização da manifestação literária oral do indivíduo, através de verbosidade pouco objetiva, caracterizou o sistema político populista brasileiro com a continuidade de uma mentalidade patriarcal. Essa herança patriarcal na fase da república se configurou com eleições forjadas, candidatos-donos das cidades, antigos coronéis-prefeitos, que dominam todas as atividades políticas de suas comunidades, impecilho ao processo democrático.

A hipossuficiência material da classe de menor poder aquisitivo se agrava com uma hipossuficiência espiritual; faltando à educação e outros elementos básicos, impotentes a reações necessárias.

Desta forma, se torna mais difícil emergir líderes políticos das camadas mais pobres; uma vez que a hipossuficiência leva a descaracterização dos indivíduos dessa classe e os que sobrevivem esbarram com o preconceito do urbano contra aquele que não têm a linguagem urbana. Exige-se, também, conhecimentos tecnológicos devido à mecanização agrícola que está chegando ao rural e hoje é um referencial para decisões nas atuais ações políticas.

Embora se amplie as responsabilidades dos representantes do povo no poder, onde é necessário auscultar e atender as necessidades da população, verifica-se o descuido da classe no poder, quanto à problemática da classe baixa economicamente, com reflexos desastrosos no crescimento da fome e da miséria, que leva ao misticismo como também à prostituição e à marginalidade.

Ante essa realidade verifica-se que a formação do cidadão brasileiro pelo modelo sociológico vigente na sociedade, traz deficiências enormes no aspecto da formação da mentalidade política. Verifica-se no brasileiro, na sua maioria, fuga ao envolvimento às atividades políticas, por descrença à honestidade dentro das instituições políticas, faltando senso crítico e em muitos pelo medo da crítica pela pouca participação devido as suas condições pessoais.

Todo movimento de contestação deve emergir do grande grupo interessado nas mudanças, ato consciente de participação, utilizando meios adequados sem exigir excessivo desgaste de poucos indivíduos nas reivindicações.

O político é e deverá ser sempre o sintetizador de uma ordem social e por isso será sempre combatido, suportando



pressões de toda ordem, e, muitas vezes, tornando-se martir de suas próprias ações. Cita-se, como exemplo em nossa história, as ações extremamente conscientes de Tiradentes que deixa-se imolar para que a causa da liberdade do povo brasileiro sobrevivesse.

No Brasil, atualmente, faz-se presentes duas ordens internacionais de pressão social e econômica; a internacional capitalista e a internacional comunista. Estas duas ordens, altamente políticas, encontram na sociedade brasileira um campo para suas tentativas de manipulação social e econômica com o apoio de líderes nacionais em sintonia com os interesses propostos pelo estrangeiro.

Por um lado, a internacional capitalista encara a comunidade brasileira como um mercado farto para seus produtos industrializados. Produtos fabricados pelas transnacionais; cigarros, remédios e outros produtos a serem consumidos pelo povo brasileiro, condicionado pelos veículos de comunicação de massa.

Essas constantes estimulações tem alterado o comportamento do brasileiro; alienando uma população urbana e desorientando uma população rural despreparada para suportar a alteração dos valores morais e culturais e modismos estranhos à cultura desencadeando desequilíbrios sociais.

Por outro lado, a ordem internacional comunista tenta, através de modelos socialistas, desconhecêr a individualidade do ser humano, tratar a todos como uma massa homogênea, condicionada, com perspectivas de mudanças direcionadas.

Verifica-se que as duas ordens internacionais são sistemas fechados que não permitem muitas alternativas para

o homem, ressaltando sempre os interesses de grupos ou do Partido numa visão economicista puramente, desconsiderando outras expectativas humanas.

Na formação do caráter do povo brasileiro, dados as pressões internas e externas na sociedade, verifica-se pouca consciência crítica, onde se constata uma consciência política quase nula, falta de participação, desconhecimento pelo povo de seus direitos, pouca vivência do exercício democrático do voto. A falta de consciência crítica leva ao poder grupos que dificilmente agenciarão positivamente o homem, no social.

Em toda essa psicologia da vacuidade ou ausências de motivações coletivas da nossa vida pública, há um traço geral que por si só bastaria para explicar todos os outros aspectos, traço que eu já assinalei, para a região centro-sul, em Populações. Este: a tenuidade ou fraqueza de nossa consciência do bem coletivo, do nosso sentimento da solidariedade social e do interesse público. Esta tenuidade ou esta pouca densidade do nosso sentimento do interesse coletivo é que nos dá a razão científica do fato de que o interesse pessoal ou de família tenha em nosso povo no comportamento político dos nossos homens públicos - mais peso, mais força, mais importância determinante, em geral do que as considerações do interesse coletivo ou nacional.<sup>65</sup> (p.297)

Atualmente a participação política efetiva está se tornando uma realidade com o fim do governo autoritário que se instalou no país desde 1964, porém a real conscientização política exigirá quase uma geração para que as escolhas dos candidatos sejam coerentes e honestas.

Por outro lado, o indivíduo no social está constantemente fazendo escolhas, independentemente do governo ser autoritário, ditatorial ou não, porém o que se verifica é que a credibilidade nas estruturas sociais e nos indivíduos candidatos deve ser real para que as ações políticas se tornem concretas.

Assim no momento político que atravessa o país, o cidadão brasileiro busca o direito amplo do voto para a escolha daqueles que assumirão posições em vários cargos do governo. E a estrutura política, hoje, propõe que desde que se filie a um partido político o cidadão brasileiro pode candidatar-se aos vários cargos políticos; porém o que se observa é a descaracterização dos partidos que trazem programas semelhantes porém sem visão concreta de realização.

Caminha-se assim para a configuração de um sistema político partidário democrático, apesar de que o homem brasileiro ainda não adquiriu mentalidade democrática no seu processo histórico e não pratica em sua vivência diária.

Isto se reflete em seu comportamento, onde não aprendeu a respeitar uma fila, não tem consciência do que seja um bem público e na escolha de seus candidatos vota naquele que lhe favoreça particularmente numa posição individualista e sem consciência social.

Dado que a educação brasileira tem-se despreocupado da dimensão da vida social e do desenvolvimento do espírito democrático da criança, esta passa à adolescência e à idade adulta depredando e destruindo bens públicos, praças, elevadores, banco de ônibus, etc.

A contestação ao sistema social se reflete, princi-

palmente nos centros urbanos com muros pichados onde reflete os processos anômicos que a sociedade vive.

As manifestações e posicionamento políticos se revelam também através de ideologias, onde se caracterizam sistemas de idéias anômalos ao desenvolvimento cultural brasileiro, como também, ao processo histórico social.

Estando a maioria da população deseducada no seu processo político, a falta de exercitamento de senso crítico, tem concorrido para a manutenção de sistemas ditatoriais onde poucos decidem por uma maioria.

A característica de povo no Brasil no campo político se configura como tribo, acrescido de uma crise de liderança, de um descrédito da ordem partidária, de publicações em revistas e jornais de desvios e corrupções em altos escalões.

A herança político partidária brasileira tem proposto uma política paternalista; onde o povo aguarda um líder que salvará o país de suas crises.

O direito à democracia precisa ser conquistado com a mudança de mentalidade, reorganizando politicamente o país com a criação de mais associações, sindicatos, agências de mobilização da população para discutir os seus próprios problemas, criando mentalidade comunitária para assumir a solução desses problemas e usando canais legais para reivindicar as modificações sociais que a comunidade desejar.

O brasileiro no momento atual deve intensificar sua participação numa ordem social, buscar influir sobre todas as decisões, mobilizar-se, exigir que seja ouvido e considerado nestas decisões.

Para isso, todas as agências do grupo cultural do

país necessitam participar, em processo educacional, de forma que os resultados sejam efetivos.

### 2.3.5 GRUPO CULTURAL

O grupo social específico envolve todas as instituições que influem mais diretamente sobre o processo cultural do povo ao lado do grupo pedagógico, tratado anteriormente, com maior especificidade dado a sua importância e que se propõe a agenciar a ordem social.

Através desse grupo tem-se desencadeado muitas ações políticas, sendo lamentável que a maioria dessas agências não tenha cumprido com suas finalidades.

Dentre as várias agências culturais, as academias de letras no Brasil, salvo raras exceções, são exemplos vivos de sistemas fechados, preconceituosos, distantes da realidade social, onde o prestígio e as facilidades para os escritores, poetas, artistas, somente lhes são concedidos após terem vencido inúmeras barreiras. A preocupação maior é quanto a apreensão de elementos culturais, presos mais a forma que ao conteúdo, valorizando somente modelos consagrados, impedindo movimentos renovadores e inovadores.

As academias de letras, como centros de cultura, deveriam ser vetores para ações sociais e contribuir efetivamente para as necessárias modificações da sociedade e do social.

Essas instituições podem influir sobre as mentes humanas; a produção literária deveria trazer uma posição política, promover conscientização e atuar diretamente sobre a elite dominante do país.

Usando as palavras de DEBRUN pode-se dizer que no momento as academias detém um poder tradicional com "pouca possibilidade de formular-se em projetos conscientes" e pouco realistas estando "voltada para o passado, não para o futuro e não se "projeta" em direção ao futuro"<sup>20</sup> (p.126)

A igreja, outra instituição agenciadora cultural de importância, no Brasil, assumiu a responsabilidade da catequese do silvícola nacional e a educação dos filhos dos portugueses residentes na nova terra. As primeiras atividades desenvolvidas pelos jesuitas foram seguidas por outras ordens religiosas como também por organizações protestantes.

Na origem, o poder religioso supremo e o poder político supremo estão concentrados nas mesmas mãos - ou sua separação não é senão aparente, motivada por razões de comodidade social: o Pontífice máximo de Roma era distinto dos cônsules, não porque houvesse uma oposição entre elementos religiosos e "leigos", mas porque uma certa divisão do trabalho social já se impunha. O poder religioso é inicialmente um poder no sentido forte; as sanções de que ele é fonte, não somente são executadas pelo poder "civil", mas constituem as sanções por excelência e as sanções que emanam dos elementos civis (cônsules, pretores, edis, etc em Roma), só tem peso quando revestidas de um caráter religioso primitivo usa da força pelo menos tanto quanto da persuasão. Só a terceira característica atribuída aos fenômenos políticos se revela ausente: os sacerdotes não têm absolutamente o sentido de praxis, porque não lhes é necessário confrontar pensamento e ação sendo suas decisões imediatamente executórias e sem apêlo.<sup>20</sup> (p.93-4)

Atualmente uma ala da igreja católica tem assumido

uma posição, no Brasil, por intermédio das comunidades de base na tentativa de atender aos fieis em seus problemas sociais; posse de terras, consciência e ação políticas, etc. Essa posição social tem gerado polêmica, dissensões dentro da própria igreja, debates sobre a função da igreja no ambiente social.

A contradição levantada tem raízes no passado e deve-se ao fato da mensagem católica atual deixar de propor a revolução moral, base das doutrinas cristãs, e assumir o papel de politizadora do povo contrastando com sua postura no passado como legitimadora da política do poder dominante.

Naturalmente que se as religiões cristãs trazem um referencial, definindo um plano de vida que não sintoniza com o contexto de vida humano, com a ausência do sentido de realidade do cotidiano, não encontra repercussões junto às populações. Ao estimular, a médio e a longo prazo, metas que visem agenciar antropologicamente o ser humano, ter-se-á repercussões positivas de mudanças estruturais.

Não se pode ensinar a visão do espiritual aos indivíduos que não conseguem perceber o mais próximo que o cerca, a realidade emergente. Assim sendo, muitas igrejas atuam mais no sentido de congelar comportamentos comprometendo a vida de participação social do indivíduo.

Essa situação alienante pode levar a movimentos religiosos, politicamente deformados; o mais recente, no nordeste brasileiro, "os borboletas azuis", seita que determinava transferir os bens materiais ao chefe da seita, bens dos fieis, que aguardavam e previam o término dos tempos em data, pré-fixada, já passada.

Assim, nos casos de canudos e de Juazeiro, o comportamento dos sertanejos nos revela, indissolúvelmente ligados, a transformação da religião em meio de expressão do desespero coletivo criado pelas condições de vida do sertão e a sublimação desse desespero em delírio rústico, sob a influência de Antonio Conselheiro e do Padre Cícero.<sup>20</sup> (p.95)

Admitindo-se que é difícil separar o homem político do religioso, e vice-versa, e neste caso, a religião pode, apoiada em um processo místico, condicionar a conduta social do homem com interpretações da realidade espiritual levando a ações comprometedoras às estruturas sociais.

Nesses diferentes casos, o aspecto político da religião é duplo. Por um lado, ela é muitas vezes utilizada, consciente ou inconscientemente, direta ou indiretamente, pelas forças sociais, às quais está ligada, dando uma cobertura ideológica, as suas reivindicações ou a suas reações defensivas. Por outro lado, ela pode fazer com que estas forças sirvam a realização de seus objetivos espirituais próprios, mobilizando-as, por exemplo, para a defesa do ensino religioso ou o aumento das subvenções que lhe são destinadas - atitude eminentemente política, porque tem por objetivo a manutenção ou reconquista das posições da Igreja no seio da sociedade global.<sup>20</sup>(p.95)

Naturalmente essa visão de DEBRUN apoia-se num conceito conservador de religião; a liberdade com responsabilidade deve ser a meta em cada doutrina religiosa; estimular o pensar, principalmente sendo portadora dos grandes questionamentos filosóficos. Assim reflexões como: quem sou?, de onde vim?, para onde vou?, elementos fundamentais da vida



humana, têm envolvimento numa ordem biológica, psicológica e espiritual.

Se a Igreja se propusesse, realmente, a responder aos questionamentos filosóficos acima mencionados, a vida do homem, dentro da sociedade, seria questionada em todos os seus aspectos, começando por uma busca de melhor justiça social até a instauração da tão almejada paz.

Assim dentre as várias agências que têm influido na formação da mentalidade e cultura do povo brasileiro verifica-se que a Igreja opera fortemente como agência de cultura, dado aos ensinamentos que propaga amparada pela autoridade do sobrenatural, respeitada ou temida pelo povo.

Por outro lado, a possibilidade, prevista pela constituição, de praticar qualquer credo ou religião no país representa uma conquista no campo do direito.

Como o uso da liberdade traz juntamente a responsabilidade, daí a necessidade das doutrinas dirigirem à população objetivos sadios e elevados cumprindo sua função social.

Na atualidade verifica-se a pouca contribuição no aspecto cultural dado pelas empresas de comunicação por estarem comprometidas com grupos econômicos internacionais, deixando de usar um recurso de grande alcance na transformação do social. Além disso, o bom uso da liberdade de impressão permitiria transacionar muitas idéias que num processo sinérgico levaria as novas conceituações da realidade.

O direito de publicação de livros, revistas, jornais, veiculando todos os níveis de informação e cultura pode romper barreiras, mudar mentalidades, favorecer o aparecimento de novos elementos culturais com o enriquecimento do país.

Infelizmente vive-se, também, a crise do monopólio das editoras brasileiras, algumas desaparecendo, outras sendo absorvidas pelas empresas estrangeiras. A tendência é canalizar um tipo de literatura, comprometida com ideologias estranhas que perturbam o processo cultural brasileiro. Evidencia-se também as deficiências nas traduções que deturpam as idéias originais do autor.

Outra agência cultural significativa são as artes cênicas, principalmente, o teatro quando livre, caracteriza o grau de democratização de um país, como também, reforça o direito de manifestação do ser humano concorrendo para o seu crescimento individual e também social.

Quando a censura discrimina os conteúdos a serem veiculados de forma acrítica, mantém os indivíduos bombardeados com informações filtradas que levam a condicionamentos funestos numa ordem social.

A censura, bem realizada, exigiria que determinadas mensagens fossem analisadas criticamente, após sua apresentação prévia, por bons especialistas em várias áreas do conhecimento. Se identificam falhas na censura o teatro brasileiro, por outro lado, exige crítica especializada para ser melhorado.

A censura pela censura tem levado o povo a buscar o que não é permitido com uma reação normal do "é proibido proibir". Esses indivíduos despreparados para a referida mensagem sofrem desestruturação emocional e psicológica concorrendo para os desequilíbrios psicossociais.

No Brasil se verifica o rompimento de vários padrões culturais com a substituição por outro importados, de país-

ses estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos da América que vem forçando um aculturamento do povo brasileiro, através do cinema, televisão, etc, provocando secções na cultura brasileira, hoje em sedimentação.

### 2.3.6 GRUPO RECREATIVO

A complexidade da sociedade contemporânea tem-se conduzido por uma mentalidade de ordem econômica que favorece uma ocupação espacial, nos centros urbanos, com dimensões de moradias cada vez mais reduzidas.

Essa nova condição de vida urbana onde o indivíduo ao chegar em seu lar não encontra espaço físico para o seu refazimento diário leva a manutenção dos desgastes físicos e emocionais. Esse desconforto amplia-se através do crescimento dos índices de ruídos nas ruas das grandes cidades acrescidas do barulho das fábricas, como também outros elementos poluentes são normais nas cidades industrializadas.

Essa contingência de vida leva a população urbana a inúmeras doenças sociais, desde os descontroles nervosos até processos endêmicos, por contágio, devido a concentração populacional em pequenos espaços.

Verifica-se também, devido as deficiências de urbanização, principalmente nos centros urbanos industrializados, que os indivíduos passam grande parte do dia em deslocamento da casa ao trabalho e vice-versa, reduzindo o seu período de descanso com reflexos em sua saúde.

A própria agitação a que as pessoas são submetidas nos processos de produção, em linhas de montagem, tentando cumprir com eficiência suas tarefas diárias somada aos proble-

mas anteriores levantados, exige uma urgente política de lazer.

Essa política tem levado, algumas prefeituras, preocupadas com o bem estar social de sua comunidade, através de seus setores de educação e desportos, a promover atividades de lazer junto a população; desde passeios ciclísticos até brincadeiras, envolvendo as famílias, em ruas, praças e parques públicos. O resultado é uma maior descontração, melhoria do relacionamento entre os cidadãos, etc.

As empresas, principalmente as de grande porte, estimulam os seus funcionários a práticas de esportes e outras atividades de lazer; buscando melhorar o relacionamento profissional, que visa maior produção e prontidão para o trabalho. Essés primeiros movimentos sócio-recreativos têm funcionado como paliativos sendo necessário uma política mais agressiva por parte dos órgãos competentes.

Isto tem levado a prefeituras a construir centros comunitários, que são frequentados pela classe média e baixa; com espaços para atividades esportivas, canchas, piscinas, com áreas para treinamento na confecção de trabalhos manuais. Utilizando-se de técnicos de educação física, assistentes sociais promove-se a interação entre famílias do bairro e também atendimento, em programas especiais, aos idosos.

Verifica-se que a medida que o índice de periculosidade das cidades aumentam deve-se forçar a uma política de descompressão social. Por outro lado, deve-se também atuar nas causas que provocam o aumento desses índices; miséria, prostituição, desmatamento, desequilíbrios dos ecossistemas.

No Brasil, dentre os esportes mais populares, o fute-

bol tem servido como elementos de descompressão social, dado a convergência de atenções que provoca nos brasileiros em períodos de campeonatos. Nos campeonatos mundiais funciona como polarizador de sentimentos nacionais, por outro lado, não atende totalmente a necessidade da população. Isto por que a participação popular nesse esporte é passiva, onde muitos indivíduos prendem-se a movimentação de poucos atletas e uma bola.

A política do esporte deve ser desenvolvida com incentivos maiores a outras modalidades esportivas, estimulando a população dos vários níveis sócio-econômicos a prática efetiva dos vários esportes, favorecendo a um estado físico e emocional mais saudável.

Todo país deve repensar e criar para seu cidadão uma política de corpo; estimular a população a práticas esportivas, dentro de um espírito de competição, necessária e sadia. Juntamente aos estímulos, esclarecimentos das funções do corpo humano, ensinando desde a escolha da alimentação até a educação sexual, como também o necessário equilíbrio das atividades psicomotoras aliadas às manifestações afetivas do indivíduo.

Esta proposta amenizaria os tabus em relação ao sexo, as deformações sociais que provocam os desvios comportamentais humanos.

A preocupação dos futurólogos em alertar os perigos do futuro; robotização do indivíduo, a programação antecipada do seu corpo biológico, o controle de suas ações e reações, etc, é uma alerta para o presente pois está-se permitindo que o marketing de vendas nas propagandas condicionem

a população brasileira ao consumo de determinados produtos, associando o produto ao corpo físico e suas partes pudentes.

Essa alienação, explorando as deficiências da educação sexual do povo brasileiro leva a inúmeros desequilíbrios. Diante disso, o lazer bem dirigido rompe com essa estrutura sufocante, sendo necessário atividades que mobilizem toda a comunidade de profissionais ligados à assistência social, educação artística, educação física até animadores de programas culturais.

A atividade do lazer elimina deficiências de ordem psicomotoras, emocionais e afetivas do grupo, desperta e exercita o potencial humano de cada um levando a um descondicionamento que facilita a criatividade.

O campo do lazer, com recursos culturais, inerente a cada grupo humano, de arte livre e criativa, vem responder aos grandes anseios da criatura humana: é o seu reencontro consigo mesma, rompendo, muitas vezes, com o modelo sociológico imposto pela sociedade.

A liberdade de produção, dissociado do sistema vigente, somada ao conhecimento e a técnica faz emergir a criatividade pelo lazer. Criatividade que pode ser estimulada pelas viagens turísticas culturais pelo país, viabilizando um número imenso de experiências dentro do regionalismo brasileiro.

No momento o recreativo se identifica apenas com o esporte, no direito de participação de atividades esportivas, inclusive como meio de realização profissional.

O esporte, como todas as atividades de lazer, deve ser do direito da criatura humana rompendo periodicamente os

laços condicionantes do sistema, encontrando-se consigo mesmo, mas sem esquecer das outras modalidades.

Verifica-se que o sistema não favorece a reflexão filosófica do homem sobre sua vida, a humana interação social, a consciência de sua interdependência biológica e psicológica com a natureza (fauna e flora) em visão ecológica, sua característica de ser de localidade, intimamente ligado a sua terra como também realimentado pela ideosfera e ideoplastia de sua comunidade em processo de reciclagem constante.

A conquista ao direito do recreativo exige mentalidade, com indivíduos em perfeita identidade com sua natureza humana, podendo ser frágil na sua constituição física mas forte espiritualmente, podendo promover um mundo mais criativo e realizador.

### 2.3.7 GRUPO INTERNACIONAL

O grupo social internacional, com a evolução das sociedades, se torna imprescindível a sua existência, diante da concepção de mundo segundo MCLUHAN a Terra como "aldeia global", onde as fronteiras entre os países existem, não como divisas demarcadas, mas pela força de cada cultura, formada individualizando cada nação.

A manutenção das fronteiras culturais pode se tornar difícil no Brasil: como país em processo de desenvolvimento; com sua cultura em formação, ou melhor, dividida em regionalismos que pela invasão, via satélite, de outras culturas, principalmente trazendo modismos, valores culturais temporários, dependentes e frágeis, podem perturbar o desenvolvi-

mento de seu cultural.

O grupo social internacional teria suas ações políticas viabilizadas através dos organismos internacionais; criados com o objetivo da manutenção da paz e cooperação entre os povos. Traz uma política com elementos universalistas, estimulando o respeito e a construtividade do homem, ligado a sua cultura mas aberto ao diálogo, a diplomacia.

O Brasil, em sua política internacional, voltada a paz, tem uma herança de ação realizada por Rui Barbosa, o águia de Haia. Sua participação, como demais estadistas do mundo, tenta com seu empenho atingir aos objetivos da paz.

A educação é ajudar os homens a ver no estrangeiro não uma abstracção, mas um ser vivo, real, com suas razões, as suas penas e alegrias, a descobrir nas diferentes expressões nacionais a comunidade humana.<sup>24</sup>  
(p.237)

Apesar de existirem organismos internacionais, como a ONU, estes têm restrições em sua liberdade nas ações políticas, devido a sua estrutura, onde cinco países têm autonomia em selecionar e vetar os assuntos a serem tratados em suas assembleias. Mesmo assim suas intervenções tem solucionado vários problemas dos países membros.

Como exemplo pode-se citar a atuação da ONU no Brasil ao apresentar em suas estatísticas índices de acidentes de trabalho, acima da média aceitável, a OIT(Orgão Internacional do Trabalho) exigiu do governo brasileiro a criação, dentro da estrutura educacional, cursos técnicos de segurança no trabalho. Esses cursos, de nível médio e universitário, foi seguido por uma legislação que regulamentou as atvida-



des profissionais de segurança.

Com o objetivo de cooperação entre os povos a ONU, centralizando informações, vindas dos vários países membros, portanto conhecedor das deficiências dessas nações quanto aos níveis de vida de cada povo, sua condição de desenvolvimento, seu nível tecnológico, etc, pode planejar e promover intervenções nesses países. Faz investimentos com recursos financeiros como também promove intercambio de conhecimento técnico, aproximando técnicos de várias nações.

O que tem enriquecido, sobremaneira, o pensamento humano é a política dos direitos humanos, que constitui uma revolução; sendo no momento apenas concepção, que mais tarde, poderá influenciar sobre a mentalidade dos povos, inicialmente em países democráticos, para extender-se no futuro a todos os povos.

### 3 TERCEIRO CAPÍTULO : O PROCESSO CULTURAL BRASILEIRO; OS FUNDAMENTOS DA VIDA SOCIAL

Toda Cultura é responsável por um conjunto diferente de influências. O homem se distanciou do seu comêço animal, que praticamente tudo quanto êle faz é modelado pela cultura<sup>55</sup> (p.467)

A formação cultural brasileira toma conotações especiais devido a associação de várias culturas e em estágios civilizatórios diferentes considerando o referencial europeu. Na cultura indígena, por exemplo, verifica-se que o índio brasileiro trazia, naquele momento histórico do descobrimento e dentro de suas necessidades, uma perfeita organização social, com seus costumes, normas e leis, que mantinha harmônica a vida dos indivíduos da tribo; como também, a identidade ecológica com o meio onde era instintiva a sobrevivência e o equilíbrio da natureza.

Houve inicialmente o choque de culturas e mesmo que a indígena apresentasse limitações em relação ao padrão civilizatório português nem por isso deixou de constituir uma forte resistência à cultura portuguesa recém chegada.

Essa resistência obrigou aos portugueses e estrangeiros, que quisessem se estabelecer, a aprender a língua indígena, o que por outro lado, facilitou a dominação do nativo.

Cabe esclarecer que no Brasil, após o descobrimento, a única exigência que se fazia ao imigrante era ser cristão,

decorrendo daí a vinda de imigrantes de várias nacionalidades.

Dentro da cultura em formação a língua indígena foi abandonada, sobrepujada pela língua do dominador, isto é, o português de origem e a sua descendência mestiça. Mesmo com a predominância da língua portuguesa a influência da língua indígena é significativa, não só na língua estruturada com raiz, tema e radical indígenas mas seus significados que traduzem sentimentos próprios da Terra na sua forma singular.

A cultura religiosa portuguesa trazida pelos jesuitas objetivou a propagação do catolicismo entre os nativos; tendo como primeira medida inculcar na criança da Nova Terra, os "curumins", a desmistificação da ordem religiosa vigente caracterizada como totêmica, animista e animatista e implantar uma visão religiosa católica de mundo. Para operacionalizar tal feito foi necessário também o conhecimento da língua nativa para melhor comunicação com o indígena.

No início houve a presença marcante da língua indígena seguida da língua portuguesa em expansão ambas porém foram influenciadas pela africana.

A cultura africana, presa a senzala, entra na Casa Grande, no período colonial, através da cozinha e vai espalhar-se pela casa toda modificando os costumes, alimentação, a língua, e outros elementos culturais tais como a técnica da manipulação e utilização do ferro que se incorporou à cultura brasileira em formação.

Por outro lado, os africanos trazidos ao Brasil apresentavam diferenças culturais pois provinham de tribos diferentes e se caracterizavam pela pouca união existente entre

elas. Essas diferenças desaparecem no momento da luta pela liberdade embora em períodos e locais determinados, sob a influência de lideranças sendo o quilombo dos Palmares um dos exemplos.

Inclusive, dentre as tribos, uma se destaca por possuir indivíduos com excelente potencial de inteligência e sendo aproveitados, pelos seus senhores que os enviavam às escolas nas cidades mais importantes da Colônia, de onde voltavam para lecionar nas fazendas, como professores dos brancos.

Além desse aspecto, a presença africana na intimidade dos lares brasileiros opera uma influência profunda que repercute na cultura brasileira em formação principalmente na ordem sentimental provinda do negro escravo que marca consideravelmente a maneira de sentir brasileira.

No início da colonização a unidade da nação brasileira é mantida pela língua portuguesa, mesclada com vocábulos africanos e indígenas, variando de região à região com denominações diferenciadas para algumas frutas e outros elementos culturais.

Se mais tarde outras culturas vem se somar à cultura brasileira em formação, devido a imigração pós guerra, encontra já formada a língua nacional que deve ser assimilada, mesmo assim, em algumas cidades brasileiras, ainda hoje, encontra-se parte da população cultivando o dialeto da colonização de origem.

A preservação pelos imigrantes e seus descendentes de suas culturas de origem, desde sua transferência ao Brasil, torna hoje a Terra Brasileira um imenso potencial de cultu-

ras que exige estudos e sínteses, fazendo da cultura brasileira uma das mais ricas do mundo.

Assim muitos são os elementos culturais de formação que teve a sua adaptação ao processo existencial na Nova Terra, levando o homem brasileiro a se compor com eles na praxis da sociedade nascente e no tempo a criar ou admitir novos elementos culturais vindos também de fora.

Nesta praxis é que os fundamentos da vida social se caracterizam de forma a mostrar os rumos que tem tomado o homem brasileiro, na formação de sua personalidade social, na organização e mudanças realizadas nas estruturas sociais brasileiras.

### 3.1 FUNDAMENTO BIOLÓGICO DA VIDA SOCIAL

O ponto importante é que toda cultura exerce uma série de influências gerais sobre o indivíduo que cresce debaixo de sua ação. Estas influências diferem de uma cultura para outra mas fornecem a tôdas pessoas pertencentes a qualquer sociedade um denominador de experiências. Esta experiência comum proporciona o "background" em relação ao qual agem as influências específicas, aos quais variam não só de uma cultura para outra mas também dentro de cada cultura. Assim para começar com a menor das unidades sociais reconhecíveis, tôda família tem certos hábitos característicos que, por serem partilhados pelos seus membros têm de ser considerados parte da cultura. 55 (p.469 -70)

O território brasileiro desde o seu descobrimento se revela com a possibilidade de vida em toda a sua extensão. A literatura nacional tem, através do tempo, exaltado a extra-

ordinária fauna, relevos geográficos e flora, antes em perfeito equilíbrio, correspondendo a um alto potencial de vida, sustentado por um clima propício e temperaturas amenas a-  
crescidas de riquezas em suas águas, desde peixes em múlti-  
plicidade de espécies até vegetação aquática, ricas em con-  
teúdo protéico. Tudo particularmente harmonizado com o indí-  
gena brasileiro, seu primeiro habitante.

Lamentavelmente essa exuberante capacidade vital tem sido destruída, desde o início de sua exploração, com quei-  
madas, desmatamentos indiscriminados, monoculturas esgotan-  
tes, tecnicamente mal trabalhadas, controlada pela mentali-  
dade de lucros fáceis.

Se se reportar a fase pré-descobrimento, vai-se en-  
contrar uma população indígena, com inúmeras tribos, guer-  
reiras entre si mas adaptadas ao meio, fazendo parte do bió-  
tico, onde nesta composição cultural primitiva o homem nati-  
vo esteve intimamente relacionado com o meio, sua vegetação,  
sua fauna e solo, utilizando-se deles parcimoniosamente; o  
plantio, suas raízes e frutas para alimentos, suas plantas  
medicinais, suas fibras para vestimenta e habitação, etc.

Essa relação harmoniosa caracterizada entre o índio e  
o ecúmeno brasileiro foi rompido com a chegada do português  
com sua proposta inicialmente exploratória e depredatória.

Se a vida da fauna e flora foi perturbada com a che-  
gada do estrangeiro, mais significativamente o processo de  
vida humano, nativo, foi também alterado; principalmente com  
a miscigenação racial em larga escala. Através da procriação  
com o concurso da nativa o português procura chegar a domi-  
nação, onde cada novo cidadão mestiço representa mais o in-

vasor que o nativo indígena.

A essa miscigenação junta-se as doenças européias, principalmente a sífilis, que altera a cadeia de imunidades orgânicas do índio brasileiro, disimando grande parte da população.

A proposta inicial foi a ocupação territorial pelo português dominador necessitando, para isso, um crescimento populacional rápido; a catequização indígena e posterior escravidão; a destruição dos valores indígenas que pudessem impedir essa dominação. Entretanto, não ocorreu a destruição do índio e sua cultura ao ponto de torná-lo submisso, sendo a liberdade uma de suas expressões culturais mais fortes e que a manteve superior à pressão dos invasores.

A união do português com a índia brasileira formou a primeira família brasileira e sua descendência formou o germen do homem brasileiro, mais fortemente adaptado a nova Terra e ao seu biótico.

Pouco depois, a incorporação, através da escravatura, do negro trazido da África vem modificar a composição étnica brasileira, aumentando sobremaneira as variedades das características raciais resultando nova mestiçagem.

A composição étnica brasileira, mais tarde, continua o seu processo, alterando-se ainda mais com a vinda de novos europeus e orientais, como imigrantes que vieram ajudar a destocar grande parte do território brasileiro.

Assim de início a mulher índia foi a primeira a cozinhar para o português, dentro de suas limitações devido a sua cultura, trazia reduzida variação na elaboração da comida. Entretanto, essa alimentação tende a melhorar com a pre-

sença da mulher africana, criando uma variedade de pratos, condimentos, passando a representar, mais tarde, a comida típica do nordeste brasileiro.

A família colonial brasileira viveu períodos longos de isolamento, surgindo o caboclo, homem adaptado à terra, com uma visão circunstanciada em sua localidade, habituado a ficar de cócoras em frente a sua palhoça, mirando horizontes intermináveis, onde o seu pensamento, rico de imaginação, sonhou com as riquezas a serem descobertas nas terras longínquas a conquistar. Esse homem alimentou-se basicamente de arroz, feijão, carne animal (domesticado ou não) e a "mistura" composta de algum legume associado, algumas vezes, a farinha de milho ou mandioca.

Conforme LINTON para estes os padrões de comportamento social se formam de modo muitas vezes acríticos, fantasmagóricas, sobrenaturais, com pouca inovação e apresentados às gerações seguintes em termos simples, objetivos, porém com inúmeros freios, desde o não comer isto ou aquilo até o controle do comportamento.<sup>55</sup>

Por longo tempo a comunidade brasileira em formação ocupou predominantemente o litoral com poucas penetrações ao interior onde as novidades chegavam pelos mascates ou visitantes. Recebendo pouca influência externa esses interioranos constroem suas bases sociais, participando dos mesmos problemas, buscando os mesmos destinos, compondo seus usos, costumes, etc, sempre se organizando num sentido de sobrevivência e em busca de um bem estar da comunidade local.

Fundamentalmente a família brasileira, mesmo que em constantes transformações, estruturou-se com características



patriarcais, com peculiaridades advindas da miscigenação, das condições do meio e assumindo a nova terra como berço e túmulo.

Essa família patriarcal com base na família portuguesa que por sua vez é resultante de estruturas de outras famílias patriarcais desde a hebraica, romana, grega, germânica chegando a medieval, constitui de fato, o processo histórico evolutivo de formação da nação brasileira.

Da família hebraica, através de um corte epistemológico, verifica-se a herança da figura do patriarca, o pai, o chefe do clã, o senhor da terra. Para cada indivíduo nascido no grupo caracteriza-se nitidamente as regalias para o sexo masculino com desvantagens para as mulheres, submissas e consideradas inferiores ao homem.

Da família grega a herança premia também o homem que recebe uma educação diferenciada dentro de uma ordem militar sendo que nas guerras cabe a mulher entregar o escudo ao filho. Porém ao entregá-lo esclarece que o filho somente deve retornar com o escudo e nunca sem ele. A mulher é considerada somente na sua função de matriz e procriadora portanto inferior ao homem.

Da família romana herda-se também o poder do patriarca, com a possibilidade de decisão, amparado pelos costumes, de decisão sobre a vida dos indivíduos de seu clã. Quanto à mulher ainda desprestigiada em relação ao poder do homem tem na figura de Cornélia, mãe dos gracos um símbolo de auxiliadora dos pobres, respeitada portanto na comunidade.

Na família germânica a mulher é companheira do marido porém ainda inferior, onde o velho é respeitado sendo soli-

citado no julgamento e decisões na comunidade.

Da família medieval herda-se a figura do homem intrépido, conquistador enquanto que a mulher é fragil, educada para gestos suaves, presa fácil para os homens, colocando-a também em desvantagem.

A família portuguesa tradicional sintetiza todos esses elementos que somados às características do oriente africano, através dos mouros, contribui para a família patriarcal brasileira em inúmeros aspectos; desde a sua estruturação até a sua organização.

O isolamento das grandes propriedades rurais deu ao patriarca o poder de justiça, onde a família foi organizada em torno do patriarca, de agregados, capelão e outros familiares mais distantes, todos lhe devendo respeito e vivendo debaixo do mesmo teto.

Esse poder e dominação do patriarca determina o status e papéis dos demais personagens da grande família na qual também devem ser incluídos os colonos e escravos residentes na grande propriedade.

A formação cultural acompanha a sociedade também em organização, e vice-versa, uma e outra caminham juntas. A estrutura social brasileira teve basicamente, em todo tempo de colônia, um modelo de família patriarcal rural, vivendo um processo cultural com características rurais.

A família patriarcal rural caminhou para a urbana estimulada pela vinda da Família Real para a Colônia, verificando-se porém que a mentalidade rural permanece por algum tempo. Essa família urbanizada sofreu alterações em seus costumes, hábitos, no seu biótico principalmente com o au-

mento da população nas principais capitais brasileiras.

O excessivo crescimento populacional em alguns centros urbanos exigiu a industrialização com características urbanas apoiado no capitalismo e dependente de uma tecnologia internacional. Do patriarcalismo ao capitalismo houve uma passagem perfeitamente realizável, transformando alguns proprietários rurais em industriais, estimulando empresas estrangeiras a montar suas fábricas no país.

Esse novo painel tem levado o homem brasileiro a outros interesses e modismos como também a um maior desequilíbrio em seu meio ambiente, onde a tecnologia está sendo utilizada para atender somente a ordem econômica sem se preocupar com o biótico.

Isto se completa com o uso indiscriminado de insumos e pesticidas, altamente destruidores da vida, onde o homem brasileiro desconhece a sua aplicação adequada e a influência desses venenos sobre seu corpo.

Assim a industrialização trouxe a necessidade do domínio da técnica que exigia um mínimo conhecimento de tecnologia básica da maioria da população brasileira. E por outro lado trouxe o consumismo que induz o povo ignorante a utilizar-se de elementos culturais sem saber corretamente seu uso, sua função, seu significado e influência no contexto de vida.

Tem-se um povo altamente consumidor de medicamentos sintetizados em laboratórios de custos elevados para tentar compensar a deficiência alimentar, ou atender enfermidades curáveis com medicamentos da flora natural, disponíveis em nossas matas e quintais.

Constata-se alta fertilidade na mulher brasileira porém verifica-se a péssima qualidade da saúde do povo; onde a mulher não recebe durante a gestação atendimento adequado, com repercussão no nascituro de sequelas de difícil recuperação ou irrecuperáveis. Daí decorre a valorização do ser humano e da vida humana que devem ser respeitados, sendo necessário supri-la de nutrientes como de afetividade e segurança.

### 3.2 FUNDAMENTO ECONÔMICO DA VIDA SOCIAL

Durante os primeiros quatrocentos anos de Brasil, o sistema econômico brasileiro apoiou-se na produção agrícola, fundamentalmente em monoculturas voltadas à exportação. Isto favorecido em parte pelo ecúmeno brasileiro que oferece uma imensa quantidade de terras com grande fertilidade, como reservas florestais naturais e clima propício.

Assim a agricultura para o Brasil se justificou, primeiro pelo momento histórico da humanidade voltada primordialmente ao plantio de alimentos e em seguida à viabilidade econômica de produção de alguns produtos; como a cana de açúcar e o café, por apresentarem em certos períodos uma boa comercialização no exterior.

Essa agricultura monoculturalista, renovável, tem servido de fonte de riqueza imediata sem entretanto levar em consideração o esgotamento dos recursos da terra como sua fertilidade que exige recomposição. Esse descuido tem perdurado anos a fio, ocasionando a desertificação de algumas regiões do nordeste brasileiro.

No Nordeste se configurou uma ordem econômica, no pe-

riodo colonial, de mera exploração numa região muito fértil, a zona da mata. Essa exploração, sem planejamento, deu uma falsa idéia de progresso que com a desativação da produção devido a redução do mercado externo consumidor levou a região a um empobrecimento.

Todo comércio competitivo além de depender de uma política criativa de vendas exige também uma constante renovação de técnica na produção, permitindo oferecer, numa nova mentalidade, um produto mais barato e de melhor qualidade. Porém para o momento colonial brasileiro as ações não tiveram esse dinamismo de mudanças; primeiro devido à precariedade da visão de futuro como também às dificuldades de renovação das técnicas de pouco interesse uma vez que a mão de obra era escrava e mesmo tendo pouca produção individual, no conjunto era significativo para o patrão.

Marcando um segundo ciclo econômico brasileiro, o ouro das Minas Gerais deslocou o interesse da população brasileira e dos investidores estrangeiros para aquela região e a febre do ouro toma conta, renascendo o espírito das entradas e bandeiras, visam neste caso o enriquecimento fácil na exploração do ouro.

Essa exploração, sempre feita por meio de técnicas rudimentares, fez desperdiçar muitas vidas como também o próprio metal explorado. Muito trabalho braçal do explorador e do escravo foi consumido nesta busca de enriquecimento não só dos senhores abastados, dos aventureiros, como também de muitos escravos que conseguiram comprar suas alforrias.

Se o ciclo da cana de açúcar se expandiu mais especificamente no nordeste brasileiro com o desenvolvimento da-

quela região, a nova fase a do ouro faz convergir a população ao desenvolvimento de novas regiões, sendo que o ciclo do ouro fez progredir o centro-oeste, mais especificamente Minas e Goiás.

O ciclo seguinte o do café abre novos horizontes para os estados de Minas, São Paulo e Paraná, onde as novas fazendas substituíram florestas inteiras, desmatadas ou queimadas, no aproveitamento de terras extremamente férteis.

A exploração do café passa a dar ao Brasil uma significativa fonte de rendas e novamente o equilíbrio do comércio exterior refletindo diretamente sobre a economia nacional. Neste período a revolução industrial é uma realidade na Europa, vivida e experienciada, tendo pouca repercussão no Brasil uma vez que a independência desvinculou o país dos compromissos com Portugal e devido a preparação para a República.

Outro acontecimento importante foi a abolição da escravatura, fundada numa ordem moral de ideais de liberdade do homem, prevista na revolução francesa, influenciando e provocando mudanças no sistema econômico. Outro vetor que levou à libertação dos escravos foi a realidade que a nação brasileira apresentava pois já era tão negra quanto os primeiros escravos, isto é, a cultura africana fortemente presente, abasileirada, fazia parte dos costumes, do comportamento, enfim da maneira de sentir e viver do povo.

Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degredados apenas pela sua condição de escravo.

vos. Longe de terem sido apenas apenas animais de tração e operários de enxada a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora.<sup>26</sup> (p.307)

Por outro lado, a abolição devolveu a característica de indivíduo ao escravo negro mas não a de personalidade livre que permitisse caminhar sozinho e fazer suas escolhas dentro da vida social brasileira, sua dependência estava selada pelo baixo nível de conhecimento da grande maioria dos descendentes negroides, com o analfabetismo e uma hipossuficiência cultural para enfrentar a sua liberdade.

No início do século vinte com o crescimento urbano maior, consequência da abolição, tendem a acontecer mudanças mais significativas partindo para uma nova mentalidade - a americana que propõe o progresso pela industrialização. Este modelo se atingiu inicialmente no rural em algumas áreas mais desenvolvidas com a máquina importada, promovendo alterações no sistema de relações humanas, no campo da produção e nas técnicas agrícolas.

JOSÉ AMÉRICO em a Bagaceira retrata como as mudanças provenientes da mecanização implantada em algumas fazendas, modifica profundamente as relações patrão-empregado, destroe a unidade da vida comunitária existente, inclusive marcam o desaparecimento de muitas manifestações culturais populares criando um individualismo negativo.<sup>3</sup>

Mesmo com a chegada das máquinas em algumas regiões agrícolas modificando as relações homem-terra e homem-homem a hipossuficiência cultural, a falta de conhecimento e de técnica predominou na população rural brasileira. Desta for-

ma pouco se alterou a política de produção, permanecendo a monocultura escravizante e dependente da ordem internacional.

Num aspecto mais amplo, o homem brasileiro, espalhado em segmentos no território brasileiro, pouco poderia operar de mudanças significativas, dado às distâncias dos centros de difusão cultural, precariedade de recursos materiais e humanos, etc.

A formação de mão de obra agrícola na zona rural brasileira esteve sempre na dependência de apreensão do conhecimento trazido pela herança cultural, sob forma rudimentar sem nenhum conhecimento da experimentação que permitisse o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas.

As escolas profissionais se instalaram nos grandes centros urbanos tanto as de nível técnico como a de nível universitário e pouquíssimas na zona rural, existindo escolas nas fazendas somente para ensinar a ler e escrever, com professores leigos e pouca motivação dado ao contexto de vida da criança nessas fazendas, envolvidas com afazeres domésticos e da lavoura, dissociado do currículo da escola.

Por outro lado a formação da mão de obra mais especializada nas escolas dos centros urbanos importaram a tecnologia de países cuja realidade nada tem a ver com as condições brasileiras de terra, solo, clima, etc, levando a uma formação deficiente, inadaptada do técnico que na prática encontra dificuldades.

O desenvolvimento da tecnologia aplicada dentro da realidade do país é fundamental, uma vez que o maior progresso tecnológico nos países estrangeiros torna mais difícil a competição dos produtos brasileiros no mercado exter-



no.

Exceptuando os estados brasileiros mais produtivos, a produção agrícola, por muito tempo, persistiu numa cultura de subsistência, onde se planta, colhe e consome, reservando de cada colheita uma quantidade de sementes para o próximo plantio, com precários métodos técnicos de atendimento à terra na sua preparação e plantio. Essa deficiência técnica não consegue ser compensada pelo grande esforço dispendido no trabalho de sol a sol ou pela fertilidade da terra.

No Brasil ainda no início do século vinte se desenvolvia um processo de vida nômade com famílias que se deslocavam sempre para o interior dos sertões, desmatando, provocando queimadas para as novas roças, vivendo um isolamento do processo civilizatório. Verificava-se que na mentalidade do caboclo itinerante a terra que fazia uso era de Deus e o homem podia usufruir da mesma como desejasse; porém a frente civilizatória, mais tarde, veio determinar que as terras são daqueles que possuem o título de propriedade. Assim o despreparo do homem sertanejo para as exigências legais previstas pelos códigos de propriedade nas leis contribuiu para desalojá-lo e iniciar um processo migratório para as cidades maiores. Para os que desejavam permanecer o dono legal propunha um regime de arrendamento, onde cada colono continuaria trabalhando porém dividindo a sua colheita com o proprietário.

Além desse desestímulo verificava-se a falta de planejamento da produção, para uso interno, dos alimentos básicos que gerava um descontrôle entre a oferta e a procura. Apoiada em técnica rudimentar e precária tinha-se por exem-

plo, a falta de feijão em determinadas épocas, com a consequente subida de preços no mercado seguida de uma superprodução na safra seguinte que determinava a queda de seu preço. Para aquele que dependia de novas ferramentas a baixa de preços do produto colhido não permitia ressarcir as despesas feitas com ferramental, sementes selecionadas, etc. Isto levava cada dia mais o lavrador ao empobrecimento.

Sem sistemas reguladores de preços e silos de armazenamento dos produtos os pequenos proprietários sempre tiveram dificuldade de manter equilibrada a produção, passando a intermediários sua produção e seu possível lucro e tendo que enfrentar a falta de estradas para o escoamento dos seus produtos.

Assim a estrutura econômica no país passa a exigir um investimento com capital maior, feita por particulares ou pelo Estado, partindo para uma mecanização visando maior produção agrícola nas regiões mais férteis e a industrialização próxima aos centros urbanos maiores. Na agricultura dessas regiões a passagem do uso da enxada e arados puxados a cavalo para tratores com recursos para maximização da produção contribuiu também para a saída do homem do campo.

A industrialização inicialmente teve sua produção voltada a produtos em sua maioria não prioritários para a agricultura mas para a vida urbana; carros, eletrodomésticos, etc, sendo que as máquinas que destocaram grandes regiões eram importadas.

No regime capitalista brasileiro evidencia-se a necessidade de novas políticas de produção, inaugurando um novo planejamento de produção agrícola e industrial, e também

garantindo a sua comercialização, o escoamento dos produtos com a eliminação dos intermediários nesta comercialização.

Por outro lado, necessita-se de mais humanização deste capitalismo onde a produção beneficie a grande massa da população brasileira, com mais justiça social e todos tenham o direito de usufruir dessa produção, fundamentalmente do alimento, vestuário, habitação e emprego.

Numa linha de produção evidencia-se a necessidade de uma agricultura com mais centros de pesquisa, propiciando a criação de uma agricultura brasileira com produtos adaptados as nossas condições de terra e de clima e melhor exploração dos produtos nativos. Intensificar a troca de experiências com países que participam dos mesmos problemas de plantio e chegando a soluções mais viáveis às condições do meio ambiente e as condições sócio-culturais do lavrador brasileiro.

Além dos problemas técnicos que devem ser resolvidos, é preciso também levar em consideração a proposta do físico brasileiro JOSÉ ZATZ que recomenda em todo planejamento deva se levar em consideração a preservação da vida, não somente no sentido biológico mas também sociológico e cultural.<sup>92</sup>

ZATZ nos alerta para

o exemplo do pólo cloroquímico de Maceió. Esse complexo industrial está lançando detritos poluentes em duas grandes lagoas. Mundaú e Manguaba. Acontece que, nas margens das lagoas, cerca de 15.000 pessoas vivem da coleta de caranguejos e mexilhões, e do cultivo de hortas domésticas. Com a poluição, caranguejos e mexilhões já estão desaparecendo. E esses milhares de pessoas, sem outro meio de sobrevivência ver-se-ão obrigadas a migrar para Maceió, apenas alguns quilôme-

tros de distância. Se esse tivesse levado em conta o número de marginais, prostitutas e habitantes de favelas, que fatalmente surgirão em Maceió com a chegada dessas milhares de pessoas sem ocupação, o pólo cloroquímico não teria sido instalado em lugar tão inconveniente e da maneira como foi. <sup>92</sup>(p.2)

Contemporaneamente a ordem internacional capitalista, através da política do governo tem influido determinantemente na produção agrícola e industrial com produtos para exportação na tentativa de ressarcir as dívidas externas. Além disso um dos elementos que pressiona a política de produção é o elevado crescimento demográfico e sua má distribuição no território brasileiro por falta de estímulos e infra estrutura na zona rural.

Assim sendo é necessário o levantamento dos polos de dominância de cada região, isto é, o levantamento de todos os elementos culturais, desde a matéria prima disponível no território nacional até os níveis de especialização do conhecimento do homem de cada região para um planejamento do desenvolvimento do povo brasileiro.

### 3.3 FUNDAMENTO POLÍTICO DA VIDA SOCIAL

A Estrutura Política de uma sociedade que traduz a relação de dominação vigente se dinamiza em função das determinantes gerais do complexo cultural a que a sociedade pertence, pois é esse complexo que, como se disse, contribui para o estabelecimento das conexões do sentido na rede de ações sociais que se cruza e recruza no interior da sociedade. <sup>70</sup>(p.16)

A estruturação da ordem política na vida colonial brasileira, processual como tudo que evolui, alterou-se no tempo em virtude das variações dos fatores que determinaram a sociedade em formação. Sendo um dos vetores o cultural, altamente significativo dentre outros fatores, uma vez que as características da Nova Terra exigiu a mobilização e adaptação dos elementos culturais portugueses somando-se aos elementos das culturas indígena e negra mais ajustadas às condições locais.

Inicialmente se instaurou um colonialismo totalmente dependente das determinações do Rei de Portugal que nomeava seus representantes para os assuntos da Colônia, como também foram indicados pelo Rei os donatários, nobres portugueses que deveriam assumir a colonização das terras brasileiras.

Na Nova Terra a posse da terra auferia ao possuidor status e poder, permitindo muitos abusos de autoridade devido ao isolamento que viviam em suas propriedades e a grande distância de Portugal.

Juntamente com a formação de várias propriedades rurais, estruturadas em regime patriarcal, dava-se a composição dos pequenos povoados litorâneos, onde se concentravam a comercialização dos produtos exportados e importados, como também os serviços dos mestres de ofício. A população dessas pequenas comunidades era formada de pequenos proprietários; técnicos de ofício variados, pequenos comerciantes que constituíram inicialmente o povo-massa brasileiro. Os grandes comerciantes e proprietários representavam a nobreza da Terra, a elite.

O povo-massa nunca teve participação, nem direta, nem de direito, no governo destas comunas, no período colonial. Quando influiu, era por intermédio dos "procuradores" do povo. Estes, porém, não pertenciam, pelo status, ao povo-massa, embora lhe fossem, os representantes ou delegados: eram também gente de elite, da nobreza, homens de qualificação.<sup>65</sup> (p.135)

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, na fuga do poder napoleônico, alterou significativamente a mentalidade política da elite brasileira em formação como também ampliou a autonomia da Colônia, desencadeando várias ações sociais que vieram beneficiar sobremaneira os brasileiros.

No entanto, mesmo com o poder centralizado na Colônia a mentalidade dos recém-chegados privilegia a coisa importada dizendo que tudo que vem do estrangeiro é melhor, pensamento que vai perdurar por longo tempo. Essa mentalidade com o correr do tempo, criou antagonismos com as correntes nacionalistas que passam a acreditar nas possibilidades políticas nacionais. Os conflitos ocorreram concomitantemente com a formação de profissionais em escolas brasileiras, cujos egressos começam a se preocupar com os problemas da Colônia.

No retorno da Família Real para Portugal, a rainha reforçou o sentimento de brasilidade nascente, até então não testado, afirmando nas despedidas, diante dos homens ilustres brasileiros, que do Brasil não gostaria de levar nem o pó nos seus sapatos. Gesto que atingiu os brios da elite intelectual que representava a cúpula administrativa do gover-

no, presente naquela cerimonia de despedida do Rei. Por outro lado, a decisão de permanência de Dom Pedro I no país foi um marco político nos movimentos de libertação do domínio português.

Somente com a independência, assumindo o poder o Imperador D. Pedro I, estabeleceu-se a criação de partidos políticos, sendo que um deles representava o povo junto ao Imperador. Essa representação mesmo dimensionando uma possibilidade política de participação popular apenas revelou a continuidade de uma política que dependia da vontade do Imperador.

Por outro lado cresceu uma ansiedade no sentido de copiar o modelo político estrangeiro, particularmente o americano, povo que havia passado por experiências semelhantes através do colonialismo inglês. Essa posição da elite dominante de copiar o estrangeiro reafirmou, desde então, o distanciamento do pensamento do governo do pensamento do povo.

Ao longo do reinado de D. Pedro II, austero e conservador, o quadro político brasileiro pouco se alterou, porém teve o mérito de permitir uma mentalidade mais liberal que tentou firmar a legitimidade do poder pelas eleições populares, preparando o advento da república.

OLIVEIRA VIANNA encara os partidos políticos existentes neste período como:

Microorganizações do tipo exclusivamente personalista, nela vemos agrupada e arregimentada a população rural, tendo sempre a frente um grande proprietário rural ou um importante comerciante, hoje, e, na Monarquia, um "senhor de engenho", grande proprietário de fazendas de

café ou de açúcar - coronel, comendador ou barão. <sup>65</sup> (p.182)

Assim verifica-se no interior do país que se mudavam os papéis mas os donos do poder continuaram os mesmos. Sendo os indivíduos mais ricos da região, usando sua influência se elegem e reelegem ou passam o poder para filhos ou parentes próximos, através de campanhas demagógicas, com recursos do "voto de cabresto", mantendo a hegemonia.

Em determinadas regiões, onde os patrões detinham o poder de vida e morte sobre seus descendentes e sobre os indivíduos-colonos em suas propriedades, se estabeleceram disputas políticas sangrentas e violentas.

A política de favores se estabeleceu facilitando o empreguismo com a criação de cargos inexistentes dentro das várias estruturas funcionais do governo. Em cada nível de responsabilidade nas estruturas funcionais da administração o "dar um jeito" generalizou-se tomando conta do comportamento nas tramitações burocráticas, facilitando ou temperando os documentos para amigos ou estranhos através de gorjetas polpudas.

Assim foi crescendo a estagnação, tudo caminhava com lentidão nas várias repartições públicas, onde cada processo inchado com inúmeros papéis; atestados, documentos inúteis, envelhecendo nas prateleiras e muitas vezes desaparecendo sem responsabilizar o infrator.

Por outro lado a constituição como inúmeras leis brasileiras, perfeitamente formuladas, cópias de modelos estrangeiros, contrastava com a hipossuficiência da população brasileira que desconhecendo suas leis mantém uma dependên-



cia paternal, considerando os "doutores", os políticos, os presidentes, indivíduos próximos da divindade.

Mesmo a república, com uma proposta liberal, ainda não se configurou como liberdade, pois democracia exige postura e comportamento democrático, desenvolvidos pela educação, em todos os momentos da vida social, portanto exigindo um sistema educacional adequado a sua concretização. Entretanto o que se verifica é a negação da proposta liberal pois predomina mesmo na zona urbana, dita mais culta, uma mentalidade de tirar vantagens, individualista, sem dignidade e sem responsabilidade pública social.

Com o crescimento populacional na zona urbana e sua pouca participação em eleições, a formação dos líderes políticos, na sua maioria, estiveram dissociados da visão comunitária, projetados e apoiados por grupos financeiros que os possibilitaram galgar o poder, porém assumindo o compromisso de retribuir o apoio atendendo aos interesses políticos desses grupos.

A dimensão política brasileira alterou-se com a industrialização no país, onde o político do interior que antes impressionava aos seus eleitores com a construção de um chafariz na praça pública ou do novo prédio da prefeitura, mais imponente, que concorria com o prédio da igreja matriz, da localidade, teve que alterar suas propostas demagógicas substituindo-as por outras mais técnicas, racionalizando a aplicação dos recursos públicos numa preocupação de gerar obras de infra-estrutura que beneficiasse a comunidade.

Verificou-se no país a sucessão de governos, ditadores e populares, com uma política eminentemente urbana e

centralizadora. O pensamento e o vivenciamento do poder centralizado tem sido uma constante no país durante os seus quatrocentos anos de vida, com a população submetida a líderes divorciados dos seus interesses.

Por outro lado, contrapõe-se a essa centralização de decisões a diversificação regional brasileira, cujas características merecem intervenções diferenciadas com ações políticas calcadas dentro da realidade de cada região, com a necessidade de envolvimento da comunidade na operacionalização dessas mudanças.

Além do pouco exercício político dos brasileiros nas soluções dos problemas nacionais, regionais, municipais e locais, verifica-se, no tempo, que tem sido um dos maiores erros a tentativa da implantação de diretrizes vindas da ordem federal, programadas pelos ministérios e aplicadas com as mesmas determinações em todo o país sem a devida adequação às realidades locais, com perdas de recursos humanos e financeiros.

O comportamento político do brasileiro será democrático no momento em que houver conscientização da necessidade por exemplo de que, aguardar na fila a sua vez é tão importante quanto votar para um candidato por suas qualidades morais e de realização.

Diante disso a descência e a moralidade pública tem sido elementos ou valores ausentes no comportamento da grande maioria que exerce cargos políticos, principalmente nos governos ditatoriais que facilitam a corrupção e o desmando.

A eficiência de ação das instituições democráticas que dependem do

elevado grau de participação cultural, de vontade unificada e de consciência de interesses sociais (considerados distintamente dos individuais), que essa participação confere. Um baixo grau de participação cultural não só torna possível mas quase necessário, o domínio das minorias organizadas, para que a sociedade seja mantida como entidade funcional.<sup>55</sup>(p.292)

A elite dominante tem determinado em suas ações políticas a proposta da atualização constante da tecnologia importada de outros países, persistindo a idéia de que a nação é dependente tecnicamente dos países mais adiantados. Porém a participação dessa cultura importada está fora de alcance da grande massa da população.

#### 3.4 FUNDAMENTO SOCIAL DA VIDA SOCIAL

Na formação da sociedade brasileira, como já se referenciou neste trabalho, a família patriarcal, no período colonial, representou a sua base, se estruturando com características bem peculiares na Nova Terra.

A família do patriarca se relacionava e se vinculava às famílias dos colonos de sua propriedade, pelo compadrismo, onde os filhos dos colonos eram batizados tendo como padrinhos os patrões ou através dos costumes da época esse compadrismo se efetivava no dia de São João pulando a fogueira.

Por longo tempo a estrutura social brasileira tem características eminentemente rurais e desta forma teve poucas mudanças, onde o próprio meio, isolados em grandes extensões de terra, era tão rude como o próprio comportamento dos seus

moradores. As exigências do trabalho artesanal, instrumentalizados com ferramentas rudimentares, exigiu braço do colono e do escravo indígena e depois africano que viveu a degradação social, tratados como animais e mentalidade atrasada.

O fator fundamental do atraso residia, porém, nos imperativos da dominação colonial escravagista que condicionaram toda a população livre a viver da exploração das classes subalternas, fazendo-a conceber esta relação como natural e necessária. Nestas condições, os estratos livres foram induzidos a opor toda a sorte de resistência à libertação dos escravos e, depois, à sua ascensão à qualidade de proletários e de cidadãos. <sup>73</sup> (p.75-6)

A constante exportação favoreceu o desenvolvimento das partes litorâneas do território brasileiro, em pontos de fácil atracação de embarcações, dando uma dimensão de pequena metrópole a alguns centros urbanos, com maior circulação de pessoas, dinheiro e instalação de empresas de exportação e importação, como também, órgãos de fiscalização e recolhimento de impostos.

A vinda da família real de Portugal deu novos impulsos a vida da pequena metrópole de São Sebastião do Rio de Janeiro. Houve a instalação emergente de uma infraestrutura para atender as necessidades da Corte Portuguesa recém chegada, o surgimento de artesãos e outros profissionais e um novo mercado supridor das novas necessidades. Esse contingente humano mobilizado representou o surgimento de uma nova classe social na Colônia, novo segmento da sociedade nascente.

Criam-se novos costumes, hábitos, modismos da realeza

vindos da Europa que passam a serem assumidos e vivenciados pelos cidadãos da Elite e da classe média nascente. Mais tarde a importação de máquinas manufatureiras, no ramo de tecelagem, provocou movimentos de insatisfação junto aos tecelões artesões que se sentiram prejudicados em seus negócios.

Tanto a formação da classe média urbana no período colonial, caracterizada por vários segmentos da sociedade; artesões, militares, profissionais liberais, jornalistas em algumas metrópoles precipitaram os acontecimentos da independência, abolição da escravatura e república, como, por sua vez, esses acontecimentos promoveram mais a vida urbana com a participação dos cidadãos nas mudanças políticas e em consequência nas mudanças sociais.

A abolição da escravatura somada a inúmeros problemas da agricultura; garantia de mercado, de preços, falta de vias de escoamento, etc, levaram ao conseqüente êxodo rural para as cidades maiores em busca de melhor qualidade de vida. Porém a infra estrutura das cidades sempre foram insuficientes para atender o contingente populacional que chegava, acarretando graves problemas sociais.

Paralelamente à continuidade do crescimento populacional nas grandes cidades ampliavam-se as exigências de formação de técnicos, desde o de nível médio até os mais especializados; engenheiros, médicos, etc. Assim os recursos de maior vulto administrados pelos governos são carreados para obras nas cidades, porém insuficientes para solucionar os problemas de infra estrutura urbana.

Por outro lado o êxodo rural foi ampliado devido às

condições atmosféricas em determinadas regiões com longo período de seca, provocando o abandono de terras, principalmente pelos pequenos proprietários dependentes diretamente da lavoura, um fato caracterizado no nordeste brasileiro.

A concentração populacional nos centros urbanos, com novas exigências, provocou o advento da moderna família brasileira, fazendo com que o modelo estrangeiro de "modus vivendi", particularmente o modelo americano penetrasse no contexto social brasileiro.

Essa família, moderna, com uma composição de pai, mãe e filhos se diferencia da família tradicional, pois a mulher passou a assumir compromissos profissionais fora do lar, tanto por necessidade econômica, mas principalmente pela emancipação que esse trabalho propiciava. Assim pouco a pouco a desintegração da família patriarcal se processou dando maior liberdade à mulher, permitindo-lhe que desempenhasse papéis sociais até então atribuídos somente ao homem, porém sem a devida conscientização da própria família que apoiada aos fortes padrões culturais revela uma postura machista tanto por parte dos homens como por parte de muitas mulheres.

A chegada da industrialização no urbano brasileiro, o aperfeiçoamento das leis trabalhistas, a configuração da classe média, o funcionalismo público, a classe operária, a classe militar, etc, segmentos força, ocorreram em poucos anos dentro da sociedade brasileira.

A industrialização modificou comportamentos no social e o capitalismo se impõe com perfeito domínio da situação, valorizando a iniciativa privada, a competitividade, etc. Porém os vícios da estrutura social patriarcalista perduram

na nascente sociedade de consumo, onde o poder se concentra nas mãos dos grandes industriais internacionais e no Estado que cria as empresas estatais. A classe média se caracteriza somente na ordem econômica, desejando sempre conseguir ampliar seu poder aquisitivo para usufruir dos bens no padrão da Elite.

No social predomina o individualismo, a competição mas sempre favorecendo os mais relacionados, os apadrinhados socialmente e o indivíduo é reconhecido pelo que tem e não pelo que é. Assim a discriminação pelo econômico se evidencia e a defasagem salarial entre as atividades consideradas "nobres" e a braçal é significativa coloca maior distancia entre o povo e a elite.

### 3.5 FUNDAMENTO CULTURAL DA VIDA SOCIAL

A cultura portuguesa de "rendas", impregnada dos ditames da Igreja Católica, chega ao Brasil passando a ser vivenciada procurando a dominação do nativo e das novas terras para Portugal.

Se a Igreja viu a criança indígena como um anjo, inocente e facilmente moldável, por outro lado, sentiu a resistência do nativo adulto com seus hábitos e costumes primitivos, rude e naturalmente resistente a mudanças.

Com essa nova clientela vivia impregnada de um primitivismo no sentido do sobrenatural; totêmico, anímico e animatista, tornou-se muito fácil utilizar do temor pelo condicionamento através do medo para levá-los a mudar o comportamento, absorvendo a idéia de pecado e de castigo divino.

Essa formação religiosa, extremamente rígida, não

compatibilizava com muitos desmandos na Nova Colônia por parte do estrangeiro que ao se instalar não tinha freios ao seu comportamento com liberalidades e abusos com o nativo. Vários foram os padres que constituíram família contrariando as determinações da Igreja.

O dito popular "abaixo do Equador não há pecado" caracteriza a liberalidade existente na época, onde muitos senhores e coronéis poderiam ter várias concubinas além de suas esposas e em muitos casos os filhos ilegítimos eram considerados socialmente e reconhecidos.

A chegada do africano, com uma cultura de estrutura social tribal, trouxe crenças que envolviam divindades, numa ordem animatista e fetichista, que compatibilizou-se com a crença indígena, onde tudo na natureza traz o ânima, a alma das coisas, presente nas águas, nos mares e nos animais.

Por outro lado, o encontro deste contexto primitivo religioso africano e indígena com a doutrina católica portuguesa jesuítica foi fortemente conflitante. No processo de adaptação o mais primitivo tende a assimilar gradualmente o mais evoluído num processo de aculturação forçada através da escravidão ao branco. Em determinado período tudo que vinha do negro e do índio era inferior e desprezado.

Esse acultramento forçado fez com que o africano no Brasil mascarasse sua crença tentando um sincretismo religioso. Neste sincretismo associou suas divindades com os santos da Igreja Católica, tentando, assim, compatibilizar suas crenças com a imposta pelos padres católicos, surgindo dessa maneira a umbanda, quimbanda e o candomblé.

Todo brasileiro, mesmo aqueles descendentes diretos



de europeus radicados no Brasil, traz culturalmente esse processo sincrético que está na música brasileira, na sua cadência, no seu ritmo, nos seus sons, etc. Inclusive o ânima no brasileiro se manifesta quando houve os sons das músicas de raízes africanas sente impulsos de movimentação de pernas e pés ou, pelo menos, instintivamente põe-se a dedilhar com as mãos, tentando acompanhar o seu ritmo.

Uma cultura em formação, tendo a língua portuguesa com base e a presença religiosa católica, configuraram inicialmente o tradicionalismo português tentando adaptar-se ao novo habitat.

Porém muitos dos usos, costumes, hábitos, etc, modificam-se na Nova Terra. As características do novo habitat, a presença de outras culturas, basicamente a indígena, a africana, a francesa no Nordeste devido a invasão e outras culturas que influíram mais tarde, determinaram diferenças regionais no comportamento do brasileiro, criando particularidades nos elementos da cultura popular.

A educação no Brasil iniciada pelos jesuitas trouxeram todo o ranso e o tradicionalismo da escola portuguesa, transmitindo valores culturais religiosos tomistas, pouco adequados às necessidades da Colônia, desenvolvendo um conhecimento com deficiente aplicação prática, mística uma vez que impôs uma verdade religiosa sem reflexão.

Antes da visão pragmática que mais tarde chega à escola brasileira o conhecimento transmitido e assimilado servia de puro diletantismo de uma elite privilegiada, tratado o conhecimento, por muitos, artificialmente, revelando um indivíduo como se fora um verniz muito frágil que com um pe-

queno arranhão mostrava a madeira podre, isto é, a fragilidade da estrutura de seu conhecimento vivenciado.

Esse comportamento, próprio da cultura portuguesa no Brasil, popularizou-se com a expressão "por fora bela viola e por dentro bolo bolorento", identificando a realeza da Corte Portuguesa que apresentava e alimentava uma realeza de fachada no meio a uma pobreza cultural da Colônia.

Mesmo dentro dessa hipossuficiência cultural o povo se comunica com a Elite através de suas manifestações culturais, danças, festas populares, tomando conotações diferentes conforme a região, com coloridos os mais variados, devido as influências européias, indígenas, africanas e orientais, tentando um sincretismo dessas culturas.

No interior do país as festas das igrejas contribuíram fortemente para as manifestações culturais rurais do povo brasileiro, desde as quermesses até as festas dedicadas aos santos da Igreja. Como exemplo a Bahia lidera com manifestações festivas ligadas aos santos o ano todo, num processo sincrético religioso com o africanismo.

As romarias tem seu espaço que somadas a uma força de fé popular tem sido manifestações contínuas do povo brasileiro, desde as promessas a serem pagas até os jejuns prolongados. Muitas dessas manifestações, inicialmente religiosas, se transformaram no tempo em folguedos, caracterizando a necessidade do povo da alegria e da descontração.

No ambiente rural do sertão se caracterizou o mutirão, com o trabalho coletivo para o plantio e para a colheita, culminando com a festa da colheita, no caso, por exemplo do milho, com a feitura da pamonha, do cural, etc, animadas com

a moda de viola no final da tarde, música sertaneja por vezes triste porém extremamente emotivas.

Por outro lado, a vida urbana com seus coretos, suas praças com festas, com um nível transacional social muito peculiar de cada localidade permitiu a vitalidade das manifestações culturais populares, com as bandas da própria comunidade, crianças correndo, suas brincadeiras, desde a "amarelinha" até as cantigas de roda e o jogo de bola. Aos comícios em praça pública aliaram-se sempre manifestações culturais, permitindo uma politização do povo que tinha interesse em ouvir os candidatos entusiasmados muitas vezes em seus discursos demagógicos.

A cultura chega também pelos jornais das cidades, o fermentador da política local e a crítica à comunidade; os agrados a Elite pelas notícias das colunas sociais; a revelação dos acontecimentos dramáticos da cidade extremamente constrangedores. Por outro lado, com o advento do rádio propagaram-se mais intensamente as novidades, a música, os ídolos populares, como também o cinema que reunia aos domingos, desde a matinê até a sessão da noite os interessados pelo novo difusor de cultura.

No processo cultural brasileiro um marco significativo é o movimento da semana de arte moderna em São Paulo em 1922. Propunha uma nova mentalidade, promovendo a criação artística nacional, destacava a sua singularidade e originalidade como sua qualidade concorrendo com as produções estrangeiras.

O pensamento nacionalista tornou-se significativo uma vez que todo o movimento cultural elitizado brasileiro este-

ve sob a influência e a crítica dos modelos estrangeiros, como o teatro, por exemplo, onde inicialmente o ator somente podia se expressar no palco com um português falado em Portugal e tudo que era encenado provinha de autor estrangeiro.

O cinema no Brasil influenciou fortemente a cultura da Elite e classe média brasileiras, principalmente as produções holiwodianas, modificando o comportamento, desde as relações familiares até as relações de trabalho e lazer.

A mentalidade industrial foi outro vetor de mudanças do comportamento social, com sua proposta tecnológica da linha de montagem, mais eficiência e eficácia, a necessidade do consumo do novo, desde o uso de eletrodomésticos até de carros implementados com equipamentos eletroeletrônicos.

Verifica-se contemporaneamente, a cultura brasileira em permanente transformação, exigindo o retorno às suas raízes, carentes de documentos dos relatos históricos que necessitam ser registrados e sistematizados através de estudos sociológicos, regionalizados, coletando todas as manifestações culturais populares. Sem memória histórica, sem a preocupação da população e do Estado de construir ou reconstituir a identidade cultural brasileira.

Assim o painel cultural brasileiro nos surpreende por sua diversidade de costumes, hábitos, usos, e fortes tradições nas várias regiões do país, onde o homem brasileiro e a terra, conforme revelou em Os Sertões EUCLIDES DA CUNHA que o nordestino sertanejo vive em harmonia com o meio, sofrendo a violência de sua luta pela sobrevivência.<sup>18</sup>

Em nível de Estado e de consciência nacional, infelizmente, pouco se tem considerado sobre a necessidade do e-

quilíbrio emocional e felicidade do homem brasileiro através do vivenciamento e valorização das manifestações culturais em todos os níveis. Verifica-se o homem brasileiro em processo migratório, forçados a deixar a sua localidade de origem submetidos a novos ambientes, novas paisagens, novos costumes, novo linguajar, esquecendo suas manifestações culturais devido a sua descaracterização e falta de oportunidade nas cidades maiores.

O regionalismo cultural, de muitos contrastes, no território brasileiro, teve sempre o elo de união entre os da terra a língua nacional e a medida que esforços forem despendidos no sentido de promover a ordem cultural do país a nação brasileira será forte e realmente independente.

### 3.6 FUNDAMENTO PSICOLÓGICO DA VIDA SOCIAL

A mentalidade e o comportamento do português foi a primeira contribuição para a formação do perfil e do processo psicossocial do brasileiro. No início da colonização da Nova Colônia o português recém chegado, ligado ao universo cultural da época e à mentalidade do Rei de Portugal, buscava abrir novas fronteiras e intensificar o processo de comercialização com outras nações, apesar das dificuldades da época que exigiam audácia e coragem para o empreendimento das longas viagens marítimas.

Identificava-se no português predisposição forte para a aventura, gosto pelo mar e vontade de enriquecimento que vai alterar-se após o encontro com o nativo brasileiro e a necessidade de adaptação no novo habitat. Os primeiros enfrentam novas paisagens e desafios, necessidades diferentes,

inclusive de sobrevivência em ambiente hostil, passíveis de doenças ou morte por invadir terras indígenas.

A miscigenação contribuiu também para a mudança de mentalidade, uma vez que seus descendentes, mais adaptados a sua Terra e recebendo a influência da educação da mulher indígena tinham ligações afetivas a Colônia e não a Portugal.

O indígena, pela cultura, era voltado ao atendimento das necessidades básicas da tribo, onde os serviços domésticos e plantio eram realizados pela mulher, ficando ao homem a tarefa de caçar e pescar e das guerras com outras tribos e também contra o invasor branco. Livre em seu território, vivia integrado a natureza de forma a identificar, pela comunicação com os pássaros e animais e alta sensibilidade olfativa e auditiva, os perigos do seu meio.

Por outro lado, além da harmonia e integração com o seu habitat, o indígena brasileiro buscava a harmonia com o sobrenatural que se compunha de crenças ligadas ao totemismo, o animismo e o animatismo. Onde os deuses eram representados por totens, relacionados, muitos deles, às manifestações atmosféricas, aos astros como o sol, a lua, etc. No animismo verifica-se pela dança, cadência da música, gritos, gestos e o animatismo supunha toda a natureza animada por seres sobrenaturais que podiam influir sobre o nativo, portanto muito respeitados.

Este medo do sobrenatural e todas as crendices foram passadas por herança cultural para o caboclo brasileiro que alimenta uma ideosfera rural, eivada de muitas crendices em torno de seres como o lobishomem, o boi tatá, o curupira, etc. Assim a normatização para o comportamento indígena mui-

to se relacionava com a natureza, fruto de observação e sensibilidade instintiva que compatibilizava suas leis com as da ordem natural das coisas.

Para exemplificar o fato, em uma das experiências vividas e relatada pelo sociólogo MAURY RODRIGUES DA CRUZ, junto a uma das tribos indígenas brasileiras, permitiu-se verificar, em diálogo com um nativo da tribo, a preocupação do indígena adulto quanto ao uso de bebida alcoólica pela criança da tribo. Para explicar o mal que representa o uso da bebida alcoólica pela criança mostrou uma árvore que crescia recurvada comparando ao crescimento deficiente da criança caso faça uso dessa bebida.

Assim é preciso que se considere o vetor do psicossocial indígena no comportamento do brasileiro que para o seu equilíbrio sente necessidade do constante contato com a natureza, fauna e flora vivem em suas imagens mentais, e o desconhecimento da cultura indígena impede o brasileiro de entender sua ordem emocional e sua própria identidade.

Com a escravidão negra na Colônia, houve a inclusão também dos usos, dos costumes, hábitos e sentimentos africanos na composição cultural, alterando o psicossocial e reforçando as características semelhantes da cultura indígena, inclusive reforçando o sentimento de identidade com a natureza.

Por outro lado, mesmo em regime de escravidão, o negro trouxe uma predisposição para a alegria, alterando com sua afetividade as disposições psicológicas das famílias patriarcais da época colonial, influenciando sobre a educação dos filhos de seus patrões, sensibilizando-os para sentimentos

de simplicidade e humildade.

A negra africana amamentou, além de seus filhos, os filhos de seus senhores, deu-lhes os primeiros atendimentos, influiu na sua educação, muitas delas, ensinou a não ver diferença entre brancos e negros e sempre sem revolta, servil e emotiva. A "Mãe Preta" no Brasil é um símbolo nacional por sua doação e dação em sentimento e trabalho, sensibilizando as novas gerações para a humildade e o respeito, tudo pontilhado por um honesto amor maternal.

Em resumo, como contribuição ao perfil psicológico do brasileiro verifica-se por um lado o indígena, independente, quieto e livre, nunca aceitando a escravidão como os pássaros e animais selvagens, porém temente às forças da natureza, por outro lado o africano, alegre, brincalhão, carinhoso, docil às vezes, mas envoltos no fetiche, o mal agouro, o processo anímico, o "ânima" como força sobrenatural e ainda por outro o português, quieto, preso as lembranças da Terra Natal e extremamente sentimental.

A ordem psicológica brasileira teve, no período colonial, suas bases na família, estruturada de forma a fixar muito bem os papéis de seus componentes. A valorização do homem e a inferiorização da mulher, a educação mais livre para o homem e poucas oportunidades para a mulher, que era educada para a submissão e o casamento.

Assim as condições étnicas e culturais de formação do comportamento e mentalidade como o psicossocial são determinantes para compreender a extrema sensibilidade do povo brasileiro no sentido de amorosidade, de simplicidade, de aceitação do estrangeiro, do espírito comunitário, etc.



Verifica-se, também, no contexto das disposições psicossociais brasileiras que a herança do período colonial, subsistiu mesmo com o advento da industrialização no país, isto devido às poucas oportunidades que o povo brasileiro tem tido na participação de seu processo cultural, por falta de escolas, baixa condição sócio-econômica, etc.

Acredita-se que esta situação possa ser alterada com um processo educacional que envolva todos os segmentos da sociedade, os meios de comunicação, todas as classes sociais, onde o pensar, o falar e o fazer, em uníssono, sejam exercícios constantes do brasileiro em geral.

Esse trabalho envolve todos os instrumentos possíveis em linha de comunicação, mas fundamentalmente o diálogo deve ser cultivado principalmente entre as classes sociais, entre profissionais de áreas diferentes, buscando uma linguagem comum, em construtividade.

O recurso da televisão, num processo de informação de massa, poderia permitir em prazo médio um número de experiências, rompendo a barreira da hipossuficiência.

Na mudança de mentalidade de um povo é necessário a formação de uma massa crítica em todos os campos do conhecimento humano, pois em cada um existem modelos de pensar a realidade que permite o crescimento do indivíduo como do grupo.

Essa falta de prontidão do povo revela uma psicopatologia social tomando aspectos crônicos, uma vez que tem os recursos para operacionalizar as mudanças necessárias. Cabe a responsabilidade naturalmente aos dirigentes que tem assumido o poder no país e pouco tem-se voltado a essas preocu-

pações.

Desta forma, muitos dos programas do governo, mesmo imbuidos de excelente intenção, não tem chegado a bom termo a sua operacionalização. Isto acontece não somente por falta de treinamento dos operadores, mas por não acreditarem na possibilidade de realização e principalmente em virtude dos interessados não terem participado da elaboração do projeto e assim não terem criado a consciência da necessidade de mudança.

Evidencia-se a necessidade de promoção do Ser Humano, antes de tudo, permitindo-o pensar nos seus próprios problemas e estimulá-los a resolvê-los, utilizando os seus próprios recursos e daqueles que a comunidade numa ação em conjunto possa dispor.

A chegada das indústrias no Brasil exigiu do brasileiro uma prontidão para a manipulação dos mecanismos como a mentalidade do projeto, o "design", e da execução, isto é, fazer a previsão dos problemas que poderão surgir na execução.

Assim a idéia de processo, sistêmico, se evidencia e as linhas de montagem são os meios de fabricação em série e todos devem contribuir com uma parcela para a confecção do produto. Esse contingente populacional na indústria como sua família sofreu uma das mais significativas mudanças, alterando mentalidade e comportamento. O homem brasileiro na indústria tem-se robotizado e o pensamento da industrialização invade inclusive o campo das artes, impedindo o homem de criar, forçando a produzir em série.

A mentalidade industrial passou a determinar a menta-

lidade urbana brasileira, onde nos grandes centros o homem dispõe de um instrumental tecnológico moderno, com máquinas que substituem o homem no seu trabalho, agilizando todos os processos industriais e burocráticos das empresas, porém a grande maioria da população em crise de pobreza e miserabilidade não participam com dignidade esses benefícios.

### 3.7 FUNDAMENTO ECOLÓGICO DA VIDA SOCIAL

Verifica-se mais explicitamente, entre os seres vivos, plantas, animais e o homem uma interdependência dinâmica, mutacional dentro de um equilíbrio móvel em que cada ser constantemente tenta ajustar-se com as variações operadas pelos fatores modificadores do processo de vida do planeta. Na vida dentro da vida o homem influi grandemente no processo como um dos elementos modificadores do meio.

Mais ainda, no processo cultural, a visão ecológica é melhor visualizada pelo modelo atômico, nuclear, de forma que se percebe alterações com a entrada ou saída de eletrons em um sistema, ou qualquer mudança de órbita de um eletron provoca alterações significativas no conjunto. Da mesma forma o Ser Humano, ajustado dentro do sistema ecológico, poderá ser atingido por mudanças ou provocar mudanças alterando o meio, destruindo vidas, etc. Inclusive certas reações são imprevisíveis, uma vez que o homem não tem o domínio das leis naturais e se tornarão ações provocando novas reações.

No campo biológico é bastante claro a interdependência entre os seres vivos, principalmente por questões de sobrevivência, isto é, onde existe a cadeia alimentar e o processo de reprodução, sendo que certos animais se alimentam

de outros, porém compensados pela reprodução que mantém a espécie viva dentro das leis da competição natural.

Para o homem, dentro dessa cadeia, submetido as mesmas leis, deve-se incluir, no seu processo de vida, num todo, a ordem social, levando em consideração os aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos, espirituais e energéticos do Ser Humano e sua relação com outro ser vivo. Assim compondo no modelo nuclear, um sistema em que toda ação desencadeada no social pode ter repercussões boas ou más para a sociedade.

Assim sendo, toda ação social, antes de desencadeada, deve ser submetida a uma avaliação, envolvendo especialistas de várias áreas do conhecimento para apontar as consequências dessa ação. Por outro lado, todos os especialistas precisam assumir uma consciência ecológica, protegendo a vida e promovendo o Ser Humano, considerando o homem como motivo central de qualquer ação de desenvolvimento social.

O que se verifica, através do tempo, no Brasil, é que a diretriz das ações governamentais ou particulares obedeceram sempre ao sistema econômico, desde as primeiras explorações e colonização da Colônia até as obras faraônicas atuais. E entende-se que o homem tem potencial que o levam a perceber que representa a destruição de vidas mas necessita ser orientado por uma educação conscientizadora do processo ecológico.

Esta sensibilidade, no Brasil, tem raízes culturais, onde o brasileiro tem vivido em um ecúmeno extraordinário, isto é, com possibilidade de vida em todo território nacional, com paisagens naturais multicoloridas, plantas, aves e

flores, com clima ameno, etc. Desde os contos infantís até os romances brasileiros a fauna e flora sempre foram exaltados.

A constante destruição da vida por métodos os mais violentos, como pelo fogo, desmatamento indiscriminado, caça predatória, eliminação de inúmeras espécies da fauna e da flora rompe o equilíbrio biótico do brasileiro, altera o seu emocional. Suas reações aumentam em agressividade e violência nos centros urbanos maiores.

O brasileiro, por várias gerações presenciou e participou da desconsideração pelo sentido de vida, perdendo a sensibilidade tornando-se impotente para lutar contra essa destruição. O processo é patológico uma vez que conduz à perda do valor pela vida.

Naturalmente que o desrespeito a natureza provém de uma total inconsciência de valores morais; para uns, movidos pela extrema ganância ao dinheiro, buscam o enriquecimento fácil através de uma exploração predatória e irracional, por outros a falta de visão de futuro e pouca consciência social.

A política de exploração dos bens agrícolas e minerais sempre se caracterizou no Brasil com constantes agressões ao ecúmeno brasileiro. A monocultura agrícola contribuiu para alterações profundas na terra, no clima, acrescido ainda por um uso de tecnologia inapropriada, descuidando dos métodos simples de recomposição do humos da terra e permitindo erosão.

Se de um lado o explorador português não respeitou a natureza na colonização da Nova Terra, por outro lado do indígena e do africano herdou-se uma forte identificação com o

meio. Assim a paisagem natural equilibra emocionalmente o brasileiro como espiritualmente, exigindo para as paisagens culturalizadas a presença da natureza.

A compreensão ecológica cultural em alguns países tem revolucionado a arquitetura e a urbanização, onde as árvores são conservadas "in natura" e as edificações e arruamentos são construídos respeitando todos os elementos naturais do meio.

Assim todo planejamento e ações políticas mais conscientes necessitam serem avaliados no referencial ecológico cultural, dando condições para salvaguardar o princípio vital que mantém a existência dos seres humanos no planeta.

Toda vez que uma nação e o poder constituído respeitarem essa dimensão ecológica cultural em todas as decisões sejam econômicas, políticas e sociais estarão construindo realmente um mundo melhor, não só construindo uma sociedade evoluída tecnologicamente mas extraordinariamente humana e responsável.

### 3.8 FUNDAMENTO ESPIRITUAL DA VIDA SOCIAL

A nação brasileira se forma sob a égide de uma visão espiritual do mundo cristão, onde a única exigência para o imigrante, no período colonial, que queria se fixar na Nova Terra, era ser cristão. E a imagem da cruz erigida para a primeira missa como o conjunto de estrelas nos céus denominado Cruzeiro do Sul são símbolos fortes da nação que permanecem alimentando a ordem espiritual do brasileiro.

A presença das agruras da Nova Terra são suavizadas pelo exemplo do Cristo, continuando vivo a idéia do resgate

pelo sofrimento; por outro lado muitos chegaram movidos pela ambição em que a vontade de enriquecimento faziam superar as dificuldades.

Os jesuitas, em missão divina e determinações do Rei de Portugal, motivados na propagação da doutrina católica na Nova Colônia, encontraram o nativo das terras brasileiras em manifestações religiosas totêmicas, animistas e animatistas. A propagação entre os indígenas da nova doutrina representou um processo de aculturação forçado, sendo essa doutrinação iniciada pelas crianças indígenas.

Pela escola, tradicional, do "magister dixit", os jesuitas tentaram inculcar no selvagem a nova doutrina, imposta pela autoridade que o padre estrangeiro representava. Por outro lado houve resistência exercida pela força da crença dos nativos que mesmo assim assimilaram a nova crença de forma mística e passiva. Os jesuitas nas suas pregações descharacterizavam o poder sobrenatural do pajé, forçando o índio a temer os ditames da nova crença.

Uma terceira força espiritual chega ao Brasil pelo africano, que devido a sua condição de escravo a sua cultura foi desconsiderada, impondo-se a cultura religiosa portuguesa. O politeísmo animista e animatista somado ao fetiche do africanismo foi mascarado pelo negro escravo, que ligado as suas raízes foi forçado ao sincretismo religioso.

Desta forma surgem a umbanda, a quimbanda e o candomblé, resultado do sincretismo religioso do catolicismo com o africanismo, associando os santos da igreja católica com as divindades africanas, iemanjá, etc. O brasileiro se formou culturalmente, no seu processo histórico, dentro da igreja

mas temendo o feitiço e o mal olhado.

A igreja católica contribuiu no sentido do místico, pregando o medo ao sobrenatural, com o temor da morte, criando imagens de inferno e purgatório, como também, a figura do demônio com poderes para atingir os incautos, associando a idéia do pecado que determina a sorte após morte das criaturas humanas.

Crenças assimiladas acriticamente, fazendo com que o crente esteja sempre em busca de informações do sobrenatural "reveladas" por cartomantes ou em terreiros de umbanda, facilitou o charlatanismo e os abusos da credulidade humana. Outros crentes, mais ortodoxos, presos às idéias místicas, rejeitam novos posicionamentos científicos que contrariem os seus dogmas.

Por outro lado, a comunidade científica brasileira, devido aos seus métodos rígidos, não tem feito estudos sérios nem pesquisas a respeito dos fenômenos considerados sobrenaturais e os paranormais, deixando para a Igreja Católica o julgamento sobre esses fenômenos que ora recebem o rótulo de milagre ou misticismo.

O espiritual esteve presente no rural brasileiro desde a "Casa Grande" das fazendas, construída prevendo um local específico para a capela com os ofícios religiosos, as rezas, a encomenda das almas, o confeccionário, repositório de queixas e lamentações. O enterro envolve-se em rituais, variando de região a região, com rezas encomendadas, carpi-deiras, o velório e a sepultura, como símbolo de morada das almas.

No isolamento do rural a idéia do anímico sempre es-



teve presente nas matas e o animatismo dos seres sobrenaturais relatadas nas estórias infantís, lendas, elementos imaginados e imaginários transmitidos pelos adultos aos filhos de forma a impressioná-los, forçando num clima de fantasia e realidade contadas como experiências pessoais.

Isto fez com que o brasileiro, pressionado pelas crendices e superstições, passasse a depositar nos padres total confiança, permitindo serem dirigidos nas suas decisões políticas inclusive.

No Brasil o poder da Igreja esteve sempre ao lado do poder político nas várias etapas da evolução da sociedade brasileira. Algumas vezes, existia discordância entre um e outro, porém o que predominava era o papel legitimador da Igreja.

As eleições nas cidades do interior do país são decididas pelas palavras do sermão do padre aos domingos o que estimula aos candidatos terem alianças com o pároco local.

A chegada do protestantismo no Brasil, mesmo com a idéia de renovar o cristianismo, encontrou da mesma forma, na sua maioria, um povo inculto nas questões religiosas, concordato e místico, esperando ser guiado por forças maiores. Mesmo que a proposta protestante fosse de estudo e conhecimento da bíblia, dado a hipossuficiência cultural da maioria, o padre foi substituído pelo pastor. Porém a rigidez de normas e condicionamentos foram impostos sobre esse povo sem senso crítico induzindo a um novo aculturamento religioso, alterando a maneira de viver de grande número de famílias brasileiras.

Para grupos incultos e sem criticidade, no entanto

sensíveis ao religioso, a visão do conhecimento bíblico é a miragem no deserto do conhecimento espiritual e esses grupos passam a exercitar somente o processo normativo pregado pela religião sem entender o seu significado.

Assim as propostas mais rígidas trazem segurança aparente ao crente, onde as promessas de salvação ficam mais concretas uma vez associada a frequência ao culto, práticas de jejum e leituras constantes da bíblia, presos muitas vezes na letra e pouco no sentido da mensagem.

Evidencia-se, desta forma, a necessidade de um exercício da consciência crítica que envolva questões como a morte, o significado da vida, as relações entre os seres humanos antes e depois da morte retomando as reflexões filosóficas básicas que envolvem as questões existenciais do homem no mundo; quem sou?, de onde vim? e para onde vou?

#### 4 QUARTO CAPÍTULO : UMA PROPOSTA DE DIRETRIZ CURRICULAR PARA A DISCIPLINA DE ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS.

A necessidade de entender a composição social como um processo, estruturada em seus segmentos históricos, políticos, ideológicos e culturais, exige ir ao passado para entender e perceber como, dentro dos fundamentos da vida social, a sociedade brasileira caminhou, levando em consideração nessa vivência não apenas a sedimentação de sua cultura, como também as culturas que para ela convergiram e suas influências na formação dessa sociedade.

A disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros que trata da realidade brasileira merece ser interpretada como sendo um processo de busca de conscientização sobre essa realidade, principalmente numa ordem causal. Sob esse enfoque deve procurar fundamentos numa ordem curricular que considere a cultura como fator determinante da mentalidade e comportamento do brasileiro, através dos anos, e tem permitido estruturas sociais tanto positivas como negativas, inclusive a configuração do sistema social vigente.

Por outro lado, uma proposta curricular a nível de terceiro grau de uma disciplina de Educação Moral e Cívica toma conotações específicas quando é considerada a clientela universitária que desde os primeiros anos de vida escolar recebe um conhecimento superficial com tendências a um

certo especialismo configurado desde o segundo grau. Os programas ministrados são pouco integrados em cada etapa dos cursos de 1º e 2º graus com uma listagem de disciplinas com propostas estanques.

No parecer CE - CFE nº 94/71 (em anexo) verifica-se a universalidade que a disciplina de E.P.B. propõe em seu conteúdo exigindo um embasamento de conhecimentos históricos, filosóficos e sociológicos do contexto; passado, presente e futuro da sociedade brasileira. Portanto exige que os currículos do primeiro e segundo graus veiculem tais conhecimentos básicos, particularmente, eliminando os preconceitos que têm, por exemplo, desvalorizado a cultura popular advindas das classes pobres da população e outros aspectos que impedem o conhecimento do homem brasileiro.

A eliminação de determinadas disciplinas como a filosofia em detrimento de um especialismo nos primeiros graus de escolaridade, impede que este aluno chegue às universidades com uma visão de mundo mais crítica.

Por outro lado a contemporaneidade dos assuntos abordados exigem em uma série de conhecimentos prévios sobre: tabelas, gráficos estatísticos, dados censitários mais completos, pesquisas no campo social e outros, para facilitar a compreensão da realidade. Verifica-se que a tendência é procurar impedir que informações, principalmente, aquelas que envolvem ações políticas fracassadas sejam publicamente reveladas.

Essa posição política de resguardar o processo real de encadeamento de algumas decisões e ações governamentais procurando ocultá-las do povo justifica-se porque tanto im-

pedem as manifestações populares como mantêm equilibradas as relações povo-governo.

Desta forma nas discussões e seminários em aulas de E.P.B. a falta de informações fidedígnas leva à especulações criando insatisfações junto ao universitário que hoje recebe um volume considerável de informações nos meios de comunicação de massa.

Percebe-se também que a maioria dos universitários, provenientes da classe média e alta, trazem um comportamento e mentalidade, muitas vêzes, comprometidas com o pensamento da classe social a que pertencem, caracterizados por uma acomodação e aceitação do sistema vigente, uma vez que é beneficiada por ele e desconhecem que esse benefício existe em detrimento do empobrecimento de grande massa da população.

Como se referenciou nos capítulos 2 e 3, a realidade brasileira traz uma sociedade em transição, caracterizada por necessárias mudanças sociais estruturais, envolvendo todos os eixos do social, isto é, o econômico, o político, o social e o cultural. De um lado, se observa a cultura vivenciada pelas classes mais cultas caracterizada por um conhecimento erudito e oportunidade de acesso a ciência e a tecnologia. Por outro lado uma cultura popular, pouco valorizada de uma população que na sua maioria sem nenhuma participação nos novos elementos culturais veiculados.

Assim sendo, numa ordem curricular, a disciplina de E.P.B., como propositora de alternativas ou diretrizes para o solucionamento de problemas nacionais identifica-se com a concepção de currículo como reconstrução social, onde se dinamiza o envolvimento do cidadão brasileiro, estimulado pelo

espírito comunitário, a participar das decisões e soluções de seus próprios problemas.

Particularmente a Universidade como repositório de cultura e operando com um potencial de recursos humanos, altamente qualificados, poderia participar mais intensamente dos problemas da comunidade em que se insere e nas alternativas de soluções, fazendo melhor uso dos recursos de que dispõe.

No plano de aulas a disciplina de E.P.B., por sua própria ementa, propõe orientar o aluno para o estudo da realidade social de forma crítica. Para isso é imprescindível considerar a realidade do aluno, o seu currículo oculto, isto é, o repertório de conhecimentos acumulados na sua vivência, aproveitando seus referenciais avaliativos.

Por outro lado, verifica-se, no entanto, que, pelo processo educacional nas escolas, como pelo conteúdo das mensagens emitidas pelos meios de comunicação, as crianças como os adolescentes são bombardeados por um amontoado de informações confusas que não dizem respeito aos valores da cultura do país. Evidencia-se os interesses de uma ordem internacional, tanto capitalista como comunista, pretendendo o condicionamento e controle do brasileiro para manipulá-lo.

Diante dessa realidade, é necessário que o universitário, vivendo sua preparação para uma importante atividade profissional, encontre na disciplina de E.P.B. uma possibilidade de sistematização de idéias dentro de um pensamento nacionalista e humanista de forma a sensibilizá-lo contra o despreparo e a massificação sofrida pelo povo brasileiro.

Assim, a disciplina de E.P.B. passará a ser uma ana-

lisadora de fatos sociais mas também criadora de instrumentos de avaliação dessa realidade de forma aberta, não permitindo proposições dogmáticas e doutrinadoras. Entenderá a realidade social sempre processual, isto é, os acontecimentos do passado concorreram para concretizar os acontecimentos do presente e estes projetando os do futuro numa ordem dialética.

Na disciplina de E.P.B. a realidade do aluno deverá ser a base para a reflexão e ampliação do seu conhecimento levando-o a avaliação crítica dessa realidade diante de si e do social. Entendendo também que cada momento histórico irá se configurar necessidades e expectativas diferentes no aluno devido as situações sociais novas, exigindo para a disciplina de E.P.B. um currículo flexível e aberto.

Flexível no sentido de poder se ajustar a cada momento a nova ordem conjuntural, procurando não perder a linha processual dos acontecimentos e aberto no sentido de permitir a inclusão do novo projetado de momento a momento.

Verifica-se assim a necessidade de um currículo que permita uma direção reajustável no seu encaminhamento em função do momento presente, envolvendo tempo, espaço e função, como também a ordem emocional individual e o psicossocial tanto do grupo de alunos presentes como do de professores.

Verifica-se também quanto ao conteúdo programático da disciplina de E.P.B. que alguns temas exigem uma especificidade em sua abordagem, levando o professor a desenvolver alguns temas com mais detalhes que outros. Daí a necessidade de uma cosmovisão da realidade para melhor direcionar os

alunos nas discussões.

Trabalhar o momento emergencial é importante como elemento motivacional aos elementos participantes do processo aula, devido a vivência dos acontecimentos recentes, exigindo julgamentos de valor que possibilita a análise mais profunda do mediato e causal das questões discutidas.

O professor assumiria, a partir de então, o papel de facilitador influenciando no processo aula e não impondo autoritariamente os passos da aula, permitindo a criação pelo grupo do momento-aula.

Desta forma, para melhor desenvolvimento curricular da disciplina sugere-se ao professor conhecer o aluno, como um ser individual e social e para esse fim deve levantar um quadro descritivo do aluno, sobre as características de sua personalidade, suas experiências vividas, viagens, atividade profissional, cultural, etc.

O universo do conhecimento de cada aluno emergindo na aula soma-se à de seus colegas e ao do professor produzindo uma massa crítica, concorrendo para uma ótima produção em aula. Essa massa crítica trabalhada, dentro de um clima de respeito e oportunidade, permitirá que cada um possa expor seus pontos de vista, debatendo e aceitando sem receio de críticas, num verdadeiro exercício de liberdade dentro de um puro ideal democrático.

Tanto o Decreto-Lei nº 869 de 18/9/69 complementada com o Parecer nº 94 de 04/02/71 que regulamenta a disciplina de E.P.B. atribuem à disciplina a responsabilidade na formação da consciência crítica do aluno. Como a consciência é resultado das vivências do aluno dentro e fora da escola,



a sua participação significativa depende das oportunidades de vivências de maior número de experiências, desde as leituras realizadas até sua participação no social.

Por outro lado, essa disciplina deverá, no conjunto, realizar-se como integradora do processo existencial do aluno, permitindo reflexões sobre o Ser em relação a si próprio, de si com relação a outro indivíduo, como do indivíduo em relação ao seu grupo mais próximo, a família por exemplo, e em relação ao social e vice-versa.

Isto envolve um conhecimento crítico de sua própria realidade, simultaneamente a uma busca de um amadurecimento, no seu momento de passagem da adolescência para uma idade adulta, de forma integralizada com orientações que abranjam todos os aspectos da manifestação humana.

Este confronto de sua realidade com as dos participantes, vivenciadas em sala de aula ou fora dela, levará o aluno a observar a relatividade da verdade humana e como a percepção do trabalho a realizar no social. Desta forma o conduzirá ao crescimento de seus interesses e ampliação de seus horizontes, reforçando sua identidade humana e estimulará seu idealismo com perspectivas de mudanças no sentido de uma melhor justiça social.

O enfrentamento de novas realidades existenciais concretas, factuais, novas idéias, novos valores, ajudará o aluno a fazer revisão de seus próprios referenciais avaliativos, a assumir um posicionamento mais flexível e mais dinâmico, adaptativo, ajustando com mais facilidade a novas situações e principalmente a compreensão delas num sentido mais crítico.

Depreende-se do exposto a necessidade da diversificação das situações, a variedade das experiências vivenciadas em sala de aula, a revisão constante dos referenciais avaliativos e sua ampliação com uma melhor interpretação do Ser Humano e de sua realidade.

A criticidade buscada por uma identificação da contradição existente na realidade permitirá ao indivíduo avaliar a relatividade de sua verdade, facilitando-o na reformulação em pontos que se encontram próximos ao nível universal e repensar aqueles aspectos individuais e situacionais particulares de cada momento.

A cosmovisão pelo conhecimento, a análise e crítica de suas estruturas, a conceituação e a reconceituação do conhecimento humano, isto é, os graus de culturalização vivenciada pelo grupo nacional, a identificação dos processos sinérgicos vividos pela população no tempo, levará o aluno ao amadurecimento desejado.

Para não se correr o risco da disciplina tomar características predominantemente ideológicas, uma vez que exige um posicionamento do professor e do aluno, defendendo suas idéias, deve-se adotar no seu trato os princípios do método científico que levam a visões mais amplas e concretas da realidade.

Assim no desenvolvimento curricular da disciplina deverá ocorrer uma desestabilização do aluno durante o processo de debates com revisão de idéias e valores. Porém isto permitirá e facilitará um crescimento num todo.

Num sentido mais amplo, o currículo da Educação Moral e Cívica deverá ser baseado numa visão renovada do humanismo,

voltado ao ideal de promoção do Ser Humano onde ele estiver e como estiver.

O currículo para a disciplina de E.P.B. deve considerar nas avaliações da realidade os aspectos regionalizados de suas necessidades, as características culturais estrangeiras ainda existentes dos emigrantes, predominantes na região, isto é, sua mentalidade, seus costumes, os elementos culturais particulares daquela cultura, aproveitando-os como contribuições importantes no equacionamento e solução de problemas.

A disciplina de E.P.B. prevê o respeito aos valores culturais positivos de cada região e a proposição de mudanças de valores, de forma que, num processo educacional, a médio e longo prazo se concretize mudanças de mentalidade.

Essas mudanças se evidenciam, mais necessárias, nas regiões onde as características culturais são limitadas, congeladas no tempo, onde costumes e hábitos se repetem de geração a geração com tendência a impedir a entrada de novos valores. Inclusive a negação, por muitos, de que o homem chegou a lua reflete a mentalidade distante do processo civilizatório, afirmação facilmente encontrada em zonas rurais brasileiras.

Conforme IANNI "as condições de desenvolvimento da cultura em sentido amplo, alargam o espaço do pensamento, da criação, da combinação entre teoria e prática"<sup>44</sup>. E neste aspecto toma a disciplina de E.P.B. uma responsabilidade de ser desenvolvida numa linha de cultura, trabalhada não somente dentro da cultura elitizada brasileira mas procurando valorizar a cultura popular, vivenciando-a.

Esse desenvolvimento da cultura envolve um repensar dos seus elementos individuais, alternativos, especialistas e universais, a reciclagem desses conhecimentos, avaliando todos os seus elementos; desde a manipulação artesanal do barro na confecção de utensílios domésticos até a sofisticação de um circuito eletrônico dentro de um computador.

A veiculação das idéias de como melhor se administrar uma residência, as propostas de planejamento da produção de uma grande empresa, questões humanas imediatas de relacionamento de um bom viver; as grandes reflexões filosóficas inerentes ao Ser e seu processo existencial devem também ser consideradas.

Assim o currículo da disciplina de E.P.B. deve estimular o conhecimento através, não somente dos sociólogos, antropólogos, mas também dos escritores, literatos e todos aqueles que participaram e participam como reveladores e interpretadores do quadro cultural brasileiro. Dentre esses escritores deve-se promover aqueles que apreendem a realidade brasileira, não só de forma acadêmica mas também pela sua vivência como CAROLINA MARIA DE JESUS, mulher do povo, que no seu livro "Quarto de Despejo" denuncia e revela a impossibilidade de construir uma nação digna quando muitos vivem em condições precárias de favelas.<sup>45</sup>

Em síntese um currículo de Educação Moral e Cívica, centrado na cultura de um povo, será sempre uma resistência à influência de culturas alienígenas que gradativamente têm sobrepujado as culturas de países subdesenvolvidos.

ANEXO

PARECER CE-CFE Nº 94/71 - APROVADO EM 04/02/71

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA = CURRÍCULOS E PROGRAMAS

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1 EDUCAÇÃO MORAL

1.2 EDUCAÇÃO CÍVICA

1.3 DA EDUCAÇÃO FORMAL À EDUCAÇÃO DE CONTEÚDOS

1.4 EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIÃO

1.5 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: DISCIPLINA OU

PRÁTICA EDUCATIVA?

1.6 O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

2 NORMAS PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

3 PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA = CURRÍCULOS E PROGRAMAS

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1 EDUCAÇÃO MORAL

Ao fim de seus anos, um dos espíritos mais nobres e mais luminosos do nosso século, Henri Bergson, dizia de si mesmo: - "quando um homem passou toda sua vida a procurar a Verdade, ele se pergunta se não teria feito melhor em empregar sua existência a praticar o Bem".

A perplexidade do grande filósofo é rica de ensinamentos.

Ela nos lembra, em primeiro lugar, que o Bem nos leva ainda mais perto da Realidade Suprema, que é Deus, do que a própria Verdade.

Em segundo lugar, Bergson nos recorda, obliquamente, que a essência do Homem é a de um ser moral. No Universo que nos é conhecido, ele é a única criatura portadora, dentro de si mesma, de uma fonte original, de um "começo radical", donde nascem decisões e atitudes: a Liberdade.

É esta liberdade que está no centro da Educação Moral. E que faz da Educação Moral o ponto mais grave, mais alto e mais importante de todo trabalho educacional.

Ser moral, o homem abre os olhos ao Bem. E no ato desta descoberta, percebe que seu coração já era, previamente, cúmplice de seu objetivo.

Sócrates nos disse de si mesmo: - "Chamado a escolher entre 'praticar uma injustiça' ou 'sofrer uma injustiça', eu preferiria nem uma coisa nem outra. Se, entretanto, fosse

absolutamente necessário optar por uma das pontas do dilema, eu preferiria 'sofrer uma injustiça' a 'praticá-la'". (Platão, Diálogo "Górgias")

Vinte e cinco séculos depois, o eco intocado desta voz pura soa aos nossos ouvidos: - "Nós, que vivíamos a seu lado, não tínhamos compreendido quem era este justo de quem fala o provérbio e sem o qual não há aldeia, nem cidade, nem a terra inteira que possa subsistir"(Alexandre Soljenit-syne, em "A casa de Matriona").

Do filósofo grego do 5º século antes de Cristo ao prêmio Nobel russo dos nossos dias, a afirmação implícita é a mesma: a imantação da vontade humana para o Bem, para a justiça, para o Direito, sua subordinação livre ao Dever, tudo isto não é fruto de um condicionamento ou de uma soma de circunstâncias efêmeras e aleatórias. Esta imantação da vontade humana para o Bem é a face visível que toma o Instinto Moral, a mais profunda, mais grave e mais específica de nossas tendências essenciais.

- A que visa, assim, a Educação Moral?

- Visa à decantação do Instinto Moral de um ser livre, à sua formação consciente e crítica, ao seu aperfeiçoamento, no convívio com os outros, através do crescimento humano progressivo da criança, do adolescente e do jovem, até a idade adulta.

Esta é a tarefa imensa da Educação Moral.

## 1.2 EDUCAÇÃO CÍVICA

O homem, sujeito e objeto da Educação Moral, vive na "Civitas". Sua condição de cidadão é a fonte de um relacio-

namento espacial entre ele, seus concidadãos e sua Pátria.

O homem é, por sua natureza, um ser-no-mundo. Esta situação lhe é essencial. Assim, ao mesmo tempo em que ele se descobre, descobre a História, que o conduz e da qual ele também é autor.

É na medida em que toma consciência de si mesmo, e da sociedade de que faz parte, que o homem desenvolve sua consciência crítica. Esta consciência ele a exercerá e a desenvolverá participando do desenrolar da própria História, cujo vir-a-ser é encarado como um processo permanente de aperfeiçoamento do próprio Homem e da Sociedade, em busca de sua plenitude.

O chão do mundo de cada homem é sua Pátria. E uma Pátria é, em última análise, uma personalidade moral.

Ela tem um corpo e uma alma. Ela é um território, um povo, uma língua(ou mais de uma), uma religião(ou mais de uma), uma tradição espiritual portada pela História.

A "Caritas patrii soli" dos Latinos é, justamente, o amor da Pátria, este amor que é um laço entre os homens filhos da mesma Nação.

O amor e a lealdade do cidadão para com sua Pátria se situam dentro da perspectiva universal da Comunidade Humana.

Cícero chamou de "Conscientia hominum" esta abertura de cada pessoa para com toda a espécie humana. Ela é este amor sem fronteiras, que brota da compreensão da fraternidade que deve haver entre todos os homens. Desta forma, é dentro da visão de uma Humanidade total que se deve buscar os contornos espirituais de uma Pátria.

O homem, cidadão do mundo, é, entretanto, filho de um



país. Sua nação é esta espécie de "família amplificada", a que ele deverá, primeiro, seu amor, sua lealdade, sua vida.

A Pátria de cada homem, todavia, não é um conceito enregelado, que cada geração recebe e transmite, como quem passa de mão a mão uma antiguidade preciosa. A Pátria é a construção quotidiana de uma Nação, de uma fraternidade de homens fundamentalmente iguais, vivendo em concórdia e liberdade.

Assim como o fundamento último da Moral é Deus, o fundamento próximo da Pátria é a pessoa humana, consciente, livre, responsável.

Ora, quem diz pessoa, diz comunhão.

O homem, ser aberto à comunidade dos outros homens, é essencialmente um ser social. E sua tarefa primeira e fundamental será a construção de uma sociedade humana, alicerçada, moralmente, na Justiça e no Amor. Sociedade onde todos tenham, de fato, a oportunidade de uma vida humana, digna e fraterna. Sociedade donde sejam banidas a violência e a injustiça e onde estruturas sociais desumanas e peremptas cedam lugar a novas formas de organização e de convivência baseadas na igualdade democrática.

Formando assim a criança e o adolescente, a Educação Cívica estará preparando o futuro adulto participante, capaz de discernir e de optar, mediante o amadurecimento de uma consciência crítica, e desejoso de construir e de transmitir aos seus filhos uma Pátria ainda mais merecedora de amor e respeito.

A Educação Cívica visa, desta forma, basicamente, à formação da criança, do adolescente e do jovem para a Demo-

cracia, à luz da Constituição do Brasil, como aquela forma de convivência social "cuja essência é evangélica" (no dizer de Bergson), pois tem fundamento a igualdade de homens livres e como espírito o amor fraterno.

Esta formação cívica não deverá ser abstrata e teórica. Mas deverá ter os pés na terra e enraizar-se na realidade.

O civismo brasileiro, no momento, é comprometer-se com a fase histórica do desenvolvimento do País e trabalhar na construção de uma Pátria engrandecida. Uma Pátria em que haja um lugar ao sol para todos, e que seja, cada dia mais, uma Democracia de homens livres, responsáveis e solidários.

### 1.3 DA EDUCAÇÃO FORMAL À EDUCAÇÃO DE CONTEÚDO

Uma das tentações da Educação Moral e Cívica, na sua história nacional, foi de neutralidade. Ao professor caberia, apenas, apresentar aos alunos as várias possibilidades de opção. Diante de múltiplas alternativas, o aluno escolheria, por si mesmo e sem alheias influências, a estrada de seus passos.

Esta vertigem de um culto hiperbólico e destorcido à Liberdade, a que alguns países pagaram seu tributo, encontrar-se hoje ultrapassada.

O equívoco se fundava, como vamos ver, numa concepção inadequada de liberdade e de educação.

De um lado, é preciso considerar que a liberdade de nenhum adolescente ou jovem é total. Toda liberdade, de resto, é condicionada por mil circunstâncias, por múltiplos fatores internos e externos. Esta flama tênue acesa dentro de

nós, num chão de determinismos, precisa, sobretudo na fase imatura da vida, de ser estimulada em sua escolha, amparada nas decisões da alma desabrochando para a existência.

E, sobretudo, importa não confundir liberdade com independência. O homem, ao mesmo tempo em que é um ser livre, é um ser essencialmente dependente. Dependente para com Deus, para com a Pátria, para com os outros homens, para com os valores morais que o solicitam e que se lhes impõe como um imperativo.

Desta forma, sua liberdade será, frequentemente, a aceitação consciente desta dependência e a submissão voluntária a ela.

Por outro lado, na tarefa educacional nenhuma Nação pode renunciar a pretender formar as novas gerações na linha de suas aspirações, suas idéias e seus ideais.

A educação moral e cívica, será, assim, uma educação que tem um rumo, uma educação enganjada, uma educação comprometida. Com quê? Com quem?

Nós tocamos, aqui, no ponto mais delicado do problema. E devemos encarar a questão de frente.

Se reconhecemos ao Estado o direito de propor um padrão de educação Moral e Cívica à população estudantil brasileira, não reconhecemos ao Estado o direito de se propor a si mesmo como o fim desta educação.

"O fim do indivíduo é o Estado, mas o fim do Estado é a pessoa"(Jacques Maritain). Nesta admirável síntese do sábio cristão francês, encontramos o âmago da Democracia. Se, de uma parte, os membros da Sociedade devem submeter-se à Lei e às normas que regem o Estado, pois somente esta arti-

culação efetiva permitirá o desenvolvimento, a ordem e a harmonia, por outra parte é preciso afirmar-se claramente que a pessoa humana está acima do Estado, e que este não tem outra razão de ser nem outra finalidade senão a de por-se a serviço da Pessoa, do Homem, de sua explicitação, de sua realização, de sua felicidade.

A Educação Moral e Cívica no Brasil, portanto, inspirada nas grandes linhas da Constituição Nacional, terá como objetivo a formação de cidadãos conscientes, solidários, responsáveis e livres, chamados a participar no imenso esforço de desenvolvimento integral que nossa Pátria empreende, atualmente, para construção de uma sociedade democrática, que realiza seu próprio progresso, mediante o crescimento humano, moral, econômico e cultural das pessoas que a compõem.

#### 1.4 EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIÃO

A Constituição do Brasil, que invoca Deus no seu Preâmbulo, assegura inteira liberdade religiosa a todos os brasileiros (Art. 153, § 5º). Não há, no País, religião oficial nem união do Estado com uma Igreja. Por outro lado, o ensino religioso é admitido, em caráter facultativo, dentro das próprias escolas oficiais de nível primário e médio (Constituição, Art. 176, § 3º item V).

A referência a Deus, no Preâmbulo da Constituição, parece dever ser interpretada como sendo um aceno de respeito à convicção religiosa da grande maioria do povo brasileiro. A garantia de liberdade religiosa de todas as pessoas e a admissão do ensino religioso facultativo nas escolas oficiais, por sua vez, são um sinal incontestável de uma demo-

cracia pluralista, aberta ao acolhimento de todas as atitudes e confissões religiosas, desde que respeitadoras do fundamento humanista em que se assenta a própria Constituição do País.

Nestes termos, pode dizer-se que a Constituição do Brasil é aconfessional, desde que se entenda essa posição como um aconfessionalismo aberto e acolhedor da pluriconfessionalismo que reflete a realidade da democracia brasileira.

Isto posto, temos como primeira consequência a idéia bem nítida que deve ter o professor de Educação Moral e Cívica, a respeito das relações de independência recíproca, existentes entre as religiões e o Estado. O Estado não tem religião oficial. De outro lado, a Religião não está a serviço do Estado. Deus não é um dos elementos utilizados para a sustentação psicológica de uma estrutura política ou social. Ele é o fim último de todas as consciências e de todas as sociedades, e subordiná-lo a um objetivo, qualquer que fosse, seria operar uma trágica inversão de valores. Deus está a serviço dos seus servos, mas não pode estar submetido a pretensos senhores.

A segunda consequência do que foi acima afirmado é que a Educação Moral e Cívica, no Brasil, deverá ser aconfessional, ou seja: não vinculada a nenhuma religião e a nenhuma Igreja.

A disciplina Religião continuará como facultativa, nas escolas oficiais, de nível primário e médio, do País (Constituição, Art. 176, § 3º, Item V). A Educação Moral e Cívica é, ao contrário, matéria obrigatória em todas as escolas de todos os níveis, no Brasil (Decreto-Lei 869/69,

Art. 1º).

Desta forma, as duas disciplinas são e continuarão a ser distintas nas suas esferas de conteúdo e de abrangência escolar.

Até onde, entretanto, será possível ensinar-se, especialmente no Brasil, Educação Moral sem fazer-se apelo à Religião?

Com efeito, para a grande maioria da humanidade, Deus é reconhecido como sendo o fundamento último da Moral. E a Ciência, em nossos dias, vem constatando que a referência à Religião aparece como algo intimamente ligado à formação moral do homem. Recentemente, Andrew Greeley, eminente sociólogo norte-americano, afirmava que "a religião e o ritual parecem pertencer à condição humana como tal". Se assim é, e se as raízes da Moral e da Religião de tal forma entrelaçam, dentro da alma humana, como proceder a uma dissociação radical entre as duas?

Surge aqui, como terceira decorrência da aconfessionalidade da Constituição do Brasil, a conclusão de que o fundamento religioso que, segundo o que se depreende do Decreto Lei 869/69, deve estar subjacente à Moral a ser ensinada na Educação Moral e Cívica, será tomado da chamada Religião Natural.

Ou seja: anteriormente a qualquer Religião Positiva, que se baseia numa revelação, existe, no horizonte do homem, a dimensão religiosa, mensurada pelos limites de sua própria natureza. Deus é aí conhecido pela luz da razão, como Origem e Causa do Universo, e a consciência do homem-no-mundo, a esta mesma claridade se descobre como sujeito de direitos e

deveres. Aqueles brotados de sua condição de pessoa; estes surgentes de sua situação de ser dependente, contingente, social e limitado.

Sobre esta base comum é que, como prescreve o Art. 2º alínea b, do Decreto-Lei 869/69, serão preservados e projetados "os valores espirituais e éticos da nacionalidade".

Por outro lado, dentro da realidade do pluralismo religioso do povo brasileiro - pluralismo protegido pela carta magna do País-, deverá ser também resguardada a garantia à educação religiosa, estabelecida constitucionalmente, e que inclui o direito de orientar-se a Moral pelos princípios da opção religiosa dos educandos.

#### 1.5 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: DISCIPLINA OU PRÁTICA EDUCATIVA?

Se olharmos a História da Educação Moral e Cívica nas escolas do Brasil (nas últimas décadas), observamos um certo flutuar, no modo de sua ministração, entre os modelos de disciplina e prática educativa.

Nas décadas de 30 e 40, por exemplo, a Educação Moral e Cívica era uma disciplina. A partir de 1.961, com a Lei 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases), a mesma passa a ser encarada como prática educativa.

O Conselho Federal de Educação, desde 1962, teve ocasião de distinguir as duas modalidades: "costuma-se denominar disciplinas as atividades escolares destinadas à assimilação de conhecimentos sistematizados e progressivos, dosados conforme certos endereços. Nesse caso, evidentemente, a assimilação do conjunto dos conhecimentos programados é pa-

ssível de mensuração e é condição de prosseguimento dos estudos. As práticas educativas, por outro lado, abrangendo as atividades que devem atender as necessidades do adolescente, de ordem física, artística, cívica, moral e religiosa, colocam o acento principal na maturação da personalidade, com a formação de hábitos correspondentes, embora necessitem também da assimilação de certos conhecimentos"(Parecer C.F.E. 131/62).

A transformação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases, fazendo com que a Educação Moral e Cívica deixasse de ser disciplina de aprovação unânime. Dentro do próprio Conselho Federal de Educação, as opiniões divergiam. E, embora a maioria, então, se inclinasse para a ministração da Educação Moral e Cívica apenas como prática educativa, não faltava quem julgasse que o assunto deveria constituir também uma disciplina: "Devemos associar os dois aspectos, para que uma disciplina deste tipo seja, simultaneamente, no que for cabível, objeto de estudo de natureza intelectual, e, também, parte de toda a vida escolar, tornando-se, como a linguagem, forma de expressão de todos os momentos da vida da escola". (Cf. Ata da sessão do CFE a 30.04.64).

No espírito dos que sustentavam a insuficiência do modelo da Prática Educativa, na Educação Moral e Cívica, e a necessidade de alguma transmissão sistemática dos conhecimentos que a deveriam lastrear, parece-nos que se poderia alegar, também, o fato da criação, pelo Conselho Federal de Educação, em 1962, da disciplina "Organização Social e Política Brasileira", como disciplina complementar do currículo de grau médio.



Diz a Indicação, apresentada como justificação da nova disciplina: "Se considerarmos a estrutura da consciência cívica em toda sua complexidade, vemos que o sentido da participação responsável nos destinos da comunidade envolve uma dimensão política, que não se concretiza apenas em função do amor patriótico ou do sentimento nacional. A consciência cívica, para ser eficaz, deve ser esclarecida."

Desta forma, o Conselho Federal de Educação, ao mesmo tempo em que proclamava, com ponderação e acerto, que a Educação Moral e Cívica trata, "no fundo, da formação de hábitos de natureza ética, causada não apenas pela aquisição de conhecimentos através de aulas, mas, principalmente, pelo calor afetivo das relações de pessoa a pessoa e pelo atrativo dos ideais vividos em comunidade" (Cf. Parecer CFE131/62), reconhecia que, em parte, esta formação necessita da transmissão aos alunos de "conhecimentos sistemáticos e progressivos".

Finalmente, a dissensão foi definitivamente ultrapassada pelo Decreto-Lei 869/69, que estabelece (Art. 1º) que a Educação Moral e Cívica "é instituída, em caráter obrigatório como disciplina e, também, como prática educativa".

O debate seguiu, desta forma, uma espécie de marcha dialética, confrontando-se a tese e a antítese, para, finalmente, num tipo de síntese, estabelecer-se a soma das duas modalidades iniciais.

Entendemos, com efeito, que "Educação Moral e Cívica como disciplina" e "Educação Moral e Cívica como Prática Educativa", ao invés de se oporem, se completam.

A "Prática Educativa" acentua o aspecto de vivência,

de aquisição de hábitos éticos, de atitudes existenciais. Mas lhe falta o aspecto de continuidade, de gradação regular, de sistematização intelectual. É verdade que a "Prática Educativa" visa criar hábitos. Entretanto, um hábito, no homem, no plano ético, é muitas vezes o resíduo de um ato de liberdade inicial, ao qual ele permanece submetido (Jacques Chevalier). E este ato de liberdade, lúcido e pessoal, deve fundar-se sobre noções, sobre conhecimentos, sobre verdades, que a "Prática Educativa" se revela insuficiente para transmitir.

Por outro lado, a "Disciplina", visando fundamentalmente à transmissão de conhecimentos, seria incompleta, se não desaguasse na existência, se não descesse a essa dimensão interior da alma do educando, onde se formam as disposições da vontade e onde são tomadas as decisões que norteiam a vida.

Na prática, portanto, será necessário utilizar, num passo rítmico, complementarmente, a Prática Educativa de Educação Moral e Cívica, como força plasmadora de comportamentos e inspiradora de atitudes, e a Disciplina Educação Moral e Cívica, como fonte de enriquecimento intelectual e nacional. Ao professor caberá a importante tarefa de procurar esta alternância e dosar-lhe as percentagens. Ambas precisam uma da outra e se completam mutuamente.

Este ponto introduz, espontaneamente, a consideração seguinte.

## 1.6 O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

O que, no Antigo Testamento, no Livro dos Salmos, o salmista diz a Deus, num gesto de abandono e de confiança:

"Nas tuas mãos está a minha sorte", a Educação Moral e Cívica poderia dizer àquele que vai ensiná-la.

A identificação e a transferência que os alunos de todas as séries e de todos os níveis de ensino, guardadas as proporções, infalivelmente, operam entre os fatores "disciplina-professor", desempenham um papel de importância decisiva no caso da Educação Moral e Cívica.

Se, por um lado, a implantação do ensino de Educação Moral e Cívica, como disciplina e prática educativa, em todos os níveis de ensino do País, parece anunciar um horizonte saudável, para o futuro, por outro lado é preciso ter bem claro diante dos olhos o fato de que uma Educação Moral e Cívica mal ministrada gera efeitos negativos e contraproducentes.

A vigência da Educação Moral e Cívica, dentro da obrigatoriedade estabelecida pelo Decreto-Lei 869/69, conta, agora, um ano. Juntamente com ecos positivos, têm chegado ao Conselho Federal de Educação, rumores de reações negativas, que geram sérias apreensões.

As causas deste insucesso parcial, que há de ser superado, deverão ser procuradas, em primeiro lugar, pelos responsáveis pela direção dos estabelecimentos de ensino. O despreparo de muitos professores, convocados de inópino, e a improvisação ocorrente em circunstâncias que tais, explicarão grande parte do problema emergente.

De qualquer forma, será necessário que, para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, mais do que em qualquer outra oportunidade, o professor designado para ministrar Educação Moral e Cívica seja um mestre reconhecido pelos alu-

nos como um padrão de dignidade e competência.

A Educação Moral e Cívica, aparentemente, é uma disciplina fácil. Na realidade, é altamente difícil e complexa, pelo aspecto de comunicação de comportamentos e atitudes que ela envolve, e pela dimensão afetiva e existencial em que ele imerge. E sempre se deverá ter presente que a aceitação e o respeito, que uma turma de alunos votar a um professor reverterão, naturalmente, sobre a disciplina que ele lhes for ministrar, na medida mesma de sua competência e de seu amor à tarefa.

No nível do Ensino Superior, onde a disciplina Educação Moral e Cívica será dada sob a forma de Estudo de Problemas Brasileiros (Decreto-Lei nº869/69, Art. 3º, § 2º), não deverá haver um professor para a disciplina, e sim um Coordenador.

A razão é que a amplitude do assunto exige não um especialista, mas uma gama de professores capazes de dar, com proficiência, cada qual em seu ramo de conhecimentos, uma visão adequada da realidade brasileira, apresentando seus problemas mais importantes e sugerindo aberturas de soluções.

É evidente que o Coordenador será livre de promover painéis e debates, recorrendo, simultaneamente, a vários professores da Universidade ou da Faculdade, e a outros valores da comunidade, para apresentarem um mesmo problema sob enfoques diversos, enriquecendo o assunto e motivando a aula.

À imaginação e ao espírito de empreendimento de cada Coordenador incumbirá a tarefa de fazer da aula de Estudo de Problemas Brasileiros não uma disciplina obrigatória (no

sentido pejorativo), mas uma encruzilhada viva de questões e idéias, em que a Realidade do Brasil, o esforço do Desenvolvimento Nacional e os ideais da Democracia no Brasil entram como componentes portadores de alta carga de interesse patriótico e de dinamismo construtivo.

## 2 NORMAS PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

1) A Educação Moral e Cívica deverá constituir uma preocupação básica, permanente e geral de todas as escolas do Brasil, merecendo o cuidado de todos os professores, especialmente daqueles cuja área de ensino esteja com ela em mais estreita conexão.

Dentro deste espírito, dever-se-á assegurar a presença da Educação Moral e Cívica ao longo de toda a formação do educando, ora como disciplina, ora como prática educativa (Decreto 68.065/71, Art. 2º).

Assim, de modo particular os professores de Educação Moral e Cívica e os coordenadores e docentes de Estudo de Problemas Brasileiros terão sempre, diante dos olhos do espírito, o objetivo visado por esta grande preocupação atual de toda a Nação: a formação das crianças, adolescentes e jovens, para serem cidadãos livres, responsáveis e solidários.

Nesta obra de paciência e amor, os professores empregarão métodos dinâmicos de educação, fazendo apelo permanente ao interesse e à iniciativa dos alunos, e fomentando o surgimento, neles, de um espírito crítico baseado no bom senso, e o nascimento de um ideal de participação no esforço atual do Brasil, em busca de seu desenvolvimento e de sua realização de Nação efetivamente soberana.

2) A Educação Moral e Cívica será ministrada, em caráter obrigatório, em todos os sistemas de ensino do País, como disciplina e como prática educativa. Devendo estar presente em todos os graus e ramos da escolarização, a Educação Moral e Cívica será sempre proporcionada aos alunos com a apropriada adequação. Esta adequação será função, principalmente, da personalidade do educando, do grau de ensino e da realidade brasileira.

Além da Educação Moral e Cívica, haverá, nos estabelecimentos de nível médio, a disciplina Organização Social e Política do Brasil, tanto no ciclo ginásial quanto no colegial. O ensino de Organização Social e Política do Brasil far-se-á em articulação com a Educação Moral e Cívica, seguindo a esteira dos seus princípios norteadores.

Tanto a Educação Moral e Cívica quanto a Organização Social e Política do Brasil poderão não ser computadas dentro dos limites máximos, estabelecidos pelos arts. 45 e 46 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61), sobre o número de disciplinas.

3) Como disciplina, Educação Moral e Cívica deverá figurar, ao menos, em uma série do curso primário. Como prática educativa, deverá permear toda a duração do curso.

No ensino médio, as duas disciplinas Educação Moral e Cívica, e Organização Social e Política do Brasil deverão figurar em, ao menos uma série do ciclo ginásial e uma série do ciclo colegial. A prática educativa da Educação Moral e Cívica deverá acompanhar todo o ciclo de formação dos adolescentes e jovens dos ginásios e colégios.

Nas escolas superiores, a Educação Moral e Cívica se-

rá ministrada sob forma de Estudo de Problemas Brasileiros. O Estudo de Problemas Brasileiros deverá ser ministrado, nos cursos de graduação, ao menos no período correspondente a dois semestres ou a uma série; nos cursos de pos-graduação, no período correspondente a um semestre.

Em todos os níveis de ensino, é da competência dos estabelecimentos a fixação do número de horas em que será ministrada a Educação Moral e Cívica, devendo, em qualquer hipótese, ser cumprido o programa fixado pelo Conselho Federal de Educação. A Educação Moral e Cívica em todos os estabelecimentos de ensino ficará sob controle da autoridade competente (Decreto 68.065/71, Art. 8º)

Os exames de madureza incluirão a disciplina Educação Moral e Cívica, obedecendo aos programas ginásial e colegial.

4) No ensino primário, não haverá um professor especial para Educação Moral e Cívica, sendo esta atividade exercida pelos professores, cumulativamente com suas funções próprias.

O professor de Educação Moral e Cívica, em nível médio, será formado em nível universitário, observado o que vai estabelecido no item seguinte das presentes normas.

Em nível superior, não haverá um professor designado para assumir sozinho a responsabilidade de ministrar Estudo de Problemas Brasileiros. Tendo-se em conta a amplitude e a complexidade do assunto, em cada estabelecimento de ensino superior será designado um professor para ser o coordenador desta disciplina. O coordenador de Estudo de Problemas Brasileiros, em articulação com a direção do estabelecimento, solicitará a colaboração dos professores especializados nos

vários temas a serem tratados nesta disciplina, de acordo com o currículo mínimo e o programa fixado pelo Conselho Federal de Educação.

5) A formação de orientadores de Educação Moral e Cívica, para os três níveis de ensino, e a de professores desta disciplina para os níveis superior e médio, far-se-á em nível universitário; a formação de professores de Educação Moral e Cívica para o curso primário far-se-á nos cursos normais.

O Conselho Federal de Educação fixará o currículo mínimo do curso de formação dos professores de Educação Moral e Cívica para o nível médio, e de orientadores para os três níveis de ensino, cabendo aos Conselhos Estaduais de Educação (ou, supletivamente, ao Conselho Federal de Educação) fixá-lo para as escolas de formação de professores primários.

Enquanto não houver, em número suficiente, professores e orientadores de Educação Moral e Cívica, a habilitação de candidatos será feita, também, por meio de exame de suficiência, na forma da legislação em vigor.

Na designação de professores de Educação Moral e Cívica, os estabelecimentos de nível médio deverão obedecer à seguinte ordem de prioridades:

(1) Habilitação específica

a) Os habilitados em curso específico de nível superior para a Educação Moral e Cívica, nos termos do Art. 7º do Decreto-Lei 869/69;

b) Os habilitados por meio de exame de suficiência, na forma da legislação em vigor (idem, Art. 7º, § 3º)

(2) Habilitação de emergência



a) Os licenciados em filosofia, Ciências Sociais, Geografia e Pedagogia, bem como os que, a qualquer título, têm autorização para lecionar tais disciplinas;

b) O Diretor do estabelecimento de ensino.

O Diretor, em cada estabelecimento de ensino, designará um orientador, devidamente qualificado, a fim de coordenar as atividades relativas à Educação Moral e Cívica, como disciplina e prática educativa, cabendo-lhe também a assistência ao Centro Cívico.

Ao nível superior, a assistência ao Centro Cívico poderá ser confiada ao coordenador de Estudo de Problemas Brasileiros.

6) A própria natureza da Educação Moral e Cívica exige que a mesma goze, dentro da vida da escola, de tratamento especial, no que se refere não só a forma como é transmitida, enquanto disciplina e prática educativa, como também no que tange aos métodos de verificação de aprendizagem.

Assim, cada estabelecimento de ensino determinará, em seu Regimento, as normas e critérios de verificação de aproveitamento da Educação Moral e Cívica, como disciplina.

Poderão ser considerados como pontos cumpridos, no programa de Educação Moral e Cívica, enquanto disciplina, e serem computados dentro do sistema de aferição adotado pelo respectivo estabelecimento:

a) - os trabalhos, escritos ou orais, elaborados pelos alunos, por ocasião do transcurso de grandes datas históricas, datas que deverão ser transformadas em centros de interesse e fontes de motivação, pelos diretores de estabelecimentos e pelos orientadores e professores de Educação

Moral e Cívica;

b) - os relatórios e trabalhos escritos ou orais resultantes da participação dos alunos em atividades extra-classe, de caráter patriótico e solidário, como o "Projeto Rondon", a campanha de erradicação do analfabetismo, a assistência aos favelados, a campanha para doação de sangue, o combate às endemias rurais, e outras campanhas semelhantes, que levam os estudantes a tomar consciência dos problemas nacionais e comunitários e a se interessar pela busca de suas soluções.

7) Para uma maior eficiência da Educação Moral e Cívica, como prática educativa, dever-se-á estimular, em todos os estabelecimentos de ensino, a criação de instituições extra-classe, procurando assemelhar-se a escola, tanto quanto possível, a uma sociedade democrática em miniatura.

Entre essas instituições se enumeram: biblioteca, jornal, academia, centros diversos, "forum" de debates, núcleo escoteiro, centro de formação de líderes comunitários, clube agrícola, oficinas, grêmio cênico musical, banco, cooperativa, centro de saúde, grêmio esportivo, grêmio recreativo, associação de antigos alunos, etc.

De interesse particularmente relevante é a criação, em todos os estabelecimentos de qualquer nível de ensino, em todos os estabelecimentos de qualquer nível de ensino, de um Centro Cívico (que nas escolas superiores se chamará "Centro Superior de Civismo"), destinado à coordenação local. O Diretor do estabelecimento de ensino designará um professor para ser o orientador do Centro Cívico. O Centro Cívico terá uma diretoria, eleita pelos alunos na forma legal.

Para facilitar a participação da família nas atividades escolares relacionadas com a Educação Moral e Cívica e nos problemas educacionais comuns, estimular-se-ão a criação e o funcionamento, em todos os estabelecimentos de ensino de graus primário e médio, de um Círculo de Pais e Mestres.

(Fontes Jurídicas destas Normas: Constituição do Brasil; Lei nº 4.024/61; Decreto-Lei 869/69; Decreto 68.065/71; Parecer do C.F.E.).

### 3 PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

#### 1 - Cursos primário e médio

##### 1.1 Introdução

O programa básico de ensino primário e médio foi distribuído em Unidades, objetivando permitir ao professor a desejável flexibilidade capaz de avanços ou retrocessos, de acordo com o tipo de escola, as experiências dos alunos e os recursos de que dispuser.

O professor deverá ter em mente que o programa propicia avanços, tanto no sentido vertical quanto no horizontal, aprofundando-se mais quando o contexto social da escola permitir ou exigir um tratamento mais minucioso.

A apresentação analítica do conteúdo programático visa a uma orientação para o professor, não lhe cerceando, entretanto, a iniciativa de ampliar os itens apresentados com vista ao enriquecimento do programa.

Para que o programa de Educação Moral e Cívica alcance os objetivos visados e a rentabilidade ideal, além do professor que ministra as noções como disciplina, os demais educadores deverão se imbuir dos mesmos ideais e das mesmas

responsabilidades cívicas e marcarão os trabalhos de suas áreas específicas com o sentido formador que eleva e que se constitui, em última análise, no próprio fim da parte informativa.

Em todas as áreas de estudo, os professores deverão conduzir seus alunos à vivência dos conceitos teóricos de moral e de civismo.

No nível primário, onde o ensino tem caráter globalizado, todas as áreas de estudo e toda a ambiência da escola deverão refletir os objetivos morais e cívicos que o professor pretende alcançar. Na formação moral e cívica de educando todos, sem exceção, participam.

Em círculos concêntricos, o estudo se inicia com os grupos mais próximos à criança: Família e Escola. Para passar, depois, à Comunidade, ao Estado, ao País e ao Mundo.

Considerando a grande participação das fontes de educação assistemática na formação do educando, é imprescindível que a família participe, eficientemente, colaborando em seu âmbito de efetivação da Educação Moral e Cívica.

Através dos Círculos de Pais e Mestres procurar-se-á cumprir um elenco de medidas que cubram todas as áreas de influência.

## 1.2 - Programa para o curso primário

### Unidade I

#### Objetivos Comportamentais:

- Implantação correta da vida em grupo, com o desenvolvimento de hábitos e atitudes necessárias a uma boa integração e eficiente participação;
- Aquisição da noção de que todos têm deveres através

dos quais são conquistados os direitos.

Enfoque: Família - sua relação com a escola e a comunidade local.

Conteúdo Programático:

- Noção de Deus e de religião, partindo da natureza que cerca a criança.
- A família do aluno: papel social de cada membro.
- Distribuição equitativa de tarefas, com igualdade de oportunidades para todos, e atribuição justa de recompensas.
- O papel da Escola na comunidade.
- Valorização das diferentes formas de trabalho humano.
- Noções de autoridade e liderança. Oportunidades democráticas de desempenho de vários papéis sociais.
- Responsabilidade de todos na defesa da propriedade pública - o bem comum.
- Símbolos da Pátria:
  - reconhecimento da Bandeira e atitude que se deve ter no momento do seu hasteamento ou descida;
  - cores da Bandeira e cores nacionais;
  - Hino Nacional.

## Unidade II

Objetivos Comportamentais:

- Ampliação do horizonte social da criança, fixando a sua posição como membro de um grupo maior;
- Oportunidade de exercitar suas habilidades, hábitos e atitudes necessárias ao seu futuro papel de cidadão.

Enfoque: Escola - suas relações com a comunidade.

Conteúdo Programático:

- Noção de caráter, através de exemplos retirados da História e da vida do homem comum brasileiro.

- Identificação e estudo dos recursos da comunidade, objetivando desenvolver o espírito comunitário.

- Serviços públicos da comunidade. Identificação de recursos necessários à manutenção desses serviços: noção de imposto.

- Sistematização das regras de boa conduta. Elaboração de códigos pelos alunos. Noção de Lei.

- Símbolos da Pátria;

- Bandeira Nacional - legenda e seu significado  
Disposição e significado das estrelas. O Cruzeiro do Sul.

- Hino Nacional - primeiras noções sobre o significado. Autores, letra e música.

- Hino à Bandeira.

1.3 - Programa para o ciclo ginasialUnidade IObjetivos Comportamentais;

- Preparo do cidadão para a obediência à lei, à fidelidade ao trabalho e à integração na comunidade;

- Estímulo e desenvolvimento das habilidades e atitudes necessárias a uma vivência democrática.

Enfoque: Comunidade - suas relações com a comunidade nacional - o País.

Conteúdo Programático:

1. Deveres e Direitos fundamentais do homem.

2. O trabalho como um direito do homem e um dever social.

3. A Terra e o Homem brasileiro, através da História.
4. Tradições religiosas do povo brasileiro.
5. Conceitos de Pátria como comunidade nacional.
6. Principais características do sistema de governo brasileiro.
7. A defesa das instituições, bens e tradições culturais como forma de preservar a unidade nacional.
8. A realidade brasileira: causas, consequências e soluções para os problemas.
9. Responsabilidade do cidadão para com a segurança nacional.
  - Símbolos da Pátria:
    - Hino Nacional - interpretação da letra;
    - Estudo dos demais Hinos;
    - Bandeira Nacional - movimentação e posição quando em deslocamento ou hasteada em conjunto com outras bandeiras;
    - Reconhecimento da Bandeira Estadual e do Brasão de Armas do Estado.

## Unidade II

### Subunidade I - O Homem

#### Bases:

- Pessoa Humana
  - Significado ontológico do Homem, animal racional. Sua consciência refletida e espiritual. Personalidade e atributos sociais. Personalidade como dinâmica organizada de valores e atributos individuais. Relações entre pessoa - família-comunidade. Deveres e direitos morais e cívicos.

- Noção de valor moral

- Dimensão ética do Homem. Construção de escola de valores como uma necessidade fundamental perante a vida.

- Caráter

- Sua formação e mecanismos. Importância da família e da Escola como agentes de formação e de fortalecimento do caráter.

- Moral

- Fortalecimento dos princípios morais.

- Religião

- A Religião como base da Moral.

- Tradições religiosas do homem brasileiro

- Herança de seus grupos étnicos.

Subunidade II - A Pátria

Bases:

- A terra: características e peculiaridades

- Características físicas, históricas e sócio-econômicas.

- O homem: peculiaridades, prerrogativas e responsabilidades

- Atuação - vultos nacionais na vida do país: defendendo e cultivando a terra; defendendo ou aperfeiçoando as instituições e a estrutura do País, influenciando na cultura.

- A organização sócio-político-econômica

- As Instituições: Família, Nação, Estado.

- O Estado:

- Características: a Democracia como filosofia.

- Estrutura: a Democracia como regime político. A República Federativa. Os Três Poderes.



- Dinâmica: a Democracia como estilo de vida. A Constituição: suas bases. Vinculação da nossa educação ao espírito da Constituição. As Leis. A Justiça. O voto. O serviço militar. O serviço público.

- O Trabalho e a Propriedade, pressupostos jurídicos do desenvolvimento nacional.

- Unidade Nacional

- Língua: sua unidade

- Usos e costumes nacionais. Folclore.

- As forças Armadas - seus deveres constitucionais.

- A defesa civil.

- Aspirações e objetivos nacionais

- Integridade territorial.

- Integração nacional.

- Soberania nacional.

- Democracia representativa.

- Paz social.

- Símbolos Nacionais

- Conhecimento e uso.

1.4 - Programa para o ciclo colegial

Objetivos Comportamentais:

- Identificação, pelo aluno, da posição do Brasil no contexto das Nações;

- Conhecimento dos problemas brasileiros, objetivando uma futura e eficiente participação na solução dos mesmos;

- Compreensão das aspirações do povo brasileiro.

Enfoque: País - suas relações com o mundo; sua problemática e metas.

#### Unidade I

##### O Brasil e o Mundo

##### A Comunicação - Intercambio de Civilizações e Cultura

- Necessidade da formação do espírito crítico do adolescente, permitindo-lhe analisar o conteúdo da comunicação e selecionar-lhe os elementos realmente válidos.

##### Integração do Brasil na Civilização Íbero-Americana e no Contexto Mundial

- Arte. Literatura, como formas de integração.

A ciência - seu poder atual na criação de progresso na influência das grandes potências.

##### Relações Internacionais

- Órgãos de representação no exterior. Instituições responsáveis pelo intercâmbio entre as Nações: O.N.U. - OEA

- As declarações dos direitos humanos.

#### Unidade II

##### Problemática Brasileira

##### - Problemas Brasileiros:

1. O Homem Brasileiro: formação étnica e cultural.
2. Regiões brasileiras: disparidades regionais.
3. Educação: diagnóstico e soluções.
4. Ciência e tecnologia.
5. Saúde: prevenção, assistência médica e reabilitação. Saneamento básico.
6. Política habitacional.
7. Trabalho e Previdência Social.
8. Mercado de Trabalho - Estrutura de Recursos Hu-

manos necessária ao desenvolvimento do País.

9. Comunicação. A EMBRATEL.
  10. Os transportes e a economia brasileira.
  11. Política energética.
  12. Agricultura - Reforma Agrária - Desenvolvimento agropecuário.
  13. Desenvolvimento industrial.
  14. Comércio interno e externo.
  15. O Planejamento na administração brasileira.
- Símbolos Nacionais - Conhecimento e uso.

## 2 - Ensino Superior - graduação e pós-graduação

### Programa de Estudo de Problemas Brasileiros

#### Introdução

O Estudo de Problemas Brasileiros visa tratar das questões nacionais que, pela sua importância, significado e atualidade, merecem um destaque especial junto à juventude universitária.

#### 2.1 - Complementariedade e amplitude

O ensino da disciplina Estudo de Problemas Brasileiros terá caráter complementar. Deve entender-se que completará os conhecimentos doutrinários e consolidará os hábitos e atitudes adquiridos pelo educando no Plano da Educação Moral e Cívica.

Por outro lado, a própria denominação da disciplina - Estudo de (e não Estudo dos) Problemas Brasileiros - está a evidenciar que, de um lado, não teve o legislador a pretensão de cometer à escola a tarefa inviável de dar a conhecer a seus alunos todos os problemas brasileiros, e que, de ou-

tro lado, não foi sua intensão compelir o estabelecimento de ensino a proporcionar, indistintamente, a todos os estudantes, fosse qual fosse o curso em que estivessem matriculados, um programa de estudos único e rigidamente traçado. Bem ao contrário, e que defluiu, não só do exame da denominação dada a disciplina, assim como do texto do § 1º do Art. 4º do Decreto 68.065/71, é que se procurou, em primeiro lugar, colocar a juventude universitária a par dos magnos problemas nacionais, tanto em sua gama de soluções.

## 2.2 - Adequação ao tipo de escola e à orientação profissional do estudante

O programa de Educação Moral e Cívica abaixo traçado, sob a forma de Estudo de Problemas Brasileiros, deverá ser entendido não como um catálogo, imutável e inflexível, de assuntos visando à problemática nacional, mas sim como um elenco dos principais problemas brasileiros, cujo estudo deve ser propiciado aos jovens universitários.

A partir do programa aqui apresentado, cada escola, ao conceber seu programa particular, deverá ter em vista tanto a natureza dos próprios estudos acadêmicos ou profissionais que os alunos estejam realizando, como o papel que eles virão, no futuro, a desempenhar na comunidade.

Uma flexibilidade assim compreendida é saudável. Deverá ser utilizada como meio apropriado para atingir-se o objetivo visado, do mais relevante alcance nacional.

## 2.3 - Duração do curso e carga horária

Ao contrário do que fez em relação ao ensino de graus primário e médio, o legislador não fixou a duração em que, no ensino superior, deveria ser ministrada a disciplina Edu-

cação Moral e Cívica, sob forma de Estudo de Problemas Brasileiros.

Por outro lado, à semelhança do modo como agiu a respeito daqueles dois graus de ensino, não se inclinou, aqui, a determinar o número de aulas semanais, destinadas ao estudo dos referidos problemas.

Quanto à fixação da duração, deixou a solução a cargo do Conselho Federal de Educação e, quanto à carga horária, deferiu a solução do problema às próprias escolas. A fixação da duração ficou a cargo do Conselho Federal de Educação, porque cabendo a este, na forma da lei, elaborar, com a colaboração da Comissão Nacional de Moral e Civismo, os currículos e programas básicos de Educação Moral e Cívica, para os Cursos Superiores, foi-lhe atribuída, via de consequência, a competência para exigir que tais currículos e programas fossem cumpridos, pelas escolas, dentro de planos cronologicamente viáveis. A carga horária é atribuição da escola, porque foi confiada à sua decisão organizar a viabilidade cronológica desses mesmos planos.

Quanto ao que compete, neste assunto, ao Conselho Federal de Educação, este já traçou a diretriz para o caso, consubstanciada nas Normas inseridas no presente documento.

#### Programa de Estudo de Problemas Brasileiros

##### Unidade I - Panorama Geral da Realidade Brasileira

1. Características gerais da geopolítica e geoeconomia nacional.

2. O homem brasileiro: formação étnica e cultural; traços característicos; pirâmide etária; situação demográfica.

3. As instituições sociais, políticas e econômicas.
4. O comportamento social: estratificação, mobilidade e adaptação social.

#### Unidade II - Problemas Morfológicos

1. As estruturas econômicas: análise do sistema econômico brasileiro.
2. As estruturas sociais.
3. As estruturas políticas e as características da democracia no Brasil.
4. A estrutura dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

#### Unidade III - Problemas de Desenvolvimento Econômico

1. A riqueza nacional do solo, subsolo e fundo do mar; petróleo e siderurgia.
2. Povoamento e preservação do solo.
3. A Amazônia e seus problemas.
4. O Nordeste e seus problemas.
5. Os transportes e a economia.
6. Desenvolvimento agrícola e pecuário; Reforma agrária.
7. Problema energético.
8. Desenvolvimento industrial.
9. Comércio interno e internacional.
10. Disparidades regionais e desequilíbrios sócio-econômicos; organismos regionais.
11. O desenvolvimento econômico e a integração econômica setorial e nacional.
12. Política monetária, creditícia e fiscal.
13. Planejamento econômico.

14. Trabalho e Previdência Social.

15. Mercado de capitais.

Unidade IV - Problemas Sócio-Econômicos.

1. Habitação.

2. Saúde: prevenção, assistência médica e reabilitação. Saneamento básico e erradicação das endemias.

3. Educação: diagnóstico e soluções.

4. Comunicação social e difusão cultural.

5. A ciência, a tecnologia e seu papel no desenvolvimento.

6. As artes e sua função cultural.

7. Urbanização.

8. Empresa - sua função social e sua participação no desenvolvimento.

9. As Forças Armadas no processo sócio-econômico do Brasil.

Unidade V - Problemas Políticos

1. Filosofias e ideologias políticas.

2. O Poder Nacional: suas expressões.

3. Representação popular.

4. Partidos políticos: organização e funcionamento.

5. Evolução política nacional.

6. Problemas geopolíticos: a ocupação do solo e os limites territoriais.

7. Política econômica.

8. Política social.

9. Política externa.

10. Organismos políticos internacionais: O.N.U. e OEA

Unidade VI - Segurança Nacional

1. Segurança externa e interna - Responsabilidade do cidadão.
2. Guerra revolucionária.
3. As Forças Armadas - Marinha, Exército e Aeronáutica.
4. Estabelecimento de uma doutrina e formulação de uma política de segurança nacional - Conselho Nacional de segurança - Estado Maior das Forças Armadas - Escola Superior de Guerra.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1.971

A Comissão Especial do Conselho Federal de Educação para Educação Moral e Cívica.

Raymundo Moniz de Aragão, Presidente; Dom Luciano José Cabral Duarte, Relator; Esther de Figueiredo Ferraz; Maria Therezinha Tourinho Saraiva; Pe. José Vieira de Vasconcellos e Tarcísio Meirelles Padilha.



## GLOSSÁRIO

Ação política - toda ação social que tenta materializar concretamente no social o que foi planejado por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos dentro de uma sociedade.

Aculturação - mudanças na cultura proveniente do contato direto e contínuo de grupos de indivíduos representantes de culturas diferentes.

Advena - o que não é nascido no país, estrangeiro.

Alienação - falta de consciência dos problemas políticos e sociais em nível de dominação e poder.

Aula expositiva dialógica - processo expositivo de um conteúdo programático levando em consideração o conhecimento parcial da matéria pelos alunos presentes em aula. Sendo despertado esse conhecimento com questões levantadas através do diálogo com os alunos.

Consciência política - estado representativo, cognitivo e emocional, que envolve prontidão e posicionamento em torno das questões humanas-político-sociais.

Corte epistemológico - secção de um momento histórico.

Culturalização - mudança na utilização de elementos culturais pela inovação dentro de uma sociedade.

- Dação - dar de si.
- Descoberta - todo acréscimo de conhecimentos.
- Ecúmeno - capacidade de energia vital de um espaço territorial, aquele com possibilidade da manutenção de vida biológica.
- Freio ridibitório - elementos culturais que impedem as ações dos indivíduos procurando fazer a manutenção de costumes.
- Inovação - criação de novos elementos culturais dentro de uma cultura, como também, este novo elemento sendo o resultado da atribuição de uma nova função e uso a um elemento cultural já existente.
- Mentalidade - estado representativo, cognitivo e emocional resultado das atividades mentais e emocionais vigentes numa cultura e sociedade de um povo.
- Mores - dentro dos costumes, aquele que mora, aquele que permanece mesmo com as mudanças culturais e sociais dentro de uma sociedade.
- Personalidade social - o conjunto das qualidades mentais do indivíduo, isto é, a soma total de suas faculdades racionais, percepções, idéias, hábitos e reações emocionais condicionadas.
- Política de corpo - envolve posicionamentos e ações individuais e sociais diante do conhecimento do corpo biológico, de sua função, das relações ecológicas com o meio e com os seres vivos tanto biologicamente como socialmente, do equilíbrio bio-psico-social, do movimento, etc.

- Prontidão - estado cognitivo do indivíduo em respostas às solicitações do meio social.
- Psicossocial - disposições psicológicas dinâmicas de comunidades vividas numa ordem conjuntural dentro de uma sociedade.
- Sinergia - forma de cooperação observável entre grupos ou pessoas que, pela obediência a interesses próprios, contribuem, também, para a constituição ou manutenção de determinada ordem ecológico-social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ACCIOLI, Wilson. Instituições de direito constitucional. Rio de Janeiro, Forense, 1981. 622 p.
- 2 AGUAYO Y SÁNCHEZ, Alfredo Miguel. Didática da escola nova. Trad. J.B. Damasco Penna e Antonio D'Avila. 13.ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1966. 370 p.
- 3 ALMEIDA, José Américo de. A Bagaceira. 7.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1937. 307 p.
- 4 ALVES, Isaias. Educação e Brasilidade. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1939. 137 p.
- 5 ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil(1964-1984). Trad. Clóvis Marques. Petrópolis, Vozes, 1984. 337 p.
- 6 AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. 4.ed. Porto Alegre, Globo, 1963. 389 p.
- 7 BEREDAY, George Zygmunt Fyalkowski. Método Comparado em Educação. Trad. José de Sá Porto. São Paulo, Editora Nacional e Editora U.S.P., 1972. 341 p.
- 8 BINSZTOK, Jacob et BENATHAR, Roberto Levy. Regionalização e Urbanização. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979. 172 p.
- 9 BOLLNOW, Otto F. Pedagogia e Filosofia da Existência: um ensaio sobre formas instáveis da educação. Trad. Hermógenes Harada. Petrópolis, Vozes, 1971. 242 p.
- 10 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981. 116 p.
- 11 CATANI, Afrânio Mendes. O que é o capitalismo. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1980. 139 p.
- 12 CAVALCANTI, Themistocles. Introdução à Ciência Política. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1955. 126 p.
- 13 CERVO, Amado & BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários. 2.ed. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978. 143 p.

- 14 CHACON, Vamirch. O dilema político brasileiro. São Paulo, Convívio, 1978. 108 p.
- 15 CONDILLAC, Etienne Bonnot de. Textos escolhidos: Condillac, Helvétius Degérando. Trad. Luiz Roberto Monzani (et al). 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1981 116 p.
- 16 CRIPPA, Adolpho. A Universidade. São Paulo, Convívio, 1980. 142 p.
- 17 CRUZ, Maury Rodrigues da. Antecedentes e Perspectivas da Educação Moral e Cívica no Brasil. Curitiba, Ed. de Universidade Federal do Paraná, 1982. 156 p.
- 18 CUNHA, Euclides da. Os sertões; campanha dos canudos... 2.ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1914. 620 p.
- 19 DAEMON, Dalton. Reflexões sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1982. 268 p.
- 20 DEBRUN, Michel. O Fato Político. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1962. 142 p.
- 21 DEWEY, John. Democracia e Educação - Introdução a filosofia da educação. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1959. 416 p.
- 22 DUVERGER, Maurice. Ciência Política - Teoria e Método. Trad. Heloisa de Castro Lima. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 437 p.
- 23 FAGEN, Richard R.. Política e Comunicação. Trad. Edmond Jorge. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. 175 p.
- 24 FAURE, Edgar et alli. Aprender a Ser. Trad. Maria Helena Cavaco e Natércia Paiva Lomba. São Paulo, Difusão Européia do livro, 1974. 457 p.
- 25 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Problemas políticos brasileiros. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975. 223 p.
- 26 FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 22.ed. Rio de Janeiro, livraria José Olympio Editora, 1983. 573 p.
- 27 \_\_\_\_\_. Sobrados & Mucambos, decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1936. 405 p.
- 28 FREIRE, Paulo. Ação Cultural para Liberdade. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 149 p.
- 29 \_\_\_\_\_. Educação como prática da Liberdade. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969. 150 p.

- 30 FROMM, Erich. A revolução da Esperança - por uma tecnologia humanizada. Trad. Edmond Jorge. São Paulo, Zahar, 1980. 190 p.
- 31 \_\_\_\_\_. Arte de Amar. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia Ltda., 1983. 171 p.
- 32 FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 11.ed. São Paulo, Editora Nacional, 1971. 248 p.
- 33 \_\_\_\_\_. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 5.ed. São Paulo, Editora Nacional, 1974. 344 p.
- 34 GALACHE, G. & ANDRÉ, M. Brasil Processo e Integração. 16.ed. São Paulo, Edições Loyola, 1979. 447 p.
- 35 GARAUDY, Roger. A Alternativa modificar o mundo e a vida. Trad. Antonio Pescada. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1972. 263 p.
- 36 GARCIA, Consuelo de Menezes & ALCORTA, Louis B, org. Modelo de Currículo para Licenciatura em estudos sociais. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (UFPr/INEP), 1979. 187 p.
- 37 GELEY, Gustave. O Ser subconsciente. Trad. Gilberto Campista Guarino. Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira-Departamento Editorial, 1974. 230 p.
- 38 GOLDEMBERG, Jose. Energia no Brasil. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1979. 171 p.
- 39 GOYTISOLO, Juan Vallet de. O perigo da desumanização através do predomínio da tecnocracia. Trad. Alfredo Augusto Rabello Leite. São Paulo, Mundo Cultural, 1977. 288 p.
- 40 GRANDE, Humberto. O Humanismo Brasileiro. In: Cadernos de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, Universidade Federal, Forum de Ciência e Cultura, 1974. v.11
- 41 GUSDORF, George. Mito e Metafísica. Trad. Hugo de Pri- mio Paz. São Paulo, Convívio, 1979. 310 p.
- 42 GUTIÉRREZ PÉREZ, Francisco. Linguagem total. Uma pedagogia dos meios de comunicação. Trad. Wladimir Soares. São Paulo, Summus, 1978. 106 p.
- 43 HEINEMANN, Fritz. A filosofia no século XX. Trad. Alexandre F. Morujão. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969. 574 p.
- 44 IANNI, Otavio. Revolução e Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983. Coleção Retratos do Brasil, v.163. 134 p.

- 45 JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo. Diário de uma favelada. 10.ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora Sa, 1984. 213 p.
- 46 JOURNET, Charles. A doutrina da "Cidade"- segundo Santo Tomás de Aquino. Trad. G.C.M.. São Paulo, Editora Presença, 1945. 30 p.
- 47 KONDER, Leandro. O que é Dialética. São Paulo, Brasiliense, 1981. Coleção Primeiros Passos. 87 p.
- 48 LALLEMENT, D. Princípios Católicos de Acción Cívica. Trad. Alfredo Fragueiro Olivera. Buenos Aires, Libreria Editorial Santa Catalina, 1950. 280 p.
- 49 LANGONI, Carlos Geraldo. A Economia da transformação. 2.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1978. 212 p.
- 50 LEINIG, Clotilde Espinola. Tratado de Musicoterapia. São Paulo, Sobral Editora Técnica Artes Graficas, 1977 259 p.
- 51 LEPARGNEUR, Hubert. A Igreja e o reconhecimento dos direitos humanos na história. São Paulo, Cortez & Moraes, 1977. 139 p.
- 52 LIMA, Alceu Amoroso. Política. 4.ed. Rio de Janeiro, Agir, 1956. 279 p.
- 53 LIMA, Heitor Ferreira. História do pensamento econômico no Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 1976. 198 p.
- 54 LIMA, Lauro de Oliveira. Mutações em educação segundo McLuhan. Petrópolis, Vozes, 1973. 64 p.
- 55 LINTON, Ralph. O homem; uma introdução à antropologia. Trad. Lavinia Vilela. 10.ed. São Paulo, Martins Fontes, 1976. 493 p.
- 56 LOWY, Michael. Método dialético e teoria política. Trad. Reginaldo Di Piero. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 141 p.
- 57 LUDWIG. A Educação nas opiniões francas de Ludwig. Folha de São Paulo. São Paulo, 6 jun. 1982, p24, c. 1,2 3,4 e 5.
- 58 MARITAIN, Jacques. Humanismo Integral. Trad. Afrânio Coutinho. 4.ed. São Paulo, Dominus Editora S.A., 1962. 243 p.
- 59 MATTA, Roberto Augusto da. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro, Editora Ave Maria Ltda, 1984. 116 p.
- 60 MENDONÇA, Eduardo Prado de. A construção da liberdade. São Paulo, Convivio, 1977. 166 p.

- 61 MESSIDA, Rosemary Graves et alli. Currículo: Análise e Debate. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. 162 p.
- 62 MONTESSORI, Maria. Pedagogia Científica. A descoberta da criança. Trad. Aury Azelio Brunetti. São Paulo, Livraria Editora Flamboyant, 1965. 306 p.
- 63 MONTI, José. O dever eleitoral. Trad. Padre Carlos Pisentin. Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1954. 52 p.
- 64 NELSON, Lois N.. O ensino: textos escolhidos. Trad. Joshuah de Bragança Soares. São Paulo, Saraiva, 1980. 345 p.
- 65 OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. Instituições políticas brasileiras por Oliveira Vianna. 3.ed. Rio de Janeiro, Record, 1974. 342 p.
- 66 PAMPLONA, Marco Antonio Villela et alli. Educação e Política: Gramsci e o problema da Hegemonia. Cadernos do Cedes. São Paulo, Cortez, v.3.
- 67 PILOTO, Valfrido. Humanismo Cristão: teoria e atos. Curitiba, Ed. Litero-Técnica, 1979. 89 p.
- 68 PLATÃO. A República. Trad. de J. Guinsburg. São Paulo, Difusão Europeia do livro, 1965. 256 p.
- 69 PRADO JR., Caio. Evolução Política do Brasil e outros estudos. 8.ed. São Paulo, Brasiliense, 1972. 326 p.
- 70 QUEIRÓS, Paulo Edmur de Souza. A sociologia política de Oliveira Vianna por Paulo Edmur de Souza Queirós. São Paulo, Convívio, 1975. 142 p.
- 71 RENAN, Iale. Estudo de Problemas Brasileiros: introdução doutrinária. 2.ed. Rio de Janeiro, Ed. Rio, 1979. 180 p.
- 72 REVISTA DE CULTURA VOZES, Petrópolis, v. 29, n.4, maio 1981. 80 p.
- 73 RIBEIRO, Darcy. Os Brasileiros: Teoria do Brasil. 7.ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1983. 177 p.
- 74 RODRIGUES, Aroldo. Psicologia Social. 6.ed. Petrópolis, Vozes, 1977. 573 p.
- 75 ROGERS, Carl R.. Grupos de Encontro. Trad. Joaquim L. Proença. São Paulo, Martins Fontes, 1970. 165 p.
- 76 ROHDEN, Huberto. Novos rumos para a educação. São Paulo, Freitas Bastos, 1960. 135 p.
- 77 ROUSSEAU, Jean-Jacques. El Contrato Social. Trad. Consuelo Berges. Madri, Aguilar S.A., 1970. 148 p.



- 78 RUDIO, Franz Vitor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis, Vozes, 1980. 124 p.
- ~~79~~ SANTOS, Paulo de Tarso. 64 e outros anos: depoimento prestado a Oswaldo Coimbra. São Paulo, Cortez, 1984. 174 p.
- 80 SAVLOFF, Guillermo. Educación de la Comunidad. Argentina, Editoria Bibliográfica ARG. S.R.L., 1969. 206 p.
- 81 SILVA, Naura Syria F. Corrêa. Supervisão Educacional. Uma reflexão crítica. Petrópolis, Vozes, 1980. 103 p.
- 82 SILVEIRA, Cid. Direito e Estado. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1977. 121 p.
- 83 SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese da História da Cultura Brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. 136 p.
- 84 SOUSA, Edson Machado de. Crises e desafios no ensino superior do Brasil. Fortaleza, Edições U.F.C., 1980. 326 p.
- 85 SOUZA, Heitor G. de et alli. Política Científica. São Paulo, Perspectiva, 1972. 293 p.
- 86 TELES, Antonio Xavier. Educação Moral e Cívica. 2.ed. São Paulo, Nacional, 1970. 105 p.
- 87 TOFFLER, Alvin. O Choque do Futuro. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. São Paulo, Editora Artenova, 1972. 407 p.
- 88 UNGER, Roberto Mangabeira. O Estruturalismo e o Futuro das Ciências Culturais. 2.ed. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, Revista 15/16.
- 89 WARDE, Mirian Jorge. Educação e Estrutura Social: a profissionalização em questão. 2.ed. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979. 189 p.
- 90 WIEDEMANN, Luiz Felipe de S. Coord.. Brasil: Realidade e Desenvolvimento. 5.ed. São Paulo, Sugestões Literárias, 1979. 558 p.
- 91 WERTHEM, Jorge & BORDENAVE, Juan Díaz. org.. Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas. Trad. Paulo Roberto Kramer e Lúcia Teresa Lessa Canegal. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 370 p.
- 92 ZATZ, José. O Humanismo da Nova Ciência. Veja, 693:3-4, fev.1982.